

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA E PRÁTICAS SOCIAIS
LINHA DE PESQUISA: DISCURSO E SOCIEDADE



CLAUDEMIR SOUSA

GOVERNAMENTALIDADE, CORPO E IMAGEM: a constituição do sujeito
fumante em campanhas antitabagistas nas embalagens de cigarro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção de grau de Mestre em Linguística, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Regina Baracuhy Leite.

Área de concentração: Linguística e Práticas Sociais

Linha de Pesquisa: Discurso e Sociedade

João Pessoa - PB

2015

S725g Sousa, Claudemir.
 Governamentalidade, corpo e imagem: a constituição do
 sujeito fumante em campanhas antitabagistas nas embalagens
 de cigarro/ Claudemir Sousa. ã João Pessoa, 2015.
 138f.
 Orientadora: Maria Regina Baracuhy Leite.
 Dissertação (Mestrado) ã UFPB/CCHLA
 1. Linguística. 2. Análise do Discurso. 3. Sujeito fumante -
 Campanhas antitabagistas. 4. Governamentalidade.

UFPB/BC

CDU: 801 (043)

CLAUDEMIR SOUSA

GOVERNAMENTALIDADE, CORPO E IMAGEM: a constituição do sujeito
fumante em campanhas antitabagistas nas embalagens de cigarro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção de grau de Mestre em Linguística, sob a orientação da prof^a. Dr^a. Maria Regina Baracuhy Leite.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

Prof^a. Dr^a. Maria Regina Baracuhy Leite

Universidade Federal da Paraíba ã UFPB

Membro Titular: _____

Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho ã UNESP

Membro Titular: _____

Prof. Dr. Pedro Farias Francelino

Universidade Federal da Paraíba ã UFPB

Suplente: _____

Prof^a. Dr^a. Tânia Augusto Pereira

Universidade Estadual da Paraíba ã UEPB

Aprovada em _____ de _____ de 2015.

João Pessoa ã PB

2015

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos são a todos os que, de alguma forma, contribuíram no processo de gestação desse trabalho, desde a fase precedente à minha entrada na Pós-graduação. Eu agradeço:

- À minha família, por compreender a necessidade do afastamento tão duradouro.
- À professora Ilza Cutrim, pela orientação na fase precedente ao mestrado e pelos conselhos, que me foram muito valiosos para enfrentar as agruras da jornada acadêmica.
- À professora Regina Baracuh, pela confiança em me orientar e pelas contribuições em minha trajetória de pesquisador.
- Às professoras Vanice Sargentini e Tânia Pereira, pelas valiosas sugestões na banca de qualificação.
- Aos colegas e amigos do Grupo de Pesquisa CIDADI e Círculo de Discussões em Análise do Discurso e pelos saberes compartilhados nas leituras e discussões, que tanto contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho. Em especial a Francisco, que me indicou caminhos nas trilhas da Análise do Discurso quando eu me via desorientado.
- Aos professores Maria do Rosário Gregolin e Pedro Francelino, por aceitarem ler esta dissertação e compor a Banca Examinadora.
- A toda a equipe do PROLING, em especial à professora Fátima Almeida, pela gentileza com que sempre me acolheu.

A todos, enfim, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta dissertação analisa a constituição do sujeito fumante em campanhas antitabagistas nas embalagens de cigarro. Pretendemos também verificar como ocorre a governamentalidade que incide sobre o corpo desse sujeito e sua construção discursiva em campanhas de prevenção ao tabagismo, a partir de enunciados que circulam na materialidade sincrética das embalagens de cigarro. Ancoramo-nos na Análise do Discurso e suas ressonâncias no Brasil, com ênfase nas contribuições de Michel Foucault, além da Semiologia Histórica da imagem, que toma como base os pressupostos de Jean-Jacques Courtine. Metodologicamente, recortamos um *corpus* de 18 enunciados no interior do arquivo que constitui o sujeito fumante em embalagens de cigarro e os distribuímos em três séries enunciativas, quais sejam: Tabagismo e os riscos de doença e morte para o sujeito fumante; Os riscos do tabagismo passivo à saúde; e Tabagismo e impotência sexual. Utilizamos o aporte da arqueogenealogia de Foucault, que nos permite escavar da história as condições de emergência do discurso antitabagista, a interdição das propagandas de cigarro e as transformações nas posições enunciativas do sujeito fumante em nossa sociedade. Em nossas análises, recorremos a nove propagandas de cigarro, veiculadas entre os anos de 1930 e 1990. Tais propagandas estão em um domínio de memória dos enunciados sobre o tabagismo, o que nos possibilita correlacioná-las ao nosso *corpus*. Concluímos que o governo da população é legitimado por saberes e instituições, tais como o saber médico e as instituições jurídicas, que agenciam o discurso antitabagista e controlam o seu modo de circulação. A divulgação de pesquisas científicas sobre os males do tabagismo à saúde mostrou que o fumo é um fator de risco para inúmeras doenças. Em decorrência disso, o corpo do fumante deixa de ser associado à vitalidade, virilidade, beleza e ao *glamour*, e passa a ser discursivizado como um corpo anormal, mórbido, sexualmente impotente e que representa uma ameaça para toda a população, pois causa o adoecimento e morte de outros indivíduos com o fumo passivo.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Governamentalidade. Corpo. Sujeito Fumante. Campanhas de Prevenção.

ABSTRACT

This master thesis analysis the constitution of the smoker subject in anti-smoking campaigns present in the cigarette packs. We also aims to verify how occur the governmentality that focus on the body of this subject and his discursive construction in anti-smoking campaigns, in the statements molded over the syncretic materiality of cigarette packs. We anchor us in the Discourse Analysis and its resonance in Brasil, with emphasis on Michel Foucault's contributions, beyond the Historical Semiology of the picture, anchored on Jean-Jacques Courtine's presuppositions. Methodologically, we cut out a *corpus* consisting of eighteen statements inside of the archive that constructs the smoker subject in cigarette packs and distributed them in three statements series, which are: Smoking and the risks of illness and death to the smoker subject; The risks of the passive smoking to health; and Smoking and sexual impotence. We use Foucault's archeogenealogy theory, that allows us excavate from the history the conditions of the emergency of the anti-smoking discourse, the interdiction of the cigarettes advertising and the transformations in the statements positions of the smoker subject in our society. In our analysis, we resort to nine cigarettes advertising, molded over between 1930 and 1990. Such advertising are in a memory domain of statements about smoking, what allows us to relation them to our *corpus*. We concluded that the government of the population is legitimated by knowledge and institutions, such as the medical knowledge and the legal institutions, that procure the anti-smoking discourse and control its way of circulation. The publishing of research about the harm of smoking to health shows that the smoke is a factor of risk for countless illness, making the body of the smoker subject stop of being associated with vitality, virility, beauty and glamour and started to be discoursed as an abnormal body, morbid, sexually impotent, that represents threat to all the population, since he causes illness and death of others individual with the passive smoking.

Keywords: Discourse Analysis; Governmentality; Body; Smoker Subject; Prevention Campaign.

LISTA DE FIGURAS

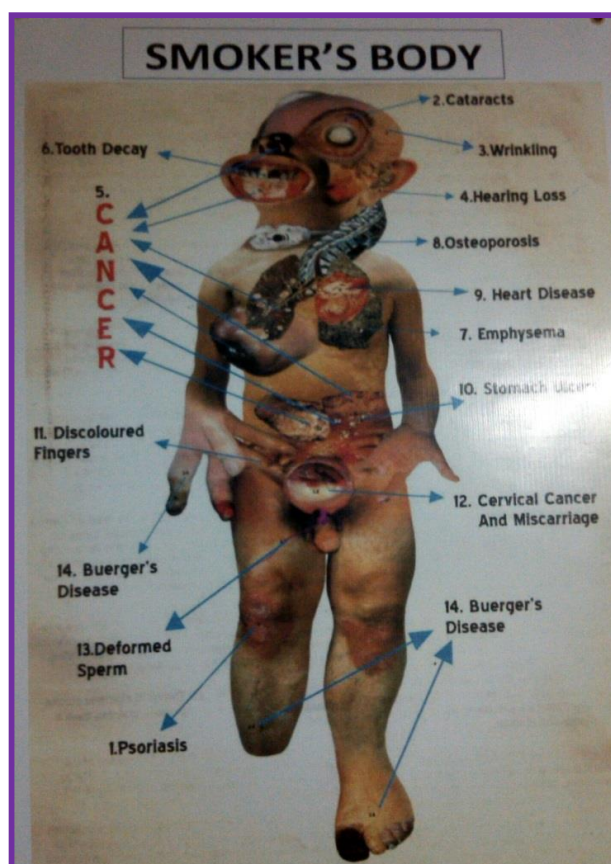
Figura 1: <i>Smoker's body</i> (o corpo do fumante), OMS, 1997	10
Figura 2: Propaganda de cigarros <i>Lucky Strike Cigarettes</i> , 1931	69
Figura 3: James Dean, 1950	69
Figura 4: Marilyn Monroe, 1950	69
Figura 5: Papai Noel em propaganda de cigarro <i>Lucky Strike Cigarettes</i> , 1950	70
Figura 6: Filtros de cigarro <i>Viceroy's</i> , 1950	70
Figura 7: Propaganda de cigarro <i>Camels</i> , 1946	70
Figura 8: Propaganda de cigarros <i>Kent</i> , 1930	71
Figura 9: Propaganda de cigarros <i>Lucky Strike</i> , 1930	71
Figura 10: Garoto propaganda da <i>Marlboro</i> , 1981	71
Figura 11: Horror, INCA, 2008	78
Figura 12: Fumar causa câncer de boca e perda dos dentes, INCA, 2003	81
Figura 13: Fumar causa câncer de laringe, INCA, 2003	83
Figura 14: Morte, INCA, 2008	84
Figura 15: Produto tóxico, INCA, 2008.....	86
Figura 16: Perigo, INCA, 2008	88
Figura 17: Ele é uma vítima do tabaco. Fumar causa doença vascular que pode levar à amputação, INCA, 2003	90
Figura 18: Gangrena, INCA, 2008	91
Figura 19: Infarto. INCA, 2008	92
Figura 20: Crianças que convivem com fumantes têm mais asma, pneumonia, sinusite e alergia, INCA, 2003	103
Figura 21: Fumaça tóxica, INCA, 2008	106
Figura 22: Fumar na gravidez prejudica o bebê, INCA, 2001.....	108
Figura 23: Em gestantes, fumar provoca partos prematuros e o nascimento de crianças com peso abaixo do normal, INCA, 2003	109
Figura 24: Fumar causa aborto espontâneo, INCA, 2003	110
Figura 25: Vítima deste produto, INCA, 2008	111
Figura 26: Fumar causa impotência sexual, INCA, 2001	120
Figura 27: Fumar causa impotência sexual, INCA, 2003	124
Figura 28: Impotência, INCA, 2008	126

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	10
 CAPÍTULO I ã AD: A (DES)CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO TEÓRICO	21
1.1 ã A (des)construção histórica da AD	21
1.2 ã As contribuições de Foucault à Análise do Discurso	33
1.3 ã O discurso na arqueologia foucaultiana	36
1.4 ã A genealogia foucaultiana	46
1.4.1 ã Biopolítica e biopoder	50
1.4.2 ã A governamentalidade	53
1.5 ã A ética do sujeito e o cuidado de si	57
1.6 ã O corpo como objeto discursivo	61
 CAPÍTULO II ã TABAGISMO E OS RISCOS DE DOENÇA E MORTE PARA O SUJEITO FUMANTE	64
2.1 ã Imersão na história: os jogos de verdade em torno do consumo de cigarro	66
2.2 ã O controle dos discursos sobre o tabagismo	72
2.3 ã O combate ao tabagismo e ao câncer: entre o domínio médico e estético	75
2.4 ã O tabagismo como fator de risco para doenças cardiovasculares e morte	87
 CAPÍTULO III ã OS RISCOS DO TABAGISMO PASSIVO À SAÚDE	95
3.1 ã Dados sobre doenças e mortes ligadas ao tabagismo passivo	95
3.2 ã Um espaço heterotópico para o sujeito fumante: o fumódromo	99
3.3 ã As estratégias de combate ao tabagismo passivo	101
3.3.1 ã O cuidado com a infância: os riscos do tabagismo passivo para as crianças ..	102
3.3.2 ã O cuidado de si e do outro: os riscos do tabagismo passivo para a gestação ..	107
 CAPÍTULO IV ã TABAGISMO E IMPOTÊNCIA SEXUAL	114
4.1 ã Do dispositivo de sexualidade ao dispositivo da saúde	114
4.2 ã Resposta a uma urgência: o combate ao tabagismo e à impotência sexual	119
4.3 ã O óreal do corpo: a falha no alerta aos riscos de impotência sexual	123
CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS	129
REFERÊNCIAS	133

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Figura 1: *Smoker's body* (o corpo do fumante), 1997



Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS).

Disponível em: <https://jennifaye.wordpress.com/2014/07/27/hospital-stuff/>. Acesso em: 23 de março de 2015

Iniciamos a escrita deste trabalho apresentando a imagem acima, que captura o funcionamento discursivo de uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2007) sobre a prática de fumar, cruzando o domínio da Medicina, da estética corporal, da História e da produção de sentidos na sociedade de controle (DELEUZE, 2008), ao mesmo tempo em que dá condições para a emergência de enunciados que promovem a governamentalidade (FOUCAULT, 2013a) dos sujeitos. Trata-se de um mapa anatômico divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com ilustração de

doenças causadas pelo tabagismo. Essa imagem expressa a forma como essa instituição vê o corpo do sujeito fumante: doente, disforme e com uma aparência monstruosa.

Essa ilustração data de 1997 e se chama *the smoker's body* (o corpo do fumante). Sua emergência nesse momento específico da história situa-se num quadro mais amplo de mecanismos que visam combater o tabagismo, incluindo a divulgação, na década de 1990, de pesquisas científicas sobre os riscos do tabaco à saúde. Antes disso, havia outra vontade de verdade em torno da prática de fumar: esse ato aparecia nas telas do cinema, em propagandas de TV e outras mídias como sinônimo de *glamour*.

Se cotejarmos tal prática numa duração histórica dos anos de 1950 à atualidade, constatamos que os discursos sobre o consumo de cigarro e também sobre o sujeito fumante inserem-se em diferentes jogos de verdade (FOUCAULT, 1998), que fazem aparecer relações como cigarro/*glamour*, vista em filmes de *Hollywood* dos anos 1950; cigarro/virilidade, nas antigas propagandas de cigarro, até os anos 1990; cigarro/liberdade, nos movimentos de contracultura dos anos 1960/70; e cigarro/doença, nas pesquisas científicas a esse respeito, cuja circulação se intensificou a partir dos anos 1990 e possibilitou a imagem atual que se construiu para o fumante.

Hoje, mais de 15 anos após a emergência da ilustração em pauta, outras se sucederam, dando origem a novas práticas. Ao ser caracterizado cientificamente no campo da Medicina, o sujeito fumante passa a se inserir em uma ordem discursiva (FOUCAULT, 2007) não mais do *glamour*, mas de um corpo doente. É o discurso clínico que o caracteriza enquanto ser biológico e promove a biopolítica (FOUCAULT, 2005a) que visa combater o tabagismo.

Nessa imagem, a superfície discursiva, que traz referências ao ócorpo do fumante e especifica as doenças decorrentes do tabagismo, mostra que as condições de exercício da função enunciativa são historicamente determinadas, pois na atualidade os discursos sobre esse sujeito estão inscritos nos saberes sobre os cuidados com a saúde e divergem dos discursos vigentes tempos atrás, que criavam sentidos para o corpo do sujeito fumante como poderoso, livre e glamoroso. Há, na atualidade, um atravessamento de questões médicas, políticas e jurídicas no discurso sobre o tabagismo, agenciadas por órgãos do Estado, visando garantir a saúde da população, com o objetivo final de torná-la mais produtiva e evitar prejuízos aos cofres públicos.

Desse modo, na imagem que apresentamos no início dessa Introdução há uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2007) sobre o corpo do sujeito fumante, inscrita nas práticas discursivas sobre a saúde. Veremos que nas imagens sanitárias das embalagens

de cigarro há também um atravessamento pelas verdades sobre a sexualidade e as relações com os outros e consigo mesmo. Esse conjunto de verdades constrói discursivamente o sujeito fumante, já que o insere em diferentes lugares de enunciação e promove práticas divisórias¹ (FOUCAULT, 2009a). Hoje é comum vermos avisos de que não se pode fumar em certos ambientes, fazendo com que fumantes e não fumantes ocupem lugares diferentes nos espaços públicos e privados. Isso ocorre por intermédio do que chamaremos metodologicamente de dispositivo da saúde, a partir da ideia de dispositivo de Foucault (2013c). Trata-se de um conjunto heterogêneo agenciado pelo Estado e seus órgãos competentes, imbuídos de um discurso médico e jurídico que dão respaldo à normalização (FOUCAULT, 2005a) de práticas.

Esta breve alusão a essa imagem e à sua inserção na história e nos mecanismos de biopoder (FOUCAULT, 2005a) da sociedade de controle (DELEUZE, 2008) visa mostrar a perspectiva pela qual pretendemos perscrutar este objeto discursivo: inserindo-o na dimensão histórica que o delineia e determina um conjunto de verdades que podem ou não ser ditas, de acordo com a ordem discursiva (FOUCAULT, 2007) na qual ele se insere, bem como as movências históricas que essa prática sofreu, fazendo com que na atualidade o corpo do sujeito fumante seja discursivizado como doente. Retomaremos e aprofundaremos esta discussão e as noções aqui mencionadas.

O combate ao tabagismo é atravessado por discursos oriundos de variados campos do saber, tais como Economia, Saúde, Política, Estética, Moral, etc. Discutir tal questão na atualidade mostra-se relevante, pois diariamente somos cercados por enunciados que nos indicam formas de conduzir nossas vidas, estabelecer práticas com nós mesmos, com nossos corpos, e com os outros, e nesse processo estamos em constante (re)configuração.

Além disso, a eleição da temática do combate ao tabagismo e a decisão de estudá-la por este viés se dá pela compreensão de que ela está na ordem do dia e constitui uma forma de gestão pública da vida da população, credibilizada por saberes que tornam o tabagismo uma doença.

Foucault (2008b, p. 351) propõe que a interrogação sobre quem somos nós é ósimultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e a prova de sua ultrapassagem. É importante refletirmos sobre os mecanismos que nos levaram a nos

¹ Para Castro (2009, p. 408), estas práticas dizem respeito aos modos de objetivação por meio dos quais o sujeito é dividido em si mesmo ou dividido a respeito dos outros. Por exemplo, a separação entre o sujeito louco ou o enfermo e o sujeito saudável, o criminoso e o indivíduo bom. É por meio dessa prática que o sujeito fumante é constituído discursivamente.

constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos e dizemos. Faremos isso a partir de uma análise que é arqueológica, porque articula os discursos com os acontecimentos históricos, e é genealógica, porque ódeduzirá da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamosô (FOUCAULT, 2008b, p. 348).

Ainda segundo Foucault (2008b, p. 350), a antologia crítica de nós mesmos se relaciona ao eixo do saber, do poder e da ética, respondendo às questões ócomo nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como nos constituímos como sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas açõesô.

A divulgação de uma representação detalhada do corpo do sujeito fumante sendo afetado pelo consumo de substâncias tóxicas presentes no cigarro, feita pela OMS, possibilitou a elaboração de leis que estabelecem regras para o consumo do cigarro nos espaços públicos, fazendo com que o domínio da Medicina e do Direito estabeleçam práticas para os fumantes, as quais irão transformar seus hábitos de forma minuciosa, até mesmo a relação consigo, mediante o uso do que estamos chamando aqui de dispositivo da saúde.

Nessa conjuntura, o problema sobre o qual nos debruçamos nesta dissertação é: o sujeito fumante foi deslocado do lugar de um corpo sadio e glamoroso para o lugar de um corpo doente, por meio de práticas discursivas e não discursivas e de biopolíticas que promovem o governo da população. A partir dessa problemática, questionamos: como ocorre a governamentalidade do sujeito fumante em enunciados de combate ao tabagismo presente em embalagens de cigarro? Que mecanismos de poder controlam a forma de circulação do discurso antitabagista presente nesses enunciados e em que saberes ele se ancora? Como o dispositivo da saúde constrói o corpo do sujeito fumante no discurso?

Para desenvolver este estudo sobre a constituição do sujeito fumante na contemporaneidade, buscaremos suporte na Análise do Discurso (AD), cuja fundação deve-se aos trabalhos de Michel Pêcheux, e em suas ressonâncias no Brasil, bem como as contribuições de Michel Foucault, cuja inserção neste campo deve-se, sobretudo, a Jean-Jacques Courtine, do qual recorreremos aos elementos da Semiologia Histórica, decorrente das discussões sobre as transformações que as revoluções midiáticas trouxeram para a análise de discursividades não verbais, o que nos fornece os elementos teóricos que possibilitam conceber as imagens e as mensagens de advertência que as

acompanham em embalagens de cigarro como enunciado de materialidade híbrida. Esse campo foi sistematicamente estudado no Brasil, sobretudo por Gregolin (2008a), Sargentini (2011) e Milanez (2006), este último responsável pela mobilização da noção de intericonicidade na AD do Brasil.

Do campo da AD, mobilizamos as noções de discurso, memória e enunciado de Pêcheux (1990, 1999, 2006, 2010), conforme são trabalhadas no momento de sua revisão teórica, quando ele começa a direcionar seu pensamento para os pressupostos de Foucault, o que possibilita os diálogos entre as teorias de ambos, como já dissemos, realizados por Courtine (2009) e, entre os estudos no Brasil, por Gregolin (2004a). Mobilizamos as noções-conceitos que norteiam esse trabalho das sistematizações de Foucault, ao qual recorremos (1999, 2005a, 2008a, 2009a, 2013a) para tratar do exercício de uma forma particular de poder na sociedade de controle, que ele caracteriza como um poder de regulamentação da espécie, chamado de biopoder, e que emerge quando a espécie humana é concebida como objeto de controle do Estado, visando gerir a vida da população.

Recorremos também a Courtine (2011a, 2013) para problematizar o corpo como um objeto discursivo, inserido em um acontecimento que irrompe em um dado momento histórico, discussão que se deve também aos estudos de Milanez (2009, 2011), no Brasil. Além disso, nos fundamentamos em teóricos da Nova História (BURKE, 2011; LE GOFF, 1994; DE CERTAU, 2000), para esclarecermos que o discurso não merece atenção apenas quando é feito por grandes homens, e que é necessário estudar também o discurso que circula no cotidiano. Esse novo paradigma, em vez de ser puramente descritivo, problematiza a história, o que nos possibilita trabalhar nas margens, analisar a discursivização dos sujeitos ordinários.

Desse modo, como objetivo geral propomos analisar a constituição do sujeito fumante em campanhas antitabagistas nas embalagens de cigarro.

Neste trabalho, estudaremos o corpo como um objeto discursivo (MILANEZ, 2009), historicamente situado, cujas investigações estão presentes nas preocupações de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. A perspectiva pela qual pretendemos perscrutar este objeto de estudo é a de Foucault (1999, 2005a, 2009a, 2013a), Courtine (2011a, 2013) e Milanez (2009, 2011), que investigam o corpo em sua relação com os biopoderes e a biopolítica que promovem a governamentalidade dos sujeitos na sociedade de controle (DELEUZE, 2008), como parte de uma política pública que incide sobre a população enquanto espécie.

As campanhas de prevenção e combate ao tabagismo, atreladas às estatísticas que medem o número de fumantes, de pessoas que pararam de fumar em virtude de políticas públicas e os que morreram em decorrência de doenças ocasionadas pelo consumo de cigarro, fazem parte de um complexo dispositivo de poder que dá respaldo ao governo da população.

Sobre os objetivos específicos, pretendemos: a) analisar as condições que possibilitaram a construção do corpo do sujeito fumante como estratégia discursiva no combate ao tabagismo; b) investigar os mecanismos de poder/saber que incidem sobre a população por meio de campanhas de prevenção ao tabagismo; c) verificar que saberes e instituições ancoram e legitimam o discurso antitabagista; d) discutir como o sujeito fumante é discursivizado nas embalagens de cigarro; e) interpretar os efeitos de sentidos possibilitados pela opacidade da materialidade verbal e imagética dos enunciados.

Apresentados os objetivos, tratemos, então, da metodologia empregada para atingi-los. Este trabalho se caracteriza metodologicamente por uma abordagem qualitativa do *corpus*, pois tem como marca a interpretação. Na AD, teoria e método não se separam, por isso as categorias teóricas são também analíticas. Estamos interessados em analisar os enunciados antitabagistas, os quais serão correlacionados a propagandas de cigarro, o que nos possibilitará verificar as movências históricas que o discurso sobre o tabagismo sofreu em nossa sociedade e as diferentes posições que o sujeito fumante passou a ocupar em decorrência disso. Isso é possível porque estamos levando em conta o princípio discursivo da dispersão, presente nas propostas arqueológicas de Foucault (2008a), segundo o qual o discurso se caracteriza pela coexistência de enunciados dispersos e heterogêneos.

Além disso, essas propagandas fazem parte de um domínio de memória (FOUCAULT, 2008a) de enunciados sobre o tabagismo, podendo ser mobilizadas para nossa análise, pois o *corpus* aqui apresentado faz parte de um arquivo que põe o discurso e o sujeito em relação com a história. O que pretendemos é verificar os deslocamentos de sentido no discurso sobre o tabagismo e as diferentes posições enunciativas que o sujeito fumante passou a ocupar em decorrência disso.

Não estamos mobilizando a noção de arquivo da AD clássica, que constituía o *corpus* a partir de séries textuais impressas, cuja materialidade era tomada como evidente. Na terceira época da AD, já se considerava que o arquivo não é dado *a priori* e seu funcionamento é opaco, não um reflexo passivo de uma realidade institucional. Ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes

(GUILHAUMOU E MALDIDIER, 2010, p. 162). Com a mudança da análise de sequência textual para a leitura do arquivo, a própria AD passa de uma disciplina de programa e métodos para a uma disciplina interpretativa (SARGENTINI, 2014). E ler o arquivo, para Pêcheux (2010, p. 51), consiste em empreender diferentes gestos de leitura. Uma leitura interpretativa ó que já é uma escrituraô.

Mobilizamos a noção de Foucault (2008a, p. 147) sobre arquivo, compreendido como óa lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singularesô. Para o autor, o arquivo é também o ó que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstânciasô (p. 146). O arquivo não diz respeito ao acúmulo de textos, documentos, nem à instituição que visa salvaguardar documentos. Ele é da ordem do acontecimento, que possibilita a irrupção de enunciados, e das coisas ditas, que não se acumulam de forma indefinida e nem se agrupam em uma linearidade, nem desaparecem ao acaso. Elas se agrupam segundo regularidades específicas. Com isso, o autor esclarece que não é possível descrever exhaustivamente o arquivo de uma cultura, ou nosso próprio arquivo em sua totalidade, pois é no interior dele que falamos.

Assim, no Brasil é possível recortar nos anos de 2001 a 2008 um arquivo constituído de 29 enunciados antitabagistas inseridos em embalagens de cigarro. Foram produzidos 9 enunciados em 2001, 10 em 2003, e outros 10 em 2008. Nosso *corpus* é constituído de 18 desses enunciados, coletados do *site* do Instituto Nacional do Câncer² (INCA). Orientando-nos pelas regularidades discursivas, construímos três séries enunciativas (FOUCAULT, 2008a) para direcionar nossa leitura, já que alguns desses enunciados guardam semelhanças entre si.

A primeira série, intitulada Tabagismo e os riscos de doença e morte para o sujeito fumante, contém nove enunciados, o maior número deles, já que, conforme podemos verificar na imagem que introduz este trabalho, são especificadas pela OMS quatorze partes do corpo do sujeito fumante que são acometidas por doenças em razão do tabagismo. É essa especificação de doenças cardíacas, vasculares e da possibilidade de morte a regularidade que nos fez reunir tais enunciados nesta série enunciativa.

² Disponíveis em:

www.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/brasiladvertenciassanitariasnosprodutosdetabaco2009b.pdf. Acesso em 23 de março de 2015.

Já a segunda série, intitulada Os riscos do tabagismo passivo à saúde, foi construída com enunciados que alertam para um risco à saúde de crianças que inalam fumaças tóxicas e de bebês ainda em gestação, que são afetados pelos produtos tóxicos do cigarro inalados pela gestante. A regularidade que nos permite reunir esses enunciados nessa série enunciativa está tanto no componente verbal, em que são especificadas doenças respiratórias que o fumo passivo causa em crianças, e os riscos que o bebê sofre de nascer prematuramente ou ser abortado, como na parte não-verbal, que mostra esses sujeitos como vítimas do tabagismo passivo.

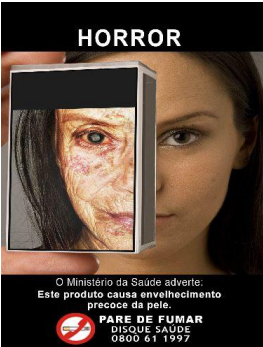
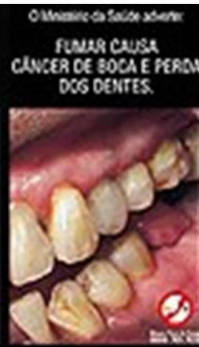
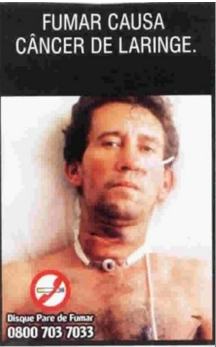
A última série, a qual denominamos Tabagismo e impotência sexual, foi construída a partir dos enunciados que fazem entrever um perigo do tabagismo à sexualidade masculina. Eles foram produzidos em distintas temporalidades, mas guardam entre si essa regularidade de alerta para os riscos de impotência sexual.

Para a análise desse *corpus*, utilizaremos os princípios teóricos da AD, realizando uma abordagem arqueogenealógica do discurso, que constitui o método utilizado por Foucault nos seus estudos, ou seja, uma junção do método empregado na fase arqueológica de seus trabalhos com o método da fase genealógica. Enquanto na arqueologia tenta-se determinar as condições que possibilitaram a emergência de um determinado discurso e nenhum outro em seu lugar, na perspectiva genealógica trata-se de determinar as relações de poder que controlam a forma de circulação desse discurso (GREGOLIN, 2004a).

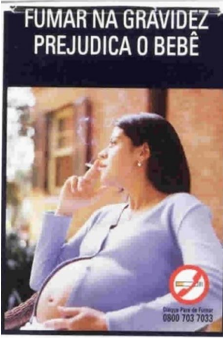
Para Foucault (1998, p. 15), a dimensão arqueológica da análise permite analisar as próprias formas da problematização; a dimensão genealógica, sua formação a partir das práticas e de suas modificações. Assim, trata-se de analisar as condições de emergência do corpo do sujeito fumante como objeto discursivo no combate ao tabagismo, e a interdição das propagandas de cigarro, que acarretaram transformações na forma como circulam as representações sobre o sujeito fumante na sociedade contemporânea.

A seguir, apresentaremos as três séries enunciativas que compõem o nosso *corpus*:

I ã Tabagismo e os riscos de doença e morte para o sujeito fumante

 HORROR O Ministério da Saúde adverte: Este produto causa envelhecimento precoce da pele. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 61 1997	 O Ministério da Saúde adverte: FUMAR CAUSA C�NCER DE BOCA E PERDA DOS DENTES. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 703 7033	 FUMAR CAUSA C�NCER DE LARINGE. O Ministério da Saúde adverte: O uso deste produto leva � morte por c�ncer de pulmão e enfisema. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 61 1997	 MORTE O Ministério da Saúde adverte: O uso deste produto leva � morte por c�ncer de pulmão e enfisema. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 61 1997	 PRODUTO TÓXICO O Ministério da Saúde adverte: Este produto contém subst�ncias tóxicas que levam ao adoecimento e � morte. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 61 1997
INCA, 2008	INCA, 2003	INCA, 2003	INCA, 2008	INCA, 2008
 PERIGO O Ministério da Saúde adverte: O risco de derrame cerebral é maior com o uso deste produto. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 61 1997	 O Ministério da Saúde adverte: ELE � UMA VÍTIMA DO TABACO. FUMAR CAUSA DOENÇA VASCULAR QUE PODE LEVAR A AMPUTAÇÃO. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 703 7033	 GANGRENA O Ministério da Saúde adverte: O uso deste produto obstrui as artérias e dificulta a circulação do sangue. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 61 1997	 INFARTO O Ministério da Saúde adverte: O uso deste produto causa morte por doença do coração. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 61 1997	
INCA, 2008	INCA, 2003	INCA, 2008	INCA, 2008	

II ã Os riscos do tabagismo passivo   saúde

 O Ministério da Saúde adverte: CRIANÇAS QUE CONVIVEM COM FUMANTES TÊM MAIS ASMA, PNEUMONIA, SINUSITE E ALERGIA. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 61 1997	 FUMAÇA TÓXICA O Ministério da Saúde adverte: Respirar a fumaça deste produto causa pneumonia e bronquite. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 61 1997		
INCA, 2003	INCA, 2008		
 FUMAR NA GRAVIDEZ PREJUDICA O BEB� O Ministério da Saúde adverte: EM GESTANTES, FUMAR PROVOCA PARTOS PREMATUROS E O NASCIMENTO DE CRIANÇAS COM PESO ABAIXO DO NORMAL. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 703 7033	 O Ministério da Saúde adverte: FUMAR CAUSA ABORTO ESPONT�NEO. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 703 7033	 VÍTIMA DESTA PRODUTO O Ministério da Saúde adverte: Este produto intoxica a mãe e o bebê, causando parto prematuro � morte. PARE DE FUMAR DISQUE SAÚDE 0800 61 1997	
INCA, 2001	INCA, 2003	INCA, 2003	INCA, 2008

III ã Tabagismo e impotência sexual



Feita a explanação do objeto, da teoria e do método de pesquisa, apresentaremos agora a forma como este trabalho está estruturado. Esta dissertação compõe-se de quatro partes. No primeiro capítulo, chamado AD: a (des)construção de um campo teórico, inicialmente apresentamos o trajeto histórico de (des)construção do projeto pecheutiano da AD, a partir de sua terceira época, enfatizando as influências de Courtine e dos novos historiadores. Depois, discutimos as ressonâncias que esses estudos tiveram no Brasil e enfatizamos as contribuições de Foucault para os estudos do discurso, evidenciando as suas noções-conceitos norteadoras deste estudo.

No capítulo dois, intitulado Tabagismo e os riscos de doença e morte para o sujeito fumante, discutimos os enunciados pertencentes à primeira série enunciativa. Inicialmente, faremos uma imersão na história para tratar dos jogos de verdade em torno do ato de fumar. O objetivo é discutir como essa prática deixou de ser vinculada a aspectos positivos, como beleza, virilidade, *glamour* e saúde, e se tornou uma doença, vinculada a aspectos como horror, impotência e feiura. Em seguida, analisaremos os enunciados desta série, cuja grade de especificação (FOUCAULT, 2008a) são os riscos de acometimento por doenças cancerígenas e cardiovasculares, mostrando como nesses enunciados o domínio médico e o estético se cruzam.

No capítulo três, que intitulamos Os riscos do tabagismo passivo à saúde, inicialmente apresentamos dados sobre doenças ligadas a esse tipo de tabagismo; em seguida, discutimos a exclusão do sujeito no fumódromo, a partir da noção foucaultiana de heterotopia. Por fim, analisamos os enunciados que compõem a nossa segunda série

enunciativa, discutindo os riscos do tabagismo passivo para crianças e para bebês em gestação.

No capítulo quatro, intitulado Tabagismo e impotência sexual, começamos por uma discussão sobre o dispositivo de sexualidade e depois fazemos uma relação entre o combate aos riscos de impotência sexual com uma das funções do dispositivo, que é responder a uma urgência. Por fim, analisamos os efeitos de sentido possibilitados pela opacidade da materialidade sincrética dos enunciados que visam combater o tabagismo e a impotência sexual, analisando-os no interior dos discursos sobre a sexualidade presentes em nossa sociedade.

Feitas as considerações introdutórias que nos são solicitadas pela ordem discursiva na qual nos inserimos, há uma vontade de saber que nos impulsiona a continuar nossas discussões. Para tanto, o primeiro passo é delimitar o campo de investigação no qual nos situamos, e as categorias teórico-analíticas mobilizadas para perseguir nosso objeto. É isso que faremos no capítulo que segue.

CAPÍTULO I

AD: A (DES)CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO TEÓRICO

Na terceira época não que temporalmente se marca como o período de 1980 a 1983 não que Maltidier (1990) denomina como aquela da desconstrução dirigida - dentro de uma crise irreversível das esquerdas francesas, Pêcheux afasta-se de posições dogmáticas sustentadas anteriormente a partir de sua vinculação com o Partido Comunista. É o momento do encontro com a nova História, de aproximação com as teses foucaultianas, em que Pêcheux critica duramente a política e as posições derivadas da luta na teoria e, assim, abre várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento (GREGOLIN, 2004a, p. 64).

1.1 A (des)construção histórica da AD

A epígrafe acima situa qual é o campo escolhido para realizar este estudo: a Análise do Discurso (AD) e suas ressonâncias no Brasil. Nossa pesquisa está inscrita na grande área da Linguística, no entanto, não nos voltamos para a língua, e sim para os discursos, sua materialização em enunciados, sua circulação como prática, sua relação com um sujeito e sua inscrição na História. Por isso escolhemos a AD como aporte teórico para nos guiar nesse trajeto, já que interessa aos estudos realizados nesse campo compreender a construção de sentidos a partir da remissão a acontecimentos discursivos que promovem a irrupção de enunciados.

Para desenvolver esta etapa de descrição do campo teórico, realizaremos um deslocamento na cronologia do seu trajeto histórico de construção para a terceira época, momento de rupturas, deslocamentos e novas filiações teóricas, marcado pela ampliação das fronteiras e pelos diálogos de Michel Pêcheux, fundador dessa disciplina, com Michel Foucault, intermediados por Jean-Jacques Courtine, e com alguns teóricos da Nova História, como Jacques Le Goff e Michel de Certeau. Essa teorização é necessária para situarmos nosso lugar teórico e também para tornarmos claro de que modo nos

relacionamos com os estudos de Michel Foucault, embora não nos aprofundemos nessa discussão sobre as retificações teórico-metodológicas de Pêcheux.

Algumas problematizações teóricas e metodológicas feitas na segunda época da AD foram retificadas ou ampliadas, a exemplo das noções de formação discursiva (FD), que foi tomada de empréstimo dos trabalhos de Foucault e reinterpretada por Pêcheux sob influência de Althusser, colocando-a em relação com a ideologia. Já a noção de heterogeneidade afastou da teoria as categorias marxistas da contradição e assujeitamento, bem como os termos óparelho ideológico e óluta de classe. Ao conceber a FD como um espaço heterogêneo em que está presente o discurso-outro, Pêcheux buscou compreender a dispersão de lugares enunciativos do sujeito.

As mudanças ocorridas nos anos de 1980, correspondente à terceira época da AD, fizeram com que o projeto epistemológico de Pêcheux fosse desconstruído, tais como as transformações políticas do Partido Comunista Francês, a crise do Marxismo, a fragmentação das esquerdas, a morte de Althusser, as revoluções audiovisuais, as transformações econômicas, a globalização e as novas relações de trabalho. Em decorrência dessas reviravoltas, o grupo em torno de Pêcheux mudou os rumos de seus trabalhos, aproximando-se de historiadores da Nova História³, o que possibilitou a presença de Foucault na AD, sobretudo por influência de Courtine, segundo Gregolin (2004a).

Os trabalhos da Nova História, com os quais Foucault estabelece um diálogo, colocam os indivíduos em um patamar diferente do ocupado na história tradicional, sempre organizada em narrativas sequenciais de acontecimentos hierarquizados, em que os indivíduos aparecem como atores pouco conscientes em uma totalidade. Em lugar de estudar apenas os feitos dos grandes homens, os estudiosos se voltam para a óhistória vista de baixo (BURKE, 2011, p. 13), provocando um deslocamento no pensamento científico.

Esse novo paradigma vem mostrar que óo cotidiano também tem uma história (LE GOFF 1994, p. 87) e nasce do desejo de contrapor-se à grande história, dando lugar aos homens sem qualidade, ou aos homens infames (FOUCAULT, 2006a, p. 211). Essa nova perspectiva nos interessa porque permite trabalhar nas margens, dirigir-se às zonas

³ O termo Nova História é empregado aqui em referência à história da chamada *École des Annales*, em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch para divulgar seus trabalhos. Na geração seguinte está associada a Fernand Braudel, que dirigiu a revista supracitada entre 1958 e 1969, juntamente com Charles Morazé. Após isso, uma nova diretoria, que contava com Jacques Le Goff, a comandou, segundo Dosse (2001).

silenciosas, como diz De Certeau (2000), acrescentando ainda que a Nova História pôs fim ao positivismo cientificista que tenta fazer uma história objetiva, buscando reconstituir a verdade dos fatos históricos. A história do cotidiano tem a vantagem de ser uma história problema e não uma história puramente descritiva, pois o cotidiano é um dos lugares privilegiados das lutas sociais (LE GOFF, 1994, p. 94).

Essa forma de estudar a história nos interessa porque se volta para o presente, problematizando as transformações nas práticas discursivas e as reorganizações das relações de saber-poder. Ela se caracteriza como uma história-problema porque traz à tona os embates da história, reconhece a existência de outras formas possíveis de abordar os fatos, se interessa pelo discurso oficial e também pelas margens, analisa várias fontes documentais, apresentando diversos pontos de vista.

Em decorrência de todas as transformações e influências, a AD passou a se ocupar dos discursos do cotidiano, e não somente do discurso institucional. Pêcheux discute essa questão no texto *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2006). Trata-se de uma conferência ministrada por ele, na Universidade de Illinois, em 1983, e publicada nas atas do evento. No Brasil, foi publicada em forma de livro, em 1997. Nele, o autor empreende uma grande revisão em torno dos dispositivos teóricos e analíticos da AD, fazendo uma reflexão a partir do entrecruzamento do acontecimento discursivo, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação.

Esse texto insere-se no conjunto de rupturas e deslocamentos teóricos que já vinham sendo feitos por Pêcheux em suas auto-críticas. Sua leitura deve levar em conta as mudanças que provocaram o movimento que Maldidier (2003, p. 71) denominou de desmontagem da desconstrução domesticada. O objetivo do evento no qual essa conferência foi ministrada era discutir a relação do Marxismo com a cultura. Além disso, como já dissemos, os anos de 1980 foram marcados pela crise das esquerdas e do Marxismo, por isso, no início do texto, Pêcheux (2006) traz uma anedota sobre um velho marxista que queria construir sua biblioteca sozinho, para criticar o fato de, naquele momento, o Marxismo estar mantendo relações conjugais e extra-conjugais com outros campos do conhecimento. Isso serve para mostrar os perigos da aproximação do Marxismo com outras teorias, tendo em vista a opacidade e o equívoco do discurso (GREGOLIN, 2006).

O texto é dividido em três partes: uma introdução, na qual o autor aponta possíveis caminhos para a Análise do Discurso, exemplificando com o enunciado *on a gagné*; um capítulo dedicado à discussão da diferença entre descrição e interpretação em

diferentes ciências e do papel do estruturalismo em uma nova concepção de leitura; e um terceiro capítulo dedicado à relação da AD com o Marxismo e com a Linguística.

Entre os vários caminhos possíveis para tratar da equivocidade do discurso, o autor opta por fazer uma reflexão a partir do entrecruzamento do acontecimento discursivo, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação na AD. Para tanto, ele analisa o enunciado *on a gagné*, mostrando o quanto ele é opaco, mas é trabalhado pela mídia para disfarçar a situação política da esquerda francesa naquele momento.

Pêcheux (2006, p. 17) situa o momento de circulação desse enunciado óno dia 10 de maio de 1981, às 20 horasô, e mostra que esse acontecimento ganhou repercussão global a partir da espetacularização da mídia francesa em torno da imagem de François Mitterrand, futuro presidente da França. Para o autor, esse enunciado ópegouô entre os cidadãos que comemoravam a vitória do político, tendo um eco sobre o acontecimento da eleição e remetendo a um conteúdo que é ao mesmo tempo transparente e opaco.

O autor mostra que a materialidade discursiva desse enunciado não tem o conteúdo nem a forma ou a estrutura típicas do discurso político, constituindo uma retomada no campo da política de um grito típico das torcidas esportivas. O jogo da transparência e da opacidade se dá pelas retomadas e deslocamentos do acontecimento, pois vários enunciados sobre a eleição do presidente vão circular, mas, embora eles remetam ao mesmo fato, não possuem a mesma significação.

Segundo Pêcheux (2006, p. 22), no domínio do esporte, esse acontecimento é logicamente estabilizado, pois não se perguntaria quem ganhou já que há recursos lógicos que mostram isso. Quando se trata da política, é opaco, pois o apagamento do agente e a ausência de um complemento verbal que possibilite dizer o que se ganha, permitem associá-lo a vários outros enunciados. O autor trabalha a materialidade do enunciado fazendo uma oposição entre os espaços logicamente estabilizados e os não-establizados, para tratar do próprio da língua, o real da língua agindo no enunciado, expondo-o ao equívoco:

A partir do exemplo de um acontecimento, o do dia 10 de maio de 1981, a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, sucetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas. (PÊCHEUX, 2006, p. 28).

Assim, o autor afirma que nesse espaço do logicamente estabilizado, o sujeito tem a ilusão de que sabe do que fala, como se os enunciados fossem transparentes, independentes das condições em que são produzidos. Mas a língua está sujeita ao equívoco, e onde ela falha há sentidos que escapam ao controle do sujeito sobre seu dizer. A AD é um campo do não-logicamente estabilizado, dos sentidos opacos, dos equívocos e das falhas da língua.

Para disfarçar essa opacidade, a mídia construiu uma univocidade lógica em torno do resultado das eleições, por meio de argumentos logicamente estabilizados que transformaram o enunciado em uma proposição verdadeira (GREGOLIN, 2006). Essa equivocidade faz o enunciado emergir em uma rede de formulações.

Há um real próprio dos espaços logicamente estabilizados, criando uma falsa impressão de que não resta espaço para a interpretação. Esses espaços criam uma pretensa homogeneidade, que é atravessada de equívocos. Trata-se de um efeito, uma cobertura de regiões heterogêneas do real. Pêcheux (2006) diz que algumas ciências se relacionam com o real, concebido como o ponto de impossível. O real não é descoberto e sim encontrado. Lidar com ele equivale a buscar por resultados lógicos, classificar, marcar.

Os espaços logicamente estabilizados não são externos ao sujeito, e sim uma ilusão necessária de homogeneidade lógica, pois necessitamos de um mundo semanticamente normal. A homogeneidade serve para afastar os perigos do que escapa e se desloca. A sociedade desenvolveu formas de controlar a heterogeneidade, tentando unificar as coisas, como forma de afastar as falhas ou os riscos de interpretação.

Outro ponto importante desse mesmo texto, que também serve como redirecionamento do aporte teórico da AD, são as reflexões sobre as práticas de leitura, descrição e interpretação. Para Pêcheux (2006, p. 44, grifos do autor), as novas práticas de leitura surgidas com o Estruturalismo consistem em ómultiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de óentenderô a presença de não ditos no interior do que é ditoô.

Os estruturalistas, afirma Pêcheux (2006), preocupavam-se mais em descrever os arranjos textuais discursivos em seu aspecto material do que com a interpretação. Inicialmente, eles tentaram evitar que o Estruturalismo se constituísse em uma ciência régia, que pretendia unificar todo o saber, mas cederam a essa recusa. O encontro das bases teóricas de Marx, Freud e Saussure instaurou uma nova prática de leitura. Isso fez

com que se cresse muito na estrutura e se pusesse em suspenso a interpretação. A entrada do inconsciente nas preocupações com a linguagem, opera o que Pêcheux chama de golpe no narcisismo da consciência.

Pêcheux (2006) afirma que o ressentimento com as teorias vigentes, que não falavam em nome das massas, também contribuíram para essa nova forma de se fazer leitura. Ele evidencia isso mostrando como os teóricos da Nova História abandonam os discursos institucionais políticos e se voltam para os discursos do cotidiano. Com isso, afirma ele, há uma aproximação entre a prática da linguagem ordinária e as práticas das análises dos arranjos discursivos-textuais. Para que seja possível esse trabalho com as materialidades discursivas do cotidiano, são necessárias algumas exigências.

Uma delas é dar primado aos gestos de descrição das materialidades. Mas uma descrição que se torne indiscernível de interpretar (PÊCHEUX, 2006). Disso decorre que toda descrição está exposta ao equívoco da língua, pois todo enunciado é suscetível de se tornar outro, todo enunciado se apresenta como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo possibilidades para a interpretação, e é nesse espaço que a análise deve trabalhar. Assim,

o problema principal é determinar nas práticas de análise do discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível. (PÊCHEUX, 2006, p. 54).

Nesse processo, afirma o autor, a descrição coloca em jogo o discurso-outro enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, que marca a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica. É exatamente a existência desse outro que faz necessária a interpretação.

Essas questões conduzem à do discurso como estrutura e acontecimento. Para Pêcheux (2006), a inscrição do discurso em uma série corria o risco de absorver seu acontecimento na estrutura da série, que funciona como transcendental histórica, inscrevendo o discurso numa rede de memória. O autor afirma que a adaptação feita à noção de formação discursiva, de Foucault, apresentava uma concepção estrutural da discursividade e poderia apagar o acontecimento. Ele reconhece que o discurso é

dependente das redes de memória e das condições que lhe possibilitam irromper, mas, ao surgir, o discurso as reconfigura e as desloca.

Assim, é a partir da percepção das novas discursividades na política, da necessidade de repensar o discurso em sua inscrição no acontecimento, das transformações no mundo do trabalho e das revoluções audiovisuais que ele se afasta das ideias de Althusser, passando a refletir também sobre os discursos que circulam em materialidades não-verbais, como pode ser visto também no texto *O papel da memória* (1999). Esse quadro de transformações e rupturas foi interrompido nos anos de 1983/84, com a morte de Pêcheux e foram retomados pelas problematizações de Jean-Jacques Courtine.

Os trabalhos de Courtine trouxeram grandes contribuições para essa área, promovendo deslocamentos teórico-metodológicos que podem ser situados na publicação de um estudo no qual ele analisa o discurso comunista endereçado aos cristãos, na revista *Langages*, número 62, de 1981, em que redefine os métodos e procedimentos analíticos em AD a partir de um novo conceito de formação discursiva, possibilitado pela leitura da *Arqueologia do Saber*, de Foucault (2008a).

A publicação desse texto em livro, com o título *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (COURTINE, 2009), concretizou e deu visibilidade a grandes transformações que se vinham operando no interior da AD (GREGOLIN, 2008a). Essas mudanças são expostas no texto *O estranho espelho da Análise do Discurso*, de Pêcheux, que serviu de apresentação para o texto de Courtine (2009), representando uma autocrítica (daquele).

O estranho espelho seria uma metáfora para o desencanto de Pêcheux com a política do Partido Comunista Francês e com a AD feita na França até então, que tratava o discurso político como objeto prioritário, tentando dar a ele um tratamento objetivo. Ciência e política se refletiam no estranho espelho e, para Pêcheux, o trabalho de Courtine (2009) mostra que *óé chegado o tempo de começar a partir os espelhos* (GREGOLIN, 2008a, p. 22, grifos da autora).

Pêcheux está desvelando e criticando um paradoxo que fundou a análise automática do discurso: ela teve em sua base uma forma máxima de tensão entre objetivos que a dividiam, isto é, quis realizar, ao mesmo tempo, uma função política e crítica e uma função científica e positiva (GREGOLIN, 2008a, p. 23, grifos da autora).

No texto de Courtine (2009), a mobilização da noção de FD, de Foucault (2008a), possibilitou analisar a heterogeneidade do discurso comunista, mostrando enunciados divididos, o que evidencia óque uma formação discursiva é sempre assombrada por seu antagonista. Essa contradição é constitutiva de toda formação discursiva: a alteridade sempre afeta o mesmoô (GREGOLIN, 2008a, p. 24).

A recorrência a *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008a) se deve à recusa desse autor em empreender uma análise que se limite a caracterizar o *corpus* a diferentes níveis de funcionamento linguístico. Courtine (2013) propõe que se pense e se descreva a maneira como se entrecruzam regimes de práticas, séries de enunciados, redes de imagens.

Estabelecer diálogos possíveis entre algumas noções de Foucault e de Pêcheux não significa traduzir as obras dos dois autores uma pela outra, pois em alguns pontos o objetivo e o objeto da AD e da *Arqueologia do Saber* divergem. Courtine (2009) realizou tal diálogo em sua tese, que antecedeu a publicação de *O discurso: estrutura ou acontecimento*, obra na qual Pêcheux (2006) empreende uma revisão em sua teoria. Não significa também aplicar Foucault à AD, e sim trabalhar sua perspectiva no interior desse campo, mobilizando as noções basilares que aparecem nos trabalhos de ambos.

Quanto à noção de discurso, Courtine (2009) afirma que Pêcheux submeteu a concepção foucaultiana desse conceito a uma análise marxista, a partir do ponto de vista da contradição, apropriando-se do que há de materialista e distanciando-se em alguns pontos. Essa questão foi essencial para o distanciamento da metodologia da AAD69.

Já a noção de enunciado, segundo Courtine (2009), não era especificada discursivamente na AD, pelo menos até o ano de publicação da sua tese. Como vimos, essa noção foi trabalhada em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 2006). Em textos anteriores, o enunciado recebeu uma concepção vazia e empírica, subordinada à problemática da língua. Frequentemente designa a sucessão de frases em uma superfície discursiva ou, em oposição à enunciação, denota o texto pronto, acabado e encerrado em estrutura linguística de unidades discretas, o que não é o caso da AD.

Courtine (2009) transferiu noções da *Arqueologia do saber* à AD, o que ele considera ter sido uma operação feita contra Foucault, já que esse autor havia advertido que enunciado não é frase, nem proposição, nem ato de linguagem, ou seja, não tem natureza estritamente linguística. Mesmo reconhecendo isso, Courtine (2013, p. 26) considera que óo enunciado, e o discurso, são objetos linguísticos que não o sãoô, posto que eles, não sendo exclusivamente linguísticos, o são acessoriamente ou parcialmente.

A AD não se restringe ao linguístico. Ao trabalhar com a perspectiva foucaultiana, Courtine (2009) deu abertura para práticas nas quais o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto (COURTINE, 2013, p. 31).

Desse modo, Gregolin (2008a, p. 26) assevera:

Ao fazer trabalhar essas ideias foucaultianas no interior da Análise do Discurso, Courtine (1981) propõe investigar o campo dos enunciados para entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos sentidos em nossa cultura. O acontecimento é pensado como a emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido. Esse projeto teórico compreende o enunciado em sua singularidade de acontecimento, em sua irrupção histórica.

Em seus trabalhos sobre o discurso político, Courtine (2011b) diz que aproximou da AD os conceitos foucaultianos de enunciado e arquivo, antecipando uma preocupação com a historicidade do discurso, pois é preciso considerar o processo ou a condição histórica de produção do enunciado. Para ele, as transformações da história afetam a fala política e a própria Análise do Discurso. Um exemplo disso é que a língua hermética, característica do discurso político, chamada de língua de madeira, está cada dia mais próxima à língua da publicidade, denominada de língua de vento. A linguagem do discurso publicitário é mais volátil, menos hermética e por isso mesmo mais atraente.

Vivemos na era das línguas de vento, as quais são ónstáveis e fluidas (COURTINE, 2008, p. 16). Uma época de órecobrimento da fala pública pelas estratégias discursivas da sociedade de consumo (COURTINE, 2008, p. 13), o qual se constitui um dos efeitos da globalização, que acelera em escala planetária a anexação de setores inteiros da esfera cultural aos produtos de consumo, fazendo o cidadão se apagar no consumidor e o discurso político se tornar uma mercadoria.

O autor esclarece que não é da *língua* que está se tratando, mas de *discurso*, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, no sentido que os linguistas dão a esse termo, mas que se realiza na língua (COURTINE, 2008, grifos do autor). O discurso não é da ordem gramatical, mas da ordem do enunciável. Courtine (2008, p. 18) postula que, para trabalhar com a categoria de discurso, é necessário ser linguista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo.

Pêcheux estava sensível a estas questões porque sempre pensou a ciência com base na política e é em seus textos que se encontra a abordagem inicial daquilo que se

chama de ólíngua de vento, advindas das ideias presentes em obras de Régis Debray, o qual

havia identificado os efeitos, na sequência de Maio de 68, de uma ólíngua de vento das propagandas e da publicidade, óface obscura de nossa modernidade, a partir da maneira pela qual as figuras retóricas próprias da esfera econômica do mercado se entrecruzaram com as formas de fala política que surgiram no interior dos movimentos mais radicais (COURTINE, 2011b, p. 147, grifos do autor).

Courtine (2011b) diz que também estava sensível a estas transformações quando estudou nos anos 80 a substituição dos discursos sólidos pelos discursos líquidos, usando os termos de Bauman para nomear o que anteriormente foi chamado de língua de madeira e língua de vento, respectivamente. Ele admite também que nos anos 70, quando escreveu sua tese sobre o discurso comunista, considerado discurso sólido, ainda estava fazendo uma anatomia da língua de madeira, o que ele encara como uma autópsia, ou um atestado de óbito para enterrá-la e sentir o sopro das línguas de vento, próprias ao discurso publicitário, que utiliza uma linguagem breve, efêmera, volátil.

O discurso político passa a ser encarado não mais como um texto, mas como um fragmento da história, pois à medida que suas palavras são atravessadas pela história, deixam de ser simples unidades linguísticas. Isso implica também que a AD não poderia mais ser feita apenas de palavras e formas sintáticas. Ela abriu-se para os discursos, as práticas não discursivas e as imagens. Seus estudos voltaram-se para as materialidades dos textos sincréticos da mídia, a partir da percepção das transformações no discurso político operadas pelas sofisticções da mídia.

Analisando as transformações do *discurso político*, operadas pelos sistemas áudio-visuais, Courtine (2003; 2006a) abre caminho para o estudo das materialidades não verbais que constituem a historicidade dos discursos. Trata-se, a partir de então, de elaborar as bases de uma *semiologia histórica* a fim de pensar discursivamente as redes de imagens que constituem a cultura e o imaginário de uma sociedade. É por essa lente que ele se dedica, atualmente, a pensar sobre a *história do corpo* e a desenvolver conceitos teóricos e procedimentos analíticos que revigoram os estudos discursivos (GREGOLIN, 2008a, p. 21, grifos da autora).

Das problematizações dessas mutações no discurso político, Courtine passa a empreender análises sobre as representações do rosto e da expressão, ocorridas a partir

do século XVI, elaborando as bases de uma Semiologia Histórica. Nos estudos do discurso, a história é inerente à produção e à circulação discursiva, sendo o enunciado investigado no processo histórico de sua formação. Nos trabalhos de Courtine, é essa natureza histórica dos processos discursivos que ganha foco, justificando o termo *Semiologia Histórica* ao lado de *Semiologia*.

Essa denominação, segundo Gregolin (2008a), é oriunda da tradição saussureana, mas Courtine não segue a vertente estrutural, pois não toma o signo como parâmetro para analisar outros sistemas. Ele pensa o não-verbal em seu funcionamento discursivo e sua materialidade na História. A autora diz que *para* tomar materialidades não-verbais como objetos de estudo, a Análise do Discurso tem de reorientar seus conceitos na direção dessa *Semiologia Histórica* (p. 29). Atualmente, tem-se dado grande atenção à análise da produção e circulação de discursos em linguagem sincrética, por isso acreditamos que esse aporte teórico é de grande utilidade para nossas análises.

Courtine (2013) pontua a existência de duas tradições em Semiologia: uma perspectiva antropológica mais antiga, que se confunde com a tradição de interpretação dos indícios observáveis na superfície visível do corpo, testemunhando a presença de determinadas morbididades, e outra derivada dos trabalhos de Saussure, que se desenvolveu no Estruturalismo francês dos anos de 1960.

A noção de Semiologia é apresentada por Saussure em passagens do *Curso de Linguística Geral* (CLG), quando ele fala da existência de uma ciência geral dos signos, da qual a Linguística seria apenas uma parte. Essa ciência teria por objeto todo e qualquer sistema de signos, entre eles a língua, que seria o mais importante. Sargentini (2011) chama atenção para a controvérsia desse conceito, já que a Linguística, mesmo sendo parte dessa ciência maior, seria um padrão de toda Semiologia. Essa questão, segundo a autora, é tratada por Arrivé, que considera a existência de dois Saussures: um do CLG e outro que estudou a origem das tradições germânicas. A recepção das suas obras nos anos de 1960 trouxe novas discussões pela descoberta de fontes manuscritas e edições críticas sobre o CLG.

Para Courtine (2013), as palavras de Saussure no CLG soaram como proféticas, e quando o projeto semiológico foi desenterrado, ele passou a servir como modelo de transferência de noções linguísticas para a Literatura, a Antropologia e a análise de imagem. Essa redescoberta da Semiologia deveu-se às mudanças científicas e tecnológicas nas comunicações humanas. No quadro das tradições estruturalistas iniciadas por Saussure, é na obra de Barthes que se vê uma aventura semiológica, que

segue dois caminhos e ainda hoje se mostra produtiva. Para Sargentini (2011), há dois Barthes: o de *Elementos de Semiologia* (2006), que aplica o saber linguístico a objetos não linguísticos e considera a Semiologia uma parte da Linguística, e o outro de *Mitologias* (2001), que retoma Saussure para refletir sobre a existência de um sistema semiológico, incluindo objetos, imagens e tradições cotidianas.

Courtine (2013) ainda considera pertinente o Barthes de *O óbvio e o obtuso*, no que tange à noção do obtuso e o de *A câmara clara*, que desenvolve o conceito de *punctum*, ambas centradas, não mais na ideia de signo linguístico, mas na Psicanálise, como rastros de sentidos imprevistos.

É possível, diz Courtine (2013, p. 37, grifos do autor):

Discernir na renascença estruturalista da semiologia dos anos 1960 o efeito da mutação pós-guerra do campo das telecomunicações em mídias de massa, que, desta vez, para além dos sons da linguagem, veiculam imagens em forma de uma dispersão universal e contínua [...]. Desse modo, o nascimento da revista *Communications*, o artigo inaugural que Roland Barthes consagra em 1964 à Retórica das imagens publicitárias são um dos efeitos, no campo dos saberes, da invasão da esfera pública e da penetração do domínio privado pela extensão inédita das mídias audiovisuais de comunicação: a compreensão do funcionamento das imagens como ósignos torna-se desde então uma aposta teórica e política importante.

Passamos agora à outra tradição em Semiologia. Ela designa as técnicas de observação dos indícios que apontam a presença de determinada entidade mórbida não observável diretamente, mas que causam sintomas à superfície visível do corpo. Courtine (2013) cita a análise de Carlos Ginzburg sobre o paradigma indiciário para exemplificar. Ginzburg sublinha essa preocupação no final do século XIX em diferentes domínios: na História da Arte, Giovanni Morelli desenvolveu um método para atribuir as obras a seus autores, que não se atém ao que é mais notável no quadro ou ao estilo geral do pintor, e sim aos detalhes mínimos; Na Psicanálise, Freud busca entender o discurso do inconsciente nos indícios ínfimos depositados pelas falhas da palavra consciente; na Literatura, Conan Doyle cria o personagem Sherlock Holmes, detetive caçador de indícios que vê o que outros não vêem.

Morelli, Freud e Doyle eram médicos e, no momento em que Saussure concebia a teoria da língua, sob os auspícios da Semiologia, praticavam uma Semiologia oriunda

da tradição de Hipócrates e Galeano, que remonta às práticas dos adivinhos de detecção dos indícios da boa ou da má sorte e do caçador em seguir os rastros da presa.

As imagens ganharam destaque nos estudos do discurso que empreendemos no Brasil. Muitos ainda se voltam exclusivamente às palavras, mas concordamos com Courtine (2008, p. 17) que é impensável que pretendamos ainda hoje separá-las das imagens e que não consagremos ao funcionamento das imagens e à sua relação com o discurso a mesma atenção que dispensamos aos enunciados verbais.

Uma noção muito produtiva na Semiologia Histórica da imagem é a de intericonicidade, desenvolvida por Courtine e mobilizada no Brasil por Milanez (2006). Essa noção dá à iconicidade um caráter discursivo, no sentido de Foucault (2008a), para quem o discurso é linguagem mas também é imagem. A análise da imagem é desenvolvida a partir da noção de memória discursiva. A intericonicidade supõe colocar em relação imagens externas, internas, de lembranças, da rememoração, das impressões visuais que o indivíduo guarda. Toda imagem faz ecoar imagens vistas ou imaginadas, as quais são inscritas em uma série, como o enunciado de Foucault (2008a), que deve ser reconstituída a partir dos rastros da genealogia das imagens de nossa cultura.

A perspectiva teórica de AD que subsidia as nossas análises põe em diálogo as teorias foucaultinas, pêcheutianas e as contribuições de Courtine. Para melhor situarmos o lugar teórico a partir do qual perscrutaremos o objeto aqui tratado, apresentamos a seguir uma discussão sobre as contribuições de Michel Foucault para a AD, pontuando as diferentes etapas que caracterizam os seus trabalhos e discutindo detidamente as noções-conceitos basilares que mobilizaremos neste estudo, quais sejam: enunciado, sujeito, formação discursiva, poder, biopoder, biopolítica, governamentalidade e corpo.

1.2 As contribuições de Foucault à Análise do Discurso

A partir deste tópico, continuaremos nossa discussão acerca do nosso aporte teórico trazendo as contribuições de Foucault para os estudos em AD. Sua inserção nessa área de estudos ocorre em meio a polêmicas. Há pesquisadores que ainda se recusam a aceitá-la, alegando que ele não era linguista, diferentemente de Pêcheux, óum filósofo que se tornou linguista.

Mas essas polêmicas já veem se atenuando e há inúmeros grupos de pesquisadores no Brasil que trabalham com uma vertente exclusivamente foucaultiana, dedicando-se a discursos que circulam em diferentes materialidades, a exemplo do Grupo de Estudos sobre o Discurso e o Corpo (GRUDIOCORPO), coordenado pelo Prof. Dr. Nilton Milanez, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista (BA), cujos estudos tomam a materialidade fílmica como objeto. Outros trabalham com uma perspectiva que põe em diálogo os estudos de Foucault e Pêcheux com outros campos do saber, como o Circulo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI), liderado pela Prof^a. Dr^a. Regina Baracuh, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *campus* de João Pessoa (PB).

Dentre os grupos de pesquisa que trabalham com a perspectiva arqueológica de Foucault na AD, citamos também o Grupo de Estudo Mediações, Discursos e Sociedades Amazônicas (GEDAI), de Belém do Pará, liderado pela Prof^a. Dr^a. Ivânia dos Santos Neves, da Universidade Federal do Pará (UFPA), cujas discussões dialogam com os Estudos Culturais e a mídia; o Grupo de Estudo do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEDUERN), *campus* de Mossoró, coordenado pelo Prof. Dr. Francisco Paulo da Silva e ainda o Grupo de Estudos Foucaultianos da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, (GEF/UEM), liderado pelo Prof. Dr. Pedro Navarro Barbosa.

Embora sua preocupação não tenha sido desenvolver uma teoria ou disciplina do discurso, os trabalhos de Foucault são importantes para as mudanças nos trabalhos de Pêcheux, como mostramos anteriormente, e se deve a Courtine. Tendo isso em vista, nosso trabalho situa-se numa vertente da AD que ócompartilha com a perspectiva arqueológica foucaultiana a preocupação de considerar as condições históricas de existência dos discursos em sua heterogeneidadeô (FERNANDES, 2007, p. 47).

Em uma entrevista intitulada *O sujeito e o poder*, concedida a Dreyfus e Rabinow, Foucault (2009a, p. 273) esclarece que o objetivo de seus estudos não foi estudar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de suas análises, ófoi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitosô, ou seja, criar uma história dos modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos.

O autor fala de três momentos distintos dessas suas análises, que foram denominados por Gregolin (2004a), entre outros pesquisadores da área, como as três épocas de Foucault. Trata-se de uma subdivisão de caráter didático, pois Foucault não

operou essa classificação em fases. Essa divisão nos interessa em termos metodológicos, uma vez que mobilizamos categorias teórico-analíticas de diferentes momentos dos trabalhos desse autor, e elas respondem a diferentes objetivos de estudos.

Assim, no primeiro momento de suas pesquisas, o alvo são os modos de investigação que tentam atingir o estatuto de ciência, e que produzem a objetivação do sujeito, como o sujeito do discurso, objeto de investigação da gramática na Linguística e na Filosofia; a objetivação do sujeito produtivo, que trabalha, na análise das riquezas e na Economia; e a objetivação do fato de estar vivo, na história natural ou Biologia. Esse momento é conhecido como fase arqueológica dos seus trabalhos, entre os quais destacamos os textos *A História da Loucura na Idade Clássica* (1961), *O nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966), *A Arqueologia do saber* (1969) e *A ordem do discurso* (1971), que está num entremeio entre esta fase e a seguinte.

Em um segundo momento, Foucault (2009a) diz que se voltou para a objetivação do sujeito naquilo que ele chama de ópráticas divisorasô. São os modos de objetivação que tentam dividir o sujeito em seu interior e em relação ao outro, tais como: o louco e o são; o bom e o mau. Ele analisa a articulação entre os saberes e os poderes, a partir de onde desenvolve a ideia de pulverização de poderes na sociedade, presente em sua *Microfísica do poder*. Essa é conhecida como a fase genealógica de Foucault, da qual destacamos os textos *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1975) e *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1976).

Por fim, em um terceiro momento, que caracteriza suas últimas pesquisas, ele analisa os modos pelos quais o ser humano torna-se ele próprio um sujeito, como nos estudos sobre a sexualidade, em que investiga como o homem se torna sujeito de uma sexualidade. Em muitos de seus trabalhos, Foucault estuda os modos de subjetivação do ser humano, que ódiz respeito às práticas, às técnicas, por meio das quais o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de óverdadeô. Esses processos de subjetivação são diferentes e diversos nas diferentes épocasô (GREGOLIN, 2008b, p. 94, grifos da autora). A subjetivação diz respeito às práticas pelas quais o ser humano se transforma em sujeito de si para si. Este momento dos estudos de Foucault é caracterizado como a fase da óética e estética de siô. Destacamos as obras *História da sexualidade II: o uso dos prazeres* (1984) e *História da sexualidade III: o cuidado de si* (1984), além dos cursos no *Collège de France* reunidos em diversos títulos.

A seguir, apresentaremos uma discussão acerca de cada uma dessas fases, começando pela arqueológica.

1.3 ñ O discurso na arqueologia foucaultiana

A fase arqueológica dos trabalhos de Foucault é caracterizada pela construção de uma história dos saberes que consideram o homem como objeto na cultura ocidental europeia, ao longo das *epistemes* clássica e moderna. A grande questão do projeto foucaultiano, neste momento, é o sujeito em sua relação com a História, o discurso e a produção de sentidos (GREGOLIN, 2004a). Ao tratar dessa relação, o autor óelaborou conceitos e indicou direções para uma teoria e análise do discursoô (GREGOLIN, 2004b, p. 19), colocando em questão os métodos próprios à história tradicional, pois adotou uma concepção tributária da história-problema, própria às teses da Nova História, além de propor uma história genealógica, a partir de Nietzsche, objetivando desvelar as camadas arqueológicas do passado e voltar-se para uma aguda crítica do presente.

Em *A Arqueologia do saber*, Foucault (2008a) sistematiza seus trabalhos desta fase, explicando os conceitos, método e teoria empregados, para refutar as críticas feitas às suas pesquisas. A primeira questão, que aparece na introdução, é a necessidade de se abandonar a ideia de continuidade que, assim como as noções de tradição, influência, desenvolvimento e evolução, coloca em jogo a importância temporal dos fenômenos sucessivos, autoriza a busca por uma origem e permite reagrupar elementos dispersos em um mesmo princípio organizador. Diferente da história das ideias, que sempre buscou a continuidade dos fenômenos, na arqueologia óé preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homensô (FOUCAULT, 2008a, p. 24). O autor acredita que se deve tratar de acontecimentos em sua dispersão, se inquietar diante das sínteses acabadas, dos recortes e agrupamentos que já nos são familiares.

Para Foucault (2008a), é preciso pensar as discontinuidades, cotejar os discursos em sua irrupção de acontecimentos, em uma dispersão temporal que lhe permite ser repetido, esquecido, transformado, apagado. Na arqueologia deve-se ocupar de um conjunto de enunciados efetivamente realizados na instância própria de cada um, colocando a seguinte questão: ócomo apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?ô (FOUCAULT, 2008a, p. 30). Assim, o autor esclarece que o termo arqueologia

não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo. (FOUCAULT, 2008a, p. 149).

Para ser empreendida, a descrição arqueológica requer que se renuncie à forma tradicional como se faz história, com começo, meio e fim. A arqueologia não tenta descobrir o que está oculto nos discursos, mas os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras. Um dos grandes méritos dessa forma de fazer história é tirar o discurso de sua condição de documento, como um elemento transparente, e passar a tomá-lo como monumento, elemento passível de ser analisado em sua opacidade. Todo documento histórico é passível de interpretação, pondo em cheque a concepção objetiva de história, já que a História nunca é história-pura, mas história-para-o (GREGOLIN, 2004b, p. 24, grifos da autora).

Assim, a arqueologia problematizou o objeto que tradicionalmente foi a matéria-prima do historiador: o documento que, como voz distante reconstitui o passado, reduzindo-o a um silêncio decifrável (GREGOLIN, 2004b, p. 23, grifos da autora). Para Foucault (2008a, p. 158) a arqueologia não tenta repetir o que foi dito, reencontrando-o em sua própria identidade. Ou seja, não objetiva reconstruir o que foi pensado, o que se quis dizer. Isso porque um mesmo fato pode ser lido e interpretado de diversas maneiras, pois o próprio autor do texto histórico é um efeito de discurso.

Foucault (2008a) afirma que a história das ideias trata os discursos como um domínio de valores em que os elementos são caracterizados como antigo ou novo, inédito ou repetitivo, original ou regular, primeiro ou derivado de algo. Já na análise arqueológica não se procura estabelecer uma hierarquia entre uma formulação anterior e a que a repetiu anos mais tarde. O que ela procura é estabelecer a regularidade dos enunciados, que não se opõe ao termo irregularidade, e sim designa o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define sua existência (FOUCAULT, 2008a, p. 163). Nessa análise não se tentará também procurar as invenções nem o momento em que pela primeira vez algo foi dito.

Dessa discussão da noção de história e sua relação com o método arqueológico, derivam as noções-conceitos de discurso, acontecimento discursivo, enunciado, formação discursiva, sujeito e arquivo. Quanto ao enunciado, Foucault (2008a) propõe

considerá-lo a unidade elementar do discurso. Esse autor faz uma série de negativas para diferenciá-lo de três elementos da língua: a proposição, a frase e o *speech act*.

Ele afirma que: a) se para a lógica interessa definir se uma proposição é verdadeira ou falsa, dois enunciados podem ter a mesma estrutura proposicional e características enunciativas distintas; b) se a gramática se interessa pelo nível dos constituintes da frase, o enunciado não é encontrado ao se encontrar os elementos da frase. Há enunciados que não correspondem à estrutura linguística da frase, como as diferentes flexões de um verbo, o quadro da classificação das espécies botânicas, uma árvore genealógica, um gráfico, uma pirâmide etária, etc; e c) se aos analistas da conversação interessa o *speech act*, enquanto ato ilocutório, o enunciado não trata do ato material de falar ou escrever e não visa à intenção do indivíduo ou o resultado alcançado.

Da mesma forma, o quadro aleatório de números que os estatísticos podem vir a utilizar é uma sequência de símbolos numéricos que não estão ligados entre si por nenhuma estrutura de sintaxe; ele é, entretanto, um enunciado: o de um conjunto de números obtidos por processos que eliminam tudo que poderia aumentar a probabilidade dos resultados sucessivos. (FOUCAULT, 2008a, p. 97)

Assim, o enunciado existe na medida em que existe signo, elemento constituinte da língua. Por isso a língua só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis; mas, por outro lado, ela só existe a título de descrição (mais ou menos exaustiva) obtida a partir de um conjunto de enunciados reais (FOUCAULT, 2008a, p. 96). O enunciado possui uma singularidade de existência (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material) e uma importância fundamental para que se diga se há ou não proposição, frase ou ato de linguagem.

Assim, Foucault (2008a, p. 98) concebe o enunciado como uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. Há quatro características que o diferenciam dos três elementos linguísticos supracitados (proposição, frase e ato de linguagem). A primeira delas é que uma série de signos será considerada um enunciado quando entre ela e "outra coisa" houver uma relação específica que se refira a ela mesma, e não ao que lhe deu origem, nem aos elementos que a constituem. Essa

característica determina o referencial do enunciado, que são as suas leis de possibilidade, o campo no qual ele surge.

Para Courtine (2009), o referencial forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos, objetos, estados de coisa e relação que o enunciado põe em jogo. É ele que dá condições de aparecimento e delimitação e valor de verdade aos elementos do discurso.

Outra característica que vai nos possibilitar delimitar o enunciado é o fato de que ele mantém com um sujeito uma relação determinada que se deve isolar, sobretudo, das relações com as quais poderia ser confundida, e cuja natureza é preciso especificar (FOUCAULT, 2008a, p. 103-104). Esse sujeito não necessariamente corresponde ao sujeito gramatical de primeira pessoa, pois ele não pode ser encontrado no sintagma linguístico e mesmo os enunciados que não possuem primeira pessoa, apresentam um sujeito. Ele é uma função vazia e não coincidente consigo mesmo de um enunciado a outro, na medida em que pode ser assumida por diferentes indivíduos, e um mesmo indivíduo ocupa diferentes posições em uma série de enunciados, assumindo papel de distintos sujeitos. Assim, afirma Foucault (2008a, p. 108):

Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados "enunciados", não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.

Para Courtine (2009, p. 86), o sujeito, na perspectiva foucaultiana, não pode ser reduzido a uma entidade linguística nem a uma subjetividade psicológica qualquer. Na perspectiva pecheutiana, essa função corresponde ao lugar do sujeito universal próprio a uma determinada FD, uma instância de onde se pode enunciar. O sujeito preenche esse lugar quando se identifica com os elementos de saber pré-construídos de uma FD dos quais se apropria para produzir seu discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que estão ligados a ela é o domínio de descrição da forma-sujeito (COURTINE, 2009, p. 88);

A terceira característica da função enunciativa é o fato de ela só poder ser realizada em um campo associado. Isso a distingue não só dos elementos já citados,

como também de um aglomerado de signos com existência material. Esse campo associado é constituído por uma trama complexa de enunciados, em que estão as formulações no interior das quais o enunciado é um elemento, as formulações a que o enunciado se refere, seja repetindo-as, modificando-as, adaptando-as ou se opondo a elas, pelas formulações a que o enunciado dará origem, que podem vir após ele e pelas formulações ócujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão, entre as quais toma lugar sem consideração de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como objeto possível, a um discurso futuroô (FOUCAULT, 2008a, p. 111).

Assim, o enunciado nunca está isolado, mas inserido em um campo, no qual aparece com um *status* que vai possibilitar a ele ser esquecido como enunciado sem relevância ou ser retomado como uma verdade científica, que se sacraliza e abre possibilidade para enunciados futuros.

Ao tratar do domínio associado do enunciado, Courtine (2009) o situa em uma relação horizontal com outras formulações no interior do intradiscurso de uma sequência discursiva e numa relação vertical com formulações de outras sequências no interdiscurso de uma FD. O intradiscurso é o nível do enunciável ou terminal do sentido, enquanto que o interdiscurso é a matriz ou o nível pré-terminal do sentido. Seu correlato é a memória discursiva.

A outra condição para que haja enunciado é que a sequência de elementos que o constitui tenha existência material. Foucault (2008a) afirma que o enunciado necessita de uma espessura material. Em suas características intrínsecas ele possui uma coordenada de espaço e tempo no qual se realiza e também um *status*. Se as características de lugar e data mudam, a própria identidade do enunciado muda. Para o autor, essas características asseguram que estaremos diante de diferentes enunciações cada vez que um enunciado é repetido em diferentes circunstâncias, pois a enunciação é um acontecimento que não se repete. Porém, o enunciado, apesar de sua materialidade, pode ser repetido. O enunciado possui, assim, uma singularidade e uma repetição, caracterizando-o por um regime de materialidade repetível.

Foucault (2008a, p. 116) esclarece que, para dizer que estamos diante de um mesmo enunciado em condições enunciativas novas, há um conjunto de condições e limites óque lhe são impostos pelo conjunto dos outros enunciados no meio dos quais figura; pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo; pelo papel ou função que deve desempenharô.

Para Courtine (2009, p. 91), a oposição enunciado/enunciação permite aqui pensar o discurso na unidade e na diversidade, na coerência e na dispersão, na repetição e na variação. A existência material do enunciado é distinta daquela da enunciação, pois o primeiro é repetível, enquanto que a segunda é um acontecimento singular, datado e irrepetível.

Passaremos a tratar agora dos conceitos de discurso e FD na perspectiva foucaultiana. Essas noções são indissociáveis da noção de enunciado, definida por Foucault (2008a) como a modalidade de existência de signos efetivamente produzidos, que permite prescrever uma posição a um sujeito e dotar o conjunto de signos de uma materialidade repetível. O autor considera que o discurso pode ser descrito como sequências de enunciados, cuja lei de dispersão e repartição é a formação discursiva.

Desse modo, o discurso é um óconjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico (FOUCAULT, 2008a, p. 122). O autor acredita que as fronteiras das formações discursivas são demarcadas pelos enunciados, ao mesmo tempo em que a regularidade do enunciado é definida pela formação discursiva, que aparece como uma lei de coexistência de enunciados.

Foucault (2008a, p. 123) propõe pensar o discurso como prática, ou seja, um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Na concepção de Foucault (2008a), há enunciados que se apresentam como pertencentes a uma determinada área ou ordens de discursos. O trabalho de investigação da massa de enunciados pertencentes a uma unidade de discursos deve descrever o sistema de dispersão que o rege, detectar uma regularidade entre elementos. É essa regularidade entre enunciados que caracteriza a formação discursiva. Os enunciados, enquanto elementos de uma repartição, estão submetidos a regras de formação, que são suas condições de existência em uma dada FD. Assim, o autor diz que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se

trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2008a, p. 43, grifos do autor).

A partir desse conceito de FD, Foucault (2008) expõe quatro regras de formação, que são elementos que a caracterizam, as unidades do discurso em cujo funcionamento encontra-se sua regularidade: formação dos objetos, formação das modalidades enunciativas, formação dos conceitos e formação das estratégias.

A primeira regra é a da formação dos objetos, que diz respeito ao aparecimento de um determinado objeto no discurso, sua existência enquanto objeto de discurso, que passa a ser nomeado, analisado, corrigido, redefinido, contestado e suprimido. Esse aparecimento obedece a regras e a um regime de coexistência com outros objetos de discurso. Assim, o autor diz que para se encontrar as regras de formação de um objeto, é preciso delimitar as suas superfícies de emergência, onde surgem, para depois serem analisados e diferenciados. Essas superfícies de emergência irão mudar de acordo com a época, os tipos de discurso. É em várias instâncias de diferenciação, nas distâncias, descontinuidades e limiares que é definido o domínio daquilo de que se fala e se lhe é atribuído *status* de objeto, tornando-o nomeável e descritivo.

Depois, devem-se descrever as instâncias de delimitação, que são autorizadas a distinguir, designar, nomear e instaurar os objetos. O passo seguinte é analisar as grades de especificação: ótrata-se dos sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamosô (FOUCAULT, 2008a, p.47) um mesmo objeto nas diferentes instâncias que falam dele. Em outras palavras, essa grade de especificação é um sistema de diferenciação de objetos. É a partir das relações entre as superfícies de emergência, as instâncias de delimitação e as grades de especificação que definimos o objeto do discurso.

A segunda regra é a da formação das modalidades enunciativas. Foucault (2008a) afirma que seria necessário encontrar a lei das diversas enunciações e o lugar de onde vêm as formas de enunciados, como se encadeiam, que determinismo há entre uns e outros. Nessa investigação, os questionamentos para se verificar a procedência dos enunciados seriam:

Quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é

verdadeira? Qual é o *status* dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2008a, p. 56).

Foucault (2008a) se interroga sobre o *status* do sujeito que enuncia e os lugares institucionais de onde o sujeito obtém o seu discurso e onde se legitima e encontra seu ponto de aplicação. O *status* do sujeito se modifica ao longo do tempo, sendo definido pela situação que ele ocupa diante de domínios ou grupos de objetos. São situações perceptivas (o sujeito questiona, observa, se posiciona em relação aos fenômenos que observa), que se somam às que ele pode ocupar na rede de informações.

Na análise proposta, as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, manifestam sua dispersão nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala (FOUCAULT, 2008a, p. 61).

A terceira é a regra da formação dos conceitos. Foucault (2008a) questiona se entre a família de conceitos em uma obra existiria alguma relação que os fizesse figurar em uma organização arquitetônica coerente, mas ele nos mostra que, em alguns casos, não é possível descrever uma ocorrência sistemática e lógica, e sim a organização do campo de enunciados em que aparecem. Essa organização compreende, afirma o autor, formas de sucessão e, entre elas, as diversas disposições das séries enunciativas; os diversos tipos de correlação dos enunciados; os diversos esquemas retóricos, segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados.

O autor acrescenta que a configuração do campo enunciativo também compreende formas de coexistência, as quais delineiam um campo de presença, constituído por enunciados já formulados e que são retomados como verdade suprema, discutidos, julgados, rejeitados ou excluídos. Diferente desse campo de presença há um campo de concomitância, constituído por enunciados referentes a domínios de objetos diferentes e pertencentes a tipos de discursos diferentes, mas que mantêm relação, seja para servir de modelo um para o outro, seja porque um é instância superior ao qual o outro está submetido. O campo enunciativo, por fim, compreende um domínio de memória, constituído por enunciados que não são mais discutidos, mas em relação aos quais se estabelecem deslocamentos, continuidades ou descontinuidades.

Por fim, Foucault (2008a) diz que essa organização do campo enunciativo permite definir os procedimentos de intervenção, que podem ser aplicados aos enunciados e que não são os mesmos para todas as formações discursivas. Para o autor, tais procedimentos podem aparecer nas técnicas de reescrita; em métodos de transcrição dos enunciados; nos modos de tradução dos enunciados quantitativos em formulações qualitativas e vice-versa; nos meios utilizados para aumentar a aproximação dos enunciados e refinar sua exatidão; na maneira pela qual se delimita novamente o domínio de validade dos enunciados; na maneira pela qual se transfere um tipo de enunciado de um campo de aplicação a outro; nos métodos de sistematização de proposições que já existem por terem sido formuladas anteriormente, mas em separado; ou, ainda, nos métodos de redistribuição de enunciados já ligados uns aos outros, mas que são recompostos em um novo conjunto sistemático.

Assim, afirma Foucault, o que descreve a forma de organização de conceitos pertencentes a uma formação discursiva é a maneira pela qual estão relacionados uns aos outros, por exemplo, a disposição das descrições às técnicas de reescrita; o campo de memória às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto, etc. ÓÉ esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual (FOUCAULT, 2008a, p. 66).

Quanto à quarta regra, da formação das estratégias, Foucault (2008a) afirma que os discursos se organizam em objetos, conceitos e tipos de enunciação, que formam temas ou teorias, os quais o autor chama de óestratégiasô, e questiona como eles se distribuem na história. Nessa análise, o autor diz que se deve determinar: os pontos de difração possíveis do discurso, caracterizados como pontos de incompatibilidade, e que diz respeito ao fato de que dois conceitos não podem aparecer em uma mesma formação discursiva sem que façam parte da mesma série de enunciados. Caracterizam-se também como pontos de equivalência, que diz respeito ao fato de que elementos incompatíveis são formados do mesmo jeito, com as mesmas regras, com as mesmas condições de aparecimento, e não constituem contradição, e sim alternativas, e como pontos de ligação de uma sistematização, deles derivam uma série coerente de objetos, formas enunciativas, conceitos.

Foucault (2008a) diz ainda que é preciso descrever instâncias específicas de decisão para dar conta das escolhas. Deve-se descrever o papel do discurso estudado em relação aos que lhe são contemporâneos, o que ele chama de economia da constelação discursiva à qual o discurso em estudo pertence. A determinação das escolhas teóricas

depende, afirma Foucault (2008a, p. 75, grifos do autor), *óda função* que deve exercer o discurso estudado *em um campo de práticas não discursivas*ô. Compreende também o regime e os processos de apropriação do discurso, já que apenas um grupo seletivo de indivíduos em nossas sociedades se apropria do discurso. Por fim, *óessa instância* se caracteriza pelas *posições possíveis do desejo em relação ao discurso*ô (FOUCAULT, 2008a, p. 75, grifos do autor).

A análise enunciativa proposta por Foucault (2008a) busca as condições nas quais se realizou um enunciado, dentro de um campo de coexistência. Essa análise se ocupa de enunciados efetivamente produzidos, levando em conta um efeito de raridade, que procura determinar por que os enunciados apareceram, e nenhum outro em seu lugar. Estabelecer a lei da raridade dos enunciados compreende o fato de que nem tudo é sempre dito, e os enunciados estão sempre em falta, devendo-se buscar o princípio da rarefação no não-preenchimento das formulações possíveis. Isso não significa que devemos procurar o que foi recalcado ou reprimido sob os enunciados manifestos. Não se trata de buscar o que está oculto, e sim do fato de que poucas coisas podem ser ditas, e se foi dito, é, por isso, raro.

Outra característica dessa análise é a exterioridade, que restitui aos enunciados sua dispersão, para analisá-lo em sua exterioridade e considerá-los em sua descontinuidade, apreender sua irrupção enquanto acontecimento. Essa exterioridade também supõe que se descrevam as diferentes formas da subjetividade presentes no enunciado. *ôNão importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade*ô (FOUCAULT, 2008a, p. 139).

Também a caracterizam as formas de acúmulo a que a análise se dirige, e que Foucault (2008a) distingue de lembranças ou documentos. Os enunciados devem ser analisados nas formas de sua conservação, e não em um retorno ao seu passado. Há um grau zero de conservação, que é o esquecimento. Por isso, deve-se levar em conta essa remanência dos enunciados, além de sua aditividade e recorrência a outros enunciados.

Descrever um conjunto de enunciados em sua raridade, segundo a dispersão de uma exterioridade, para reencontrar as suas formas de acúmulo é *ódefinir o tipo de positividade de um discurso*ô (FOUCAULT, 2008a, p. 142). A positividade do enunciado caracteriza sua unidade através do tempo, ultrapassando limites de obras individuais, livros e textos. Essa unidade permite dizer que se está tratando de um mesmo tema, em um mesmo terreno. É a forma de positividade do discurso que

possibilita a autores diferentes se situarem em uma mesma formação discursiva, tratem de um mesmo tema, criticarem-se e estabelecer diálogos sem o saber.

Juntamente com o exercício da função enunciativa, essa forma de positividade define um campo em que, eventualmente, podem ser desenvolvidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico (FOUCAULT, 2008a, p. 144), entendida como a condição de emergência do enunciado, seu modo específico de ser, de coexistir com outros enunciados, se transformar e desaparecer. Um *a priori* das coisas efetivamente ditas e dispersas que não coincidem, que se substituem, e por isso têm uma história que não é de um só sentido ou uma verdade. Em suma, o *a priori* define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva.

Foucault (2008a, p. 46) afirma que as práticas discursivas instauram os sistemas de enunciados enquanto acontecimentos e coisas, constituindo o que ele chama de arquivo, afastando dessa noção o acúmulo de massa de textos e documentos ou as instituições responsáveis por esta tarefa. Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias.

O autor propõe compreender o arquivo como a lei do que pode ser dito, que define a singularidade dos enunciados, distinguindo-o de língua, *corpus* e arquivo. Para ele, o arquivo constitui um nível particular de prática discursiva e não pode ser descrito em sua totalidade, já que é no interior dele que falamos. Em um trabalho de pesquisa como o nosso, o que fazemos é estabelecer um recorte no arquivo para analisar um dado objeto, organizando-o a partir de certas regularidades.

1.4 A genealogia foucaultiana

Este tópico é dedicado à genealogia, segunda fase dos estudos de Foucault, na qual esse autor se volta para os modos de objetivação do sujeito nas práticas divisoras, que tentam dividi-lo em seu interior e em relação ao outro. Essa fase é caracterizada pela relação do sujeito com o poder-saber e se inicia com *A ordem do discurso* (1971). Sua acentuação ocorre principalmente em *Vigiar e punir* (1975) e *História da sexualidade I* (1976), bem como nos cursos ministrados por Foucault no *Collège de France*, publicados posteriormente em livros.

Neste momento, o autor se volta para o poder para falar do sujeito dividido. Foucault (2009a) propõe uma investigação das relações de poder em contraposição às formas de resistência. Para ele, as lutas pelo poder são transversais, pois não se limitam a um país. Objetivam os efeitos de poder enquanto tal; são imediatas, porque objetivam o inimigo mais próximo. Elas questionam a individualização, a fragmentação da vida, ao mesmo tempo em que afirmam o direito de ser diferente. Opõem-se aos privilégios dos mais qualificados, ao efeito do poder relacionado ao saber e também às representações mistificadoras, os segredos. Elas giram em torno da questão óquem somos nós?ô (FOUCAULT, 2009a), recusam as abstrações que não reconhecem as individualidades, e também as científicidades que determinam quem somos.

O autor mostra que essas lutas se aplicam à vida cotidiana, quando se tenta impor uma identidade aos sujeitos. É o poder que faz os indivíduos sujeitos de uma identidade. Vemos atualmente várias lutas contra a subjetivação. O desenvolvimento do Estado como estrutura política fez surgir uma forma de poder ao mesmo tempo individualizante e totalizadora, que utiliza técnicas de poder das instituições cristãs (pastoral), representado pela figura do pastor.

Ocorre que esse poder pastoral mudou de objetivo e agora não quer mais salvar a vida no outro mundo, e sim neste: garantir saúde, segurança, bem-estar, com base na Medicina, que tem o hospital como instituição que objetiva produção de conhecimento sobre o homem enquanto população e enquanto indivíduo. Esse poder também passou a ser exercido por aparelhos do Estado, como a polícia, ou instituições privadas e filantrópicas. Desse modo, Foucault (2009a) acredita que esse poder se disseminou por todo o corpo social.

A investigação do funcionamento desse poder deve questionar ócomoô ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou grupos) e designa relações entre parceiros. Foucault (2009a) também acrescenta que é necessário distinguir dessas relações de poder, as relações de comunicação. Mesmo assim, essas relações estão imbricadas umas nas outras, constituindo as disciplinas, e o ajuste entre elas constitui a disciplinarização. O poder é um modo de ação de uns sobre outros. Ele não é consentido em renúncia à liberdade, pois só é exercido sobre sujeitos livres, embora as relações de poder possam ser analisadas em instituições fechadas. Um de seus correlatos é o governo.

Em *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault (1999) defende a tese de que, nos últimos séculos, as sociedades ocidentais não mostram um poder essencialmente repressivo, embora haja uma representação que o caracteriza como algo

negativo, que produz sujeição, exclusão. O poder é colocado também como instância de lei que determina o permitido e o proibido, como prescrição de ordens, censura e interdição. Para o autor, essa é uma concepção jurídica do poder, que elide a sua eficácia produtiva, estratégias e positividade. Não há eficácia se o poder é apenas repressor. Ele só é tolerável se mascarar uma parte de si mesmo. Em nossa sociedade, o poder aceitável é aquele que traça limites à liberdade e suas causas são históricas.

Assim sendo, a análise da formação de um saber sobre determinado objeto tem a forma de poder, entendido, não como um ócnjuto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos em um Estado determinado (FOUCAULT, 1999, p. 88), nem como a dominação de um grupo sobre o outro. O autor propõe compreender o poder:

primeiro, como multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1999, p. 88-89).

O poder está em toda parte, pois é produzido constantemente, em todas as relações. Ele não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma certa situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 1999, p. 89). Não é adquirido, compartilhado e guardado, é exercido em diversos pontos de modo desigual.

As relações de poder não são exteriores às outras formas de relações e sim imanentes a elas. Para Foucault (1999), não há dualidades nessas relações, ou oposição entre dominadores e dominados. Além disso, para o autor lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder (FOUCAULT, 1999, p. 91). Por isso ele considera que as relações de poder existem em função de uma multiplicidade de pontos de resistência, que fazem o papel de seu adversário e alvo. Em toda rede de poder existem resistências possíveis, necessárias.

Em vez de buscar quem tem o poder e quem é privado dele, Foucault (1999, p. 94) propõe que se busque o esquema de modificações que as correlações de forças implicam através de seu próprio jogo. Ele afirma que é preciso pensar as relações de poder em um duplo condicionamento, pois o foco de poder local só funciona inserido em uma estratégia global. Essas relações de saber-poder se articulam justamente no discurso, concebido como um conjunto de segmentos descontínuos.

Na passagem das análises arqueológicas para a genealogia, Foucault descreve, genealogicamente, os dispositivos que se organizam por meio de relações de poder. Na obra *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1999), o autor trata de dois dispositivos: o de aliança e o de sexualidade. Posteriormente, em uma entrevista intitulada *Sobre a história da sexualidade* (2013c), publicada na coletânea de textos que formam a obra *Microfísica do poder*, ele discorre mais detidamente sobre esta noção. Segundo sua definição, o dispositivo compreende três coisas:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2013c, p. 364).

Uma segunda compreensão desta noção é da natureza da relação entre seus elementos. Para o autor, entre eles, existe um tipo de jogo, de mudança de posições, modificação de funções. Com isso, o discurso, um dos elementos do dispositivo, pode aparecer como um programa de uma instituição (outro elemento), ou então como algo que permite justificar e mascarar uma prática ou uma reinterpretação dessa prática.

A terceira compreensão dessa noção também é produtiva para nosso trabalho. O autor diz que a entende como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 2013c, p. 365).

Foucault (2013c, p. 367) considera que o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poderes e é ligado a uma ou a configurações de saberes que dele nascem mas que igualmente o condicionam. Trata-se de algo mais geral que os saberes e os poderes. A *épistémè*, compreendida como aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico

(AGAMBEN, 2005, p. 10), é um elemento especificamente discursivo e está contida no dispositivo. Esse último é heterogêneo: ao mesmo tempo discursivo e não discursivo.

1.4.1 ã Biopolítica e biopoder

Segundo Foucault (1999), por muito tempo o poder soberano tinha o direito de dispor sobre a vida e a morte dos súditos, uma forma atenuada do poder que tinha o pai de família romano sobre a vida de seus filhos e escravos, a qual poderia ser retirada, já que fora ele quem dera. Mas o soberano dispunha de seus súditos apenas nos casos em que sua própria existência estava ameaçada, como no caso de guerra, na qual o Estado deve ser defendido, uma forma indireta de exercício desse poder. A forma direta ocorria no caso de o súdito infringir as leis do soberano, devendo ser morto como castigo.

Assim, o poder do soberano sobre a vida só é exercido com o direito de matar, ou seja, o direito que é formulado como de vida e morte é, de fato, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver (FOUCAULT, 1999, p. 128, grifos do autor). Nessa sociedade o poder se exercia como mecanismo de subtração de riquezas, produtos, bens, serviços, trabalho e de sangue e apreensão do tempo, do corpo e da vida para suprimi-la.

Na Época Clássica, esse mecanismo de poder sofreu transformação no Ocidente, ganhando outras funções, que não só a de confisco, mas também de controle, vigilância, organização, produção e funcionamento das forças, em vez de destruir forças. Com isso, o direito de matar dá lugar a uma forma de poder que visa gerir a vida, do qual a morte aparece como um reverso. As guerras passam a ser travadas, não em nome do soberano a ser defendido, mas sim da existência de todos, como forma de garantir a sobrevivência dos corpos e das raças, mesmo que à custa da destruição de outras populações, pois, neste caso, mata-se para viver.

Em uma sociedade em que o poder assumiu a função de gerir a vida, só se torna legítima a morte daqueles que são um perigo biológico para os outros. A morte era vista como a passagem da soberania terrestre para outra mais poderosa. Essa passagem era acompanhada por um cerimonial político. Na nova ordem, é sobre a vida que se fixa o poder. A morte constitui um limite, um ponto privado da existência. O suicídio, que antes era um crime, pois usurpava o direito de morte do soberano, se tornou, no século XIX, uma conduta a ser analisada na Sociologia, porque fazia aparecer o direito individual e privado de morrer, o que é surpreendente numa sociedade em que o poder político assume a tarefa de gerir a vida.

Assim, Foucault (1999) situa no século XVIII o desenvolvimento do poder sobre a vida, em duas formas que não se excluem, constituindo dois polos interligados por um feixe de relações: a primeira, diz ele,

centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos. Tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano* (FOUCAULT, 1999, p. 31 grifos do autor).

Já a segunda, formada na metade do século XVIII,

centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte de processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-la variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população* (FOUCAULT, 1999, p. 31 grifos do autor).

O poder sobre a vida se organiza em torno das disciplinas do corpo e das regulações da população. Foucault (1999) aponta duas faces: uma anatômica, que é individualizante, voltada para os desempenhos do corpo, e outra biológica, que é especificante e encara os processos da vida. Com essa nova forma de poder desenvolvem-se técnicas diversas de sujeição e adestramento dos corpos e de gestão e controle das populações, como as observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração. Abre-se, diz Foucault (1999, p. 132 grifos do autor) a era do *bio-poder*.

Até o século XVIII havia separação entre essas duas formas de poder sobre a vida. Foucault (1999) considera que o biopoder tenha sido um elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, pois sua garantia dependeu da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e do ajustamento da população aos processos econômicos. Além disso, o autor diz que os fenômenos próprios à vida humana passaram a ser integrados no saber e no poder, no campo das técnicas políticas. O biológico passa a refletir no político e na história, daí ele falar em uma bio-história.

Em função disso, acrescenta Foucault (1999), proliferam tecnologias políticas que investem sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, etc. O sexo se insere no domínio da disciplina do corpo e da regulação da população, pois dá lugar a vigilâncias, controles, ordenações, exames médicos ou psicológicos, a micropoderes sobre o corpo e também a medidas maciças, estimativas, estatísticas e intervenções que visam atingir toda a população. Uma forma de acesso à vida do corpo e da espécie.

Para Foucault (1999, p. 138), estamos numa sociedade em que ós mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. O autor afirma ainda que, no século XIX, intensifica-se a estatização do biológico, a objetivação do homem pelo poder. Essa nova técnica de poder, que ele chama de biopolítica da espécie humana, dirige-se à vida da espécie, ocupando-se óde um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de produção, a fecundidade de uma população, etc. (FOUCAULT, 2005a, p. 289-290). Para tanto, será lançado mão da medição estatística desses fenômenos, como forma de produzir um saber sobre os alvos de controle do biopoder. Nesse momento, devem-se tratar as doenças, pois subtraem a força e diminuem o tempo de trabalho, causando custos na economia, porque necessitam de tratamento.

Com a biopolítica, introduz-se uma Medicina Social que terá como função a higiene pública, através de campanhas de aprendizado e medicação da população. O biopoder promove a regulamentação da espécie, pois visa aumentar a vida, controlar acidentes, eventualidades, deficiências e a própria morte, que só aparece em estatísticas. Se na soberania, a morte era parte de um ritual público, agora é motivo de vergonha e deve ser deixada de lado pelo poder, que vai se esforçar para manter vivo até mesmo aquele que já deveria estar morto.

Há, assim, duas séries de poder: corpo-organismo-disciplina-instituição, de um lado, e população-processos biológicos-mecanismos regulamentares-Estado, do outro. São dois mecanismos que se articulam: um disciplinar, que visa ao corpo individual, e outro regulamentar, que se exerce sobre a população. Entre a disciplina e a regulamentação, afirma Foucault (2005a), circula a norma. Vivemos em uma sociedade de Normalização. A Medicina é um saber-poder, uma técnica de intervenção que tem essa função normalizadora, cujo poder disciplinar sobre o corpo orgânico e biológico tem efeito regulamentar sobre a população.

1.4.2 ã A governamentalidade

Foucault (2013a) faz um inventário histórico da relação entre dispositivos de segurança, população e governo, partindo da Antiguidade greco-romana, passando pela Idade Média e desencadeando no século XVIII. Ele afirma que a preocupação com a arte de governar aparece no século XVI, em diferentes formas, desde o governo na sua forma religiosa, o governo das crianças, em sua forma pedagógica, até a forma de governo do Estado pelo soberano.

O autor afirma que na Literatura de tratados de governo anti-Maquiavel, governar refere-se a ógovernar uma casa, almas, crianças, uma província, um convento, uma ordem religiosa, uma famíliaô (FOUCAULT, 2013a, p. 411). A prática de governar é múltipla e pode ser exercida por muita gente: o pai de família, o pedagogo e o professor. O governo do Estado é uma modalidade entre tantas outras formas, no interior da qual todas as demais estão contidas.

Foucault (2013a) cita um texto de François de La Mothe Le Vayer, do século XVII, segundo o qual há três tipos de governo, cada um se referindo a uma forma de ciência ou de reflexão: governo de si mesmo (moral), da família (economia) e do Estado (política). Há também uma continuidade entre elas, pois aquele que quer ser um bom governante para o Estado, primeiro deve saber se governar e ser um bom chefe de família, do mesmo modo que o Estado bem governado é aquele em que os pais de família sabem governar sua casa e os indivíduos se comportam como devem:

Nos tratados por ele analisados, Foucault (2013a) verifica que governar diz respeito às coisas. A finalidade do governo é dispor as coisas de um modo correto para conduzi-las a um objetivo adequado a cada uma: fazer com que se produza mais riqueza, com que se forneçam às pessoas meios suficientes de subsistência. O que se entende por ódispor as coisasô, diz o autor, é óutilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticasô (FOUCAULT, 2013a, p. 418).

O autor afirma que, durante o século XVI e até o século XVIII, a arte de governar esteve limitada à forma de soberania e era apoiada no modelo familiar. Com a expansão demográfica no século XVII, em que emerge o problema da população, a noção de economia será centrada na Estatística, que vai revelar as características próprias da população e os fenômenos que não se reduzem à família: o número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes, etc.

Desaparece a família como modelo de governo, passando a ser um elemento interno e privilegiado da população, já que é dela que se parte para traçar dados de todo o corpo populacional. Desse modo, o objetivo final do governo passa a ser a população, cuja saúde, riqueza e duração de vida devem aumentar. Para atingir isso, o governo deve usar como instrumentos:

Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade, ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos da população (FOUCAULT, 2013a, p. 425).

Assim, no século XVIII, ocorre a passagem de um modelo de governo da soberania para uma forma política dominada pelas técnicas de constituição de um saber relativo aos fenômenos próprios à população. Não se trata de uma passagem de uma sociedade de soberania para uma disciplinar e depois para uma sociedade de governo, mas de um triângulo em que a população é o alvo principal e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. Vivemos, desde o século XVIII, na era da governamentalidade, entendida esta palavra como:

- 1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
- 2) a tendência que em todo Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros ã soberania, disciplina etc. ã e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
- 3) o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 2013a, p. 429).

Foucault (2013b) discute o modelo de sociedade disciplinar em *Vigiar e punir*. O poder disciplinar utiliza-se de técnicas para fabricar corpos dóceis e úteis. Durante a Época Clássica, houve óuma descoberta do corpo como objeto e alvo de poderô (FOUCAULT, 2013b, p. 132), que era manipulado, modelado, treinado, obediente. Esse é o corpo dócil, pelo qual cresceu o interesse no século XVIII.

A disciplina é um método de controle minucioso das operações do corpo, objetivando a economia e a eficácia dos movimentos, bem como a sua organização interna, por meio de coerção sobre os processos das atividades de trabalho, mais que sobre o resultado, esquadrinhando o tempo, o espaço e os movimentos. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2013b, p. 133-134, grifos do autor).

Essa forma de poder é exercida na invisibilidade e impõe ao que submete um princípio de visibilidade. Na disciplina, é o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduo disciplinar (FOUCAULT, 2013b, p. 179). O Panóptico de Bentham⁴ surge desse desejo de uma arquitetura que permitisse não apenas vigiar e fazer ser visto, mas transformar o indivíduo. Um aparelho disciplinar que capacitaria um único olhar a tudo ver permanentemente, a partir de um ponto central ao qual nada escaparia. Esse é, para Foucault (2013b, p. 189), o modelo compactado do aparelho disciplinar, a utopia da cidade perfeitamente governada.

É no movimento que vai de um esquema disciplinar de exceção, formado pelas instituições fechadas ao esquema de vigilância generalizado que se forma a sociedade disciplinar, caracterizada pelo panoptismo, com a multiplicação dos dispositivos disciplinares pelo corpo social. A partir dessas discussões de Foucault (2013b) sobre as sociedades disciplinares dos séculos XVIII e XIX, cujo apogeu ocorre no século XX, Deleuze (2008) desenvolve sua discussão sobre a sociedade de controle. Nas sociedades analisadas por Foucault (2013b), são organizadas as formas de confinamento do indivíduo em espaços fechados e com leis, como a família, a escola, a fábrica, o hospital, e a prisão, o meio de confinamento por excelência (DELEUZE, 2008, p. 219).

Foucault (2013b) analisa as formas de confinamento, principalmente a fábrica, em que se concentram e se distribuem no espaço e se ordenam no tempo, as forças produtivas. Esse modelo de disciplina sucedia às sociedades de soberania, que se organizavam em torno da morte mais do que da vida. A transição de uma sociedade a outra ocorreu progressivamente. Deleuze (2008) marca essa transição na época de

⁴ Trata-se de uma arquitetura formada por uma construção em forma de anel na periferia e uma torre central, com longas janelas que se abrem para a face interna do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma com duas janelas, uma para o exterior e outra para o interior, correspondente à torre central. A presença de um vigia na torre central possibilitaria ver cada um em sua cela sem que o vigia seja visto.

Napoleão. Para ele, a sociedade disciplinar também viveu sua crise e deixou de existir a partir da Segunda Guerra Mundial. Isso implica uma crise em todos os meios de confinamento, inclusive a família, para os quais são apontadas reformas. Diante da condenação a que estão sujeitas, resta ógerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinaresô (DELEUZE, 2008, p. 220, grifos do autor).

Ao usar o termo controle, o autor diz que se trata de uma denominação usada por Burroughs para designar o novo monstro e que é apontado por Foucault como nosso futuro próximo. Outra referência para os estudos de Deleuze é Paul Virilio, que estuda as formas de controle ao ar livre, as quais substituem as formas de disciplina em sistemas fechados. O autor acredita que, nessa sociedade, o controle contínuo substitui o exame. Ele também considera que, diferentemente da sociedade disciplinar, na de controle nada é terminável, e a lógica de identificação nessa sociedade ónão é mais uma assinatura nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma *senha*, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por *palavras de ordem*ô (DELEUZE, 2008, p. 222, grifos do autor). É com essas cifras que se tem acesso a informações em linguagem numérica, que faz dos indivíduos divisíveis e das massas, amostras, dados, mercados.

Para Hardt e Negri (2001, p. 42, grifos dos autores), na sociedade de controle, que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade, os ómecanismos de comando se tornam cada vez mais ôdemocráticosô, cada vez mais imanentes, ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãosô. Também os mecanismos de inclusão e exclusão são cada vez mais internalizados. O poder é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro, (em sistemas de comunicação, redes de informação, etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividade monitorada, etc.). Para estes autores, a sociedade de controle pode ser considerada uma intensificação e síntese dos aparelhos de normalização de disciplinaridade, que controlam nossas práticas diárias.

Esse novo paradigma de poder tem natureza biopolítica. O biopoder óregula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a articulandoô (HARDT e NEGRI, 2001, p. 43). Para isso, todos os indivíduos devem abraçá-lo por sua própria vontade como função vital. O que está em jogo é a produção e a reprodução da vida. Para esses autores somente a sociedade de controle está apta a adotar a biopolítica como terreno exclusivo de referência. Quando o poder se torna inteiramente biopolítico, todo o corpo social é abraçado pela máquina do poder e desenvolvido em

sua virtualidade. A sociedade reage como um só corpo. O poder se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população.

Deve-se localizar a produção biopolítica nos nexos imateriais da produção de linguagem, da comunicação e do simbólico desenvolvidos pelas indústrias de comunicação. A comunicação em rede controla, guia e canaliza o imaginário que percorre essas conexões. Para os autores, o poder, enquanto produz organiza; enquanto organiza, fala e se expressa como autoridade. A linguagem, à medida que comunica, produz mercadoria, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação a outras, e ordena-as (HARDT e NEGRI, 2001, p. 52). As indústrias de comunicação põem o imaginário e o simbólico no tecido da biopolítica.

Caracterizaremos, a seguir, o último momento dos escritos foucaultianos. Algumas das noções trabalhadas nessa época já foram descritas, como a de governo, que coloca em tensão as formas de governo dos outros e do governo de si.

1.5 A ética do sujeito e o cuidado de si

Nessa nova trajetória dos escritos de Foucault, o centro das questões é a relação do sujeito com a ética e sua constituição por meio de práticas de si. Nesse momento, ele se dedica a pensar as formas de governo. Interessa pensar as formas de governabilidade, ou governamentalidade, do sujeito entendida como a relação entre as técnicas de governo dos outros e as do governo de si. Essa temática é decorrente de um deslocamento não só do conceito de poder até então utilizado, mas também do redirecionamento do projeto esboçado na *História da sexualidade I: a vontade de saber*.

Na introdução da *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*, ao mesmo tempo em que especifica os diferentes temas estudados em suas obras anteriores, Foucault (1998, p. 11) explica os deslocamentos teóricos operados em relação ao volume I dessa coletânea para abordar a questão do sujeito, as formas e modalidades da relação consigo pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito. Esse redirecionamento permitirá mostrar de que maneira, na Antiguidade, a atividade e os prazeres sexuais foram problematizados através de práticas de si, pondo em jogo os critérios de uma estética da existência (FOUCAULT, 1998, p. 16).

Após ter estudado em seus trabalhos anteriores os jogos de verdade na ordem dos saberes científicos empíricos dos séculos XVII e XVIII e os jogos de verdade em referência às relações de poder presente nas práticas punitivas, Foucault (1998, p. 11)

empreende um estudo sobre os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito. O autor compreende por jogos de verdade uma análise dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através do qual o ser se constitui historicamente como sujeito de uma identidade.

Esse trabalho é feito em duas etapas, nas quais Foucault (1998) recorre à genealogia do homem do desejo da Antiguidade Clássica aos primeiros séculos do Cristianismo: no volume II, sobre *o uso dos prazeres*, o autor analisa a maneira pela qual a atividade sexual foi problematizada pelos filósofos e pelos médicos na cultura grega clássica do século IV a. C. Já no volume III, sobre *o cuidado de si*, ele faz essa problematização nos textos gregos e latinos nos dois primeiros séculos de nossa era. É deste último que trataremos aqui.

Na *História da sexualidade III: o cuidado de si*, Foucault (2005b) investiga a existência de uma severidade moral no pensamento médico e filosófico nos dois primeiros séculos de nossa história, que não se limita a fazer interdições sobre atos como o sexo, mas que insiste em falar sobre os cuidados que se deve ter consigo mesmo. Trata-se, segundo o autor, de uma intensificação da relação consigo pela qual o sujeito se constitui enquanto sujeito de seus atos (FOUCAULT, 2005b, p. 46-47).

Foucault (2005b) acredita que é preciso interrogar-se sobre as causas desse fenômeno. Para ele, no mundo romano e helenístico, houve um crescimento do individualismo, o que conferia cada vez mais espaço aos aspectos privados da existência, aos valores da conduta pessoal, e ao interesse que se tem por si próprio (FOUCAULT, 2005b, p. 47). Não foi o reforço de uma autoridade pública que possibilitou a existência dessa severidade moral, e sim as transformações da vida, que isolaram os indivíduos, tornando-os mais dependentes de si mesmo e levaram à adoção de regras de conduta pessoal. Para o autor, é necessário distinguir três coisas a respeito desse individualismo:

A atitude individualista, caracterizada pelo valor absoluto que se atribui ao indivíduo em sua singularidade e pelo grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual ele pertence ou às instituições das quais ele depende; a valorização da vida privada, ou seja, a importância reconhecida às relações familiares, às formas de atividade doméstica e ao campo de interesses patrimoniais; e, finalmente, a intensidade das relações consigo, isto é, das formas nas quais se é chamado a se tomar a si próprio como objeto e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se, e prover a própria salvação (FOUCAULT, 2005b, p. 48).

Essas atitudes podem estar interligadas, pois o individualismo pode exigir a intensificação dos valores da vida privada ou se pode associar à importância atribuída às relações consigo, à exaltação da singularidade individual. Mas pode também não ocorrer vínculo algum entre elas. Em nossa pesquisa, não estamos interessados na manifestação de um individualismo nem na valorização da vida privada. Interessa-nos caracterizar as relações que o sujeito fumante é convocado a desenvolver de si para consigo, e como essas relações se inserem em uma ócultura de siô (FOUCAULT, 2005b, p. 49).

Essa cultura de si caracteriza-se, segundo Foucault (2005b, p. 49, grifos do autor), pelo fato de que a arte da existência ã a *techne tou biou* sob as suas diferentes formas ã nela se encontra dominada pelo princípio segundo o qual é preciso ãter cuidado consigo; é esse princípio do cuidado de si que fundamenta a sua necessidade. Portanto, o que fundamenta essa cultura de si é a ideia de que se deve ocupar-se consigo mesmo. Para o autor, esse tema é bem antigo na cultura grega, consagrado por Sócrates e retomado pela filosofia ulterior, que o situou no centro da óarte da existência. Ao se desligar de sua significação, esse tema adquiriu a forma de uma ócultura de siô.

Foucault (2005b) também esclarece que esse cuidado de si adquiriu um alcance bem geral, ou seja, possui conotações várias. Seu maior apogeu ocorreu nos dois primeiros séculos da época imperial. A cultura de si só pode se desenvolver em algumas culturas nas quais poderia ter um sentido e uma realidade. No entendimento do autor, a aplicação a si não é apenas uma atitude ou atenção geral e difusa, uma preocupação. Implica um conjunto de ocupações, como o cuidado com a casa, o cuidado do príncipe com os seus súditos, do governante com seus governados, os cuidados tomados com um doente ou ferido e as obrigações dedicadas aos mortos. Esse cuidado implica em um labor e demanda tempo dedicado a voltar-se para si:

Esse tempo não é vazio: ele é povoado por exercícios, por tarefas práticas, atividades diversas. Ocupar-se de si não é uma sinecura. Existem os cuidados com o corpo, os regimes de saúde, os exercícios físicos sem excesso, a satisfação, tão medida quanto possível, das necessidades. Existem as meditações, as leituras, as anotações que se toma sobre os livros ou conversações ouvidas, e que mais tarde serão relidas, a rememoração das verdades que já se sabe mas de que convém apropriar-se ainda melhor (FOUCAULT, 2005b, p. 56).

Na opinião do autor, essa atividade consagrada a si não é solitária, pois está ligada a uma comunicação com o outro, que pode ser um confidente, um amigo, um diretor ou um guia, ao qual se solicita conselhos. É isso que a torna uma prática social. Foucault (2005b, p. 59) observa que há uma tradição, que remonta à cultura grega, na qual o cuidado de si está em correlação estrita com o pensamento e a prática médica. Essa correlação ampliou-se, e na atualidade, a Medicina apresenta-se como um saber normalizador de práticas higienistas de cuidados com o corpo. O objetivo comum das práticas de si pode ser caracterizado pelo princípio do bem geral da conversão a si, ou seja, o fim principal a ser proposto para si próprio deve ser buscado no próprio sujeito, na relação de si para consigo (FOUCAULT, 2005b, p. 69). A cultura de si originou reflexões, nos dois primeiros séculos, sobre a moral dos prazeres, a qual sofreu transformações, que não implicam em intensificação de proibições, e sim em mudanças na forma como o indivíduo deve se constituir enquanto sujeito moral.

A partir dos trabalhos de historiadores, Foucault (2005b) afirma que as causas para o desenvolvimento da cultura de si e a inflexão operada na ética dos prazeres decorrem, sobretudo, das mudanças ocorridas na prática matrimonial e nas regras do jogo político. Para ele, a nova importância que se dá ao casamento e ao casal e à redistribuição de papéis políticos suscitaram uma nova maneira de refletir-se na própria relação com a mulher, com os outros, com os acontecimentos e com as atividades cívicas e políticas e uma outra forma de se considerar como sujeito dos próprios prazeres (FOUCAULT, 2005b, p. 77).

Foucault (2005b, p. 95) observa que na difícil arte de governar, o bom governante deve se guiar por razões pessoais, pois o que sabe se conduzir bem que ele saberá conduzir, como convém, aos outros. O autor considera que a racionalidade para o governo do outro é a mesma que a do governo de si próprio.

Na ética tradicional do domínio de si havia um vínculo entre a superioridade que se exerce sobre si, a que se desempenha no contexto da casa e a exercida no campo de uma sociedade agonística. A relação sobre a casa e a esposa passa a ser exercida em uma forma de igualdade, e o jogo agonístico, de superioridade sobre os outros, integra-se num campo de poder mais vasto. Com isso, a reflexão sobre o uso dos prazeres sofre transformações, o que implica, afirma o autor, em uma crise da subjetivação: uma dificuldade na maneira pela qual o indivíduo pode se constituir enquanto sujeito moral de suas condutas, e nos esforços para encontrar na aplicação a si o que pode permitir-lhe sujeitar-se a regras e finalizar a sua existência (FOUCAULT, 2005b, p. 101).

Para finalizar esta parte do nosso percurso teórico, destacamos que os postulados teóricos e a forma como Foucault conduz metodologicamente seus trabalhos são fundamentais para as análises que empreenderemos nos capítulos que se seguem. Um último expediente ainda se faz necessário: especificar a noção de corpo que estamos utilizando em nosso trabalho. Passemos a esse ponto.

1.6 ã O corpo como objeto discursivo

Ao longo das páginas precedentes já foi esboçada a perspectiva de corpo que levamos em conta neste trabalho a partir das discussões de Foucault sobre a realidade biopolítica do corpo. Faremos uma discussão acerca desse objeto pautando-nos em Courtine (2011a), Ferreira (2013) e Milanez (2009).

Courtine (2011a) afirma que o corpo se tornou um objeto de investigação histórica em virtude de um conjunto de eventos ocorridos na virada do século XIX para o século XX, que provocaram mudanças na relação do sujeito com seu corpo em diferentes etapas. A primeira etapa ocorreu na Psicanálise, quando Freud decifrou a histeria, o que o fez compreender que o inconsciente fala através do corpo (COURTINE, 2011a, p. 7). Esse foi um primeiro passo para que a imagem do corpo fosse levada em conta na construção do sujeito.

Ferreira (2013) observa que no âmbito da Psicologia de Freud, o corpo é concebido como a superfície de inscrição do psíquico, pois a histeria não se origina no biológico. É assim que, ao se descobrir o inconsciente, constrói-se o corpo psicanalítico. A autora destaca que é Lacan que leva a fundo essas discussões, e concebe o corpo como uma construção de linguagem. Esse corpo nos interessa, pois para a AD, o corpo não seria, assim, um *a priori*, uma dádiva da natureza, mas o resultado de um processo de construção que se dá pelo discurso e no discurso (FERREIRA, 2013, p. 80).

O segundo passo, continua Courtine (2011a, p. 8), foi com a ideia de Edmund Husserl do corpo humano como o berço original de toda significação. Já a terceira etapa, conclui ele, ocorreu na Antropologia, com Marcel Mauss e seu espanto diante da técnica corporal da infantaria britânica frente à francesa, na Segunda Guerra Mundial. Ao descrever as várias modalidades técnicas corporais para se movimentar, marchar, andar, nadar, Mauss usou o termo técnicas do corpo, referindo-se, entre outras coisas, às diferenças entre a marcha dos soldados ingleses e dos franceses. Com isso, ele objetivava acessar uma *imagem social do corpo, levando em conta a geografia, a*

cultura, a história de cada lugar (FERREIRA, 2013, p. 79, grifos da autora). O corpo, nessa perspectiva, é objeto sobre o qual o trabalho da cultura se desenvolve e a ferramenta de realização desse trabalho.

Courtine (2011a) ainda acrescenta que as lutas das mulheres nos anos de 1970 contra a lei de aborto, reivindicando um direito sobre seu corpo, também representam um avanço para que esse objeto fosse investigado teoricamente. Assim como as mulheres, os homossexuais representavam, nesta época (e ainda representam), uma parcela de uma minoria marginalizada, em termos de classe, raça ou gênero, que questionou (e questiona) com seu corpo, manifestando-o como um mecanismo de enfrentamento a um discurso e a uma estrutura de poder que impõem silêncio aos corpos.

O corpo ainda hoje está nas lutas políticas, culturais e por tudo isso é um objeto de pensamento. Para Courtine (2011a), no plano teórico, é na obra de Foucault que o vínculo do sujeito com o seu corpo ganha seu título de nobreza. Por isso ele considera esse objeto uma invenção teórica recente (COURTINE, 2013, p. 12), que ocorre de fato no século XX. Nos estudos de Foucault, o corpo é investigado como objeto teórico, como artefato prático de intervenção nas políticas sociais de liberação de homossexuais, mulheres e doentes mentais, ao longo de seus estudos sobre a genealogia do poder e a ética e estética de si. Suas discussões sobre a realidade biopolítica do corpo o fazem emergir em um terreno de micro lutas, como elemento de poder e de saber e lugar de resistência para o sujeito.

É importante destacarmos que a irrupção do corpo como objeto teórico não ocorreu de modo tranquilo. Para Courtine (2013), mesmo no início do século XX, o momento de acontecimento teórico do corpo demorou a chegar, porque os avanços de um pensamento a seu respeito na metade deste século se defrontavam com as normas antigas que o submetiam às exigências disciplinares e às instituições que as garantiam. Com a atenuação dessas normas, nos anos 1950/60, o corpo não encontrou lugar no Marxismo, na Psicanálise e na Linguística, que recobriram o campo das Ciências Humanas até os anos de 1970. O corpo emerge no campo das humanidades nas transformações políticas e nas mutações sociais dos anos de 1960 e 1970 (COURTINE, 2013, 15). Assim, no campo teórico, o corpo foi religado ao inconsciente, colado ao sujeito e inscrito nas formas sociais da cultura (op. cit., p. 14).

Milanez (2009, p. 215) diz que se interessa pelo corpo como um objeto discursivo e, a partir desse olhar, articula a teoria foucaultiana para pensar as relações do sujeito com seu corpo em práticas higienizantes. Para esse autor, o corpo que se

investiga como unidade discursiva não é o das práticas diárias, que fala, trabalha, vive, pratica esporte, deita no sofá, anda, come, dorme ou lê. Nem tampouco o corpo com suas funções biológicas.

Para o autor, é preciso focalizar a existência material desse objeto chamado corpo, por meio das representações com as quais o identificamos, e também a sua existência histórica, o lugar e data em que ele aparece. Assim, diz Milanez (2009, p. 215), pode-se considerar o corpo não somente como uma simples prática corporal e objetivante, mas como prática discursiva, conforme esta noção de prática é compreendida por Foucault (2008a). O corpo, pensado por este viés, possui as propriedades do enunciado, o que possibilita o surgimento de novos campos de saber e a produção de conhecimentos sobre o sujeito.

Ao tratarmos do corpo, estamos falando de sua inscrição material no campo do discurso. Para Ferreira (2013, p. 78), mais que um objeto teórico, trata-se do corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo intangível e o corpo que se deixa manipular. O corpo como lugar do visível e do invisível. Um corpo que está imerso em práticas de subjetivação. A autora acredita que, nesse processo de discursividades, aparece um real que não é mais da língua ou da história, mas um real do corpo que inscreve o sujeito na dimensão do impossível.

Pensar o corpo como objeto discursivo é considerá-lo como não empírico, não biológico, não orgânico (FERREIRA, 2013, p. 78). O que importa é sua materialidade construída discursivamente nos limites da falha. É no limite desse corpo que o sujeito se inscreve e pode ser observado, pois ele fala sobre esse sujeito. Para Ferreira (2013),

esse corpo que fala seria também o corpo que falta, donde a inclusão da noção de real do corpo, ao lado do real da língua e do real do sujeito. A exemplo do que singulariza o registro do real, o real do corpo seria o que sempre falta, o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste (FERREIRA, 2013, p. 78, grifos da autora).

O corpo está sempre imerso em relações de poder/saber, em práticas discursivas e em meio a resistências. Aqui encerramos as discussões acerca do percurso teórico que norteia nosso estudo e passaremos às análises do nosso *corpus*.

CAPÍTULO II

TABAGISMO E OS RISCOS DE DOENÇA E MORTE PARA O SUJEITO FUMANTE

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ópolítica geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2013d, p. 52).

Conforme dissemos na Introdução, ao falarmos do percurso metodológico, realizamos um recorte em nosso *corpus* agrupando os enunciados dispersos em torno de um mesmo tema. Com isso, construímos três séries enunciativas (FOUCAULT, 2008a). Neste capítulo, analisaremos a primeira delas. Antes, gostaríamos de retomar a discussão referente à análise enunciativa, empreendida no percurso teórico.

A análise enunciativa proposta por Foucault (2008a) diz que para encontrarmos as regularidades do enunciado precisamos descrever o funcionamento de quatro elementos que caracterizam a formação discursiva e dão unidade ao discurso. O primeiro é a regra de formação dos objetos, que diz respeito à existência de um determinado objeto no discurso. Para encontrá-la, é preciso: delimitar as suas superfícies de emergência: onde surge para depois ser diferenciado; descrever as instâncias de delimitação, ou seja, as instâncias sociais autorizadas a falar dele e por fim analisar as grades de especificação, os sistemas pelos quais um mesmo objeto é separado, reagrupado, e classificado nas diferentes instâncias que falam dele.

Estamos considerando a embalagem de cigarro como a superfície de emergência de nosso objeto. Nela, há diferentes grades de especificação do tabagismo, que são as doenças para as quais ele é considerado um fator de risco. As instâncias de delimitação desse objeto são a Medicina e os órgãos governamentais que regulamentam o consumo de cigarro e promovem o combate ao tabagismo.

O segundo elemento é a regra de formação das modalidades enunciativas, que permite encontrar o lugar de onde vêm as formas de enunciados, o *status* do sujeito que enuncia, os lugares institucionais de onde o sujeito obtém o seu discurso e onde se legitima e encontra seu ponto de aplicação. Estamos considerando que foi a divulgação de pesquisas científicas sobre os riscos do cigarro à saúde que possibilitou a emergência do discurso de combate ao tabagismo. Assim, é o médico que tem o *status* para falar desse objeto, a partir do lugar que a clínica estabelece para ele. Com a intensificação do controle do tabagismo em locais públicos, o juiz também é uma voz autorizada a falar desse objeto, estabelecendo práticas para os sujeitos fumantes.

O terceiro é a regra de formação dos conceitos, que permite investigar as relações entre as famílias de conceitos. Em relação ao nosso objeto de pesquisa interessam apenas as formas de sucessão e de coexistência dos enunciados. Para Foucault (2008a) a primeira tarefa na descrição do campo enunciativo em que aparecem e circulam os conceitos é a análise das diversas disposições das séries enunciativas, como estão organizados os conceitos que formam um objeto; depois, descrevem-se os tipos de correlação dos enunciados, o que possibilita ver a regularidade entre eles; por fim, descrevem-se os diversos esquemas retóricos segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados. Essas regras serão fundamentais para conduzirmos nossas análises das séries enunciativas, dispostas em diferentes escolhas temáticas.

Quanto à descrição das formas de coexistência entre os enunciados, esta ocorre pela análise do campo de presença, constituído por enunciados já formulados e que são retomados como verdade, discutidos, julgados, rejeitados ou excluídos; do campo de concomitância, constituído por enunciados referentes a domínios de objetos diferentes e pertencentes a tipos de discursos diversos, mas que mantêm relação, seja para servir de modelo um para o outro, seja porque um é instância superior ao qual o outro está submetido; e do domínio de memória, constituído por enunciados que não são mais discutidos, mas em relação aos quais se estabelecem deslocamentos, continuidades ou descontinuidades.

Particularmente em relação às formas de coexistências dos enunciados sobre o tabagismo, no seu campo de presença temos enunciados que investem na divulgação de aspectos positivos ligados ao fumo, como mostraremos ao falarmos das antigas propagandas, e também enunciados que mostram o lado negativo do tabaco. Enquanto os primeiros são rejeitados na atualidade, os segundos são tomados como verdade. Por isso, não há um campo de concomitância entre ambos. Podemos também afirmar que os

enunciados de propaganda fazem parte de um domínio de memória sobre o tabagismo, pois é a partir deles que são estabelecidos deslocamentos nesse discurso.

A quarta e última regra é a de formação das estratégias, ou seja, a distribuição na história dos temas e teorias caracterizados por enunciados provenientes de certo domínio discursivo. Foucault (2008a) diz que se deve determinar: os pontos de difração possíveis do discurso, caracterizados como pontos de incompatibilidade, segundo o qual dois conceitos não podem aparecer em uma mesma formação discursiva sem que façam parte da mesma série de enunciados; os pontos de equivalência, que dizem respeito ao fato de que elementos incompatíveis são formados da mesma forma, com as mesmas regras, com as mesmas condições de aparecimento, e não constituem contradição, e sim alternativas; e os pontos de ligação de uma sistematização, que dizem respeito aos enunciados que possibilitam o aparecimento de uma série coerente de objetos, formas enunciativas, conceitos.

Sendo assim, não podemos colocar os enunciados referentes às propagandas de cigarro na mesma série que os enunciados antitabagistas. Tais propagandas estão inseridas em um domínio de memória em relação ao qual o discurso antitabagista estabelece um deslocamento. Assim, trataremos abaixo das condições que propiciaram o aparecimento desse discurso e a interdição das propagandas de cigarro.

2.1 Imersão na história: os jogos de verdade em torno do consumo de cigarro

Antes de adentrarmos nesta ordem arriscada do discurso (FOUCAULT, 2007) antitabagista, gostaríamos de fazer uma breve discussão sobre os jogos de verdade (FOUCAULT, 1998) que envolvem o ato de fumar, descrevendo como o consumo de cigarro deixou de ser uma prática vinculada à liberdade e ao *glamour* para ser relacionada a doenças e morte.

Para Foucault (2007), há, em toda sociedade, um certo número de procedimentos que selecionam, controlam, organizam e redistribuem a produção do discurso com a função de conjurar seus poderes e perigos e dominar a sua forma de circulação e sua pesada materialidade. Com o discurso antitabagista não é diferente. Destacaremos aqui dois procedimentos de exclusão apontados pelo autor, que são externos ao discurso, quais sejam: a interdição e a vontade de verdade.

O primeiro define que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2007, p. 9).

Consideramos que as propagandas de cigarro sofreram interdição com a emergência do discurso antitabagista. Falar do tabagismo passou a ser um direito privilegiado das instituições e dos órgãos de governo, que visam não propagá-lo, mas combatê-lo. A interdição das propagandas de cigarro revela a ligação do discurso com o desejo e o poder, pois o discurso é objeto do desejo, aquilo pelo que se luta e o poder do qual queremos nos apoderar.

Quanto à vontade de verdade, ela define os discursos que serão considerados verdadeiros e aqueles que serão considerados falsos. As verdades, para Foucault (2007), se organizam em torno de contingências históricas, se modificam com o tempo e estão em perpétuo deslocamento, sustentadas por instituições que as impõem e reconduzem. Assim, a separação entre o verdadeiro e o falso de uma época é institucional e historicamente construída. É por isso que falamos em jogos de verdade (FOUCAULT, 1998), compreendendo por esta expressão não a descoberta do que é verdadeiro, mas das regras segundo as quais aquilo que um sujeito diz a respeito de um certo objeto decorre da questão do verdadeiro e do falso (REVEL, 2005, p. 87). Há, na atualidade, uma vontade de verdade sobre o tabagismo que não coincide com a de épocas anteriores. A arqueologia foucaultiana nos possibilita cotejar como essas verdades sobre tal objeto de discurso emergiram e foram deslocadas, dando lugar a novas posições enunciativas.

Posto isso, trataremos brevemente do consumo de cigarro em uma duração histórica que compreende os primeiros anos da história de descobrimento da América pelos europeus, o surgimento das indústrias de cigarro, a difusão do consumo desse produto por meio das propagandas, e a interdição destas, com a emergência do discurso e de políticas públicas antitabagistas.

O consumo do tabaco, planta originária da América, teve sua origem entre os povos indígenas desse continente, para fins terapêuticos e ritualísticos. Com a ocupação do Novo Mundo pelos europeus, esse consumo se espalhou por outros continentes, a partir do século XVI. A difusão da planta na Europa deve-se ao embaixador francês Jean Nicot (1530-1600). Segundo Ruas (2012), em 1737, em homenagem a Nicot, a planta recebeu o nome *Nicotiana tabacum* na classificação científica de Linneu, sintetizada pela primeira vez em 1890. A nicotina foi apropriada por vários segmentos, obtendo novos invólucros. A Igreja introduziu o rapé e os nobres utilizavam cachimbos e tabaqueiras, bem como o charuto.

Já o cigarro em sua forma industrializada surgiu no século XIX, tendo um grande consumo nos Estados Unidos da América (EUA), no final deste mesmo século em decorrência da invenção de uma máquina de produção de cigarros em grande quantidade em pouco tempo (200 por minuto), afirma Dias (2011). O tabaco enrolado em papel já era fumado na Espanha antes de ser industrializado pelos americanos, conforme Ruas (2012).

Com a industrialização, nos anos de 1920, o consumo de cigarro foi intensamente difundido e ao mesmo tempo em que se tornou um símbolo de *glamour*, diz Ruas (2012), o fumo começa a aparecer como um produto danoso a saúde. Nessa época os médicos já alertavam para o diagnóstico precoce de algumas doenças, como os cânceres, cujos índices vinham se ampliando.

Após as duas grandes guerras, houve uma intensa difusão entre homens e mulheres, respectivamente. Dias (2011) afirma que na Primeira Guerra (1914-1918), os homens que viviam nas trincheiras fumavam nos momentos que lhes eram reservados para descansar e socializar com os demais soldados. Já na Segunda Guerra (1939-1945), as mulheres foram inseridas no público consumidor por meio de incentivos de propagandas que queriam garantir um grupo de usuários do produto no momento em que os homens estavam fora de casa. Esse fenômeno ocorreu nos Estados Unidos e se espalhou por outros países devido à influência cinematográfica dessa nação.

Nesse período, interesses contraditórios das indústrias de cigarro dos EUA e da Rússia dominavam os meios de comunicação, contra-atacando o discurso científico e mostrando prazer e satisfação por trás do ato de fumar, em pleno horror das bombas atômicas da Guerra Fria (1945-1991). Os meios de comunicação eram os agenciadores de uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2007) sobre o ato de fumar, que institui a relação ócigarro/prazerô.

Segundo Renovato *et al* (2009), na década de 1950, o estímulo ao tabagismo ocorreu por intermédio de propagandas veiculadas na TV e outras mídias, nas quais apareciam pessoas jovens, na maioria homens, que praticavam esportes, tinham carros, poder e independência financeira, o que fez com que esse hábito se tornasse um objeto de desejo, pois era relacionado à beleza, ao sucesso, à liberdade e ao *glamour*, e, conseqüentemente o consumo aumentou. A vinculação das indústrias de cigarro ao esporte já era feita desde os anos 1930, como podemos ver na Figura 2.

Figura 2: Propaganda de cigarros *Lucky Strike*, 1931



Disponível em: <https://freakshowbusiness.wordpress.com/2009/01/02/quando-nao-havia-limites-para-a-propaganda-de-cigarro/>. Acesso em: 23 de março de 2015

Nessa época, as mídias não eram espaço de exposição e visibilidade para todos os sujeitos, como ocorre atualmente com o uso das redes sociais. Apenas as grandes celebridades tinham destaque e seus hábitos serviam de inspiração. Assim, a indústria cinematográfica de *Hollywood* teve um papel fundamental na propagação do cigarro ao associá-lo às suas divas e galãs do momento.

Nos filmes americanos dos anos de 1930 a 1970, alguns personagens masculinos e femininos contavam com o cigarro como um elemento central da sua composição, mostrando charme e elegância ao fumar. Os atores e atrizes também apareciam nas propagandas de cigarro fora do cinema. Vemos nas figuras 3 e 4, dois atores famosos dos anos de 1950, fumando em cenas que parecem um flagra em momentos de descanso e intimidade, estabelecendo relações do cigarro com o prazer, a juventude, a beleza, a elegância e o *glamour*.

Figura 3: James Dean, 1950

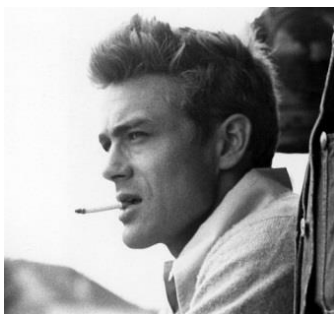


Figura 4: Marylin Monroe, 1950



Disponíveis em: http://lounge.obviousmag.org/entre_outras_coisas/2012/12/o-glamour-nas-antigas-propagandas-de-cigarro.html. Acesso em: 23 de março de 2015

Nos anos de 1950, as propagandas publicitárias já usavam técnicas bem sofisticadas para atrair o olhar do espectador para determinados produtos. A propaganda mostrada na Figura 5 utiliza como estratégia de *marketing* a personagem natalina do Papai Noel, uma das figuras características da cultura ocidental, associando-o ao fumo.

Figura 5: Papai Noel em propaganda de cigarro, 1950



Disponível em: <http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/09/cigarros-lucky-strike-papai-noel.html>. Acesso em: 23 de março de 2015

Em uma época em que o discurso científico já alertava para os riscos do tabagismo, havia propagandas de cigarro com cientistas, médicos e dentistas vinculando sua imagem e seu saber a este produto como forma de credibilizar o incentivo ao consumo do cigarro, como vemos nas Figuras 6, 7, 8 e 9. Isso mostra que, em torno do tabagismo, pelo menos nos primeiros anos da sua difusão na forma industrializada, havia divergências mesmo entre aqueles que se dedicavam a cuidar da saúde.

Figura 6: Filtro de cigarro Viceroy, 1950



Figura 7: Propaganda de cigarro Camels, 1946



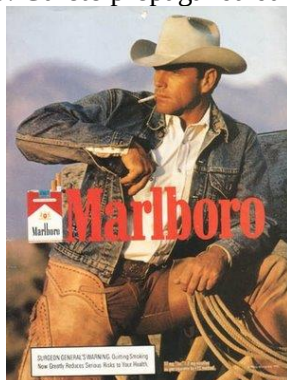
Disponíveis em: <https://freakshowbusiness.wordpress.com/2009/01/02/quando-nao-havia-limites-para-a-propaganda-de-cigarro/>. Acesso em: 23 de março de 2015

Figura 8: Propaganda de cigarros *Kent*, 1930Figura 9: Propaganda de cigarros *Lucky Strike*, 1930

Disponíveis em: <https://freakshowbusiness.wordpress.com/2009/01/02/quando-nao-havia-limites-para-a-propaganda-de-cigarro/>. Acesso em: 23 de março de 2015

Nas décadas de 1960/70, com os movimentos de contracultura, que lutavam contra os regimes ditatoriais vigentes em muitas nações e contestavam as normas sociais e morais estabelecidas, o consumo do cigarro aumentou e passou a ser relacionado à liberdade e à autoafirmação. Muitos movimentos surgidos nesse período, como o feminista, dentre outros, tinham o corpo como a forma de expressar a insatisfação com a dominação, seja pelos homens ou mesmo pela moral religiosa e política. Com isso, fumar, mesmo representando um risco à saúde, era encarado como uma forma de resistência, no sentido de Foucault (2009a).

Nos anos 1980, o foco na divulgação e estímulo ao consumo de cigarro era o garoto-propaganda da Marlboro, que fumava um cigarro denotando prazer e satisfação.

Figura 10: Garoto propaganda da *Marlboro*, 1981

Disponível em: <http://dexgroup.com.br/propaganda-cigarros-quem-te-viu-quem-te-ve/>. Acesso em: 23 de março de 2015

A imagem de um homem do campo, ou *cowboy*, fumando cigarro, associava a masculinidade e a virilidade ao produto, contrastando com a imagem de um sujeito

sexualmente impotente que o discurso científico construiu para o fumante nas propagandas antitabagistas. A imagem do *cowboy* aciona uma memória discursiva (PÊCHEUX, 1999) do fetichismo que esse sujeito causa entre algumas mulheres.

Assim, verificamos que em diferentes modalidades enunciativas (FOUCAULT 2008a) são agenciados diferentes *status* ao sujeito fumante. Nos jogos de verdade (FOUCAULT, 1998) das propagandas midiáticas emerge um sujeito glamoroso, viril, belo, saudável e jovem. No próximo tópico, trataremos das condições de emergência do discurso antitabagista, que desconstroem essas imagens do fumante.

2.2 ã O controle dos discursos sobre o tabagismo

As primeiras pesquisas sobre os males do cigarro à saúde datam de 1920. Novos estudos começaram a ser realizados nos anos de 1950, pelos epidemiologistas britânicos Richard Doll e Austin Bradford Hill, e publicadas em 1950 e 1954 na *British Medical Jornal*. No Brasil, as primeiras propagandas antitabagistas começaram a ser veiculadas nos anos de 1980. Nesse período, circularam resultados de pesquisas relacionando o tabaco a várias doenças, como os cânceres, o que fez com que o próprio tabagismo fosse reconhecido como uma doença, segundo Renovato *et al* (2009).

Em 1997, a Organização Mundial da Saúde, na Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), classificou o tabagismo como uma síndrome resultante da dependência de nicotina, integrando-a no grupo dos transtornos mentais e de comportamentos decorrentes do uso de substâncias psicoativas. Na embalagem de cigarro, é mencionado que há 4.720 substâncias tóxicas a que o fumante está exposto, identificadas pela OMS.

Além de ser uma síndrome, o tabagismo é causador de cerca de 50 doenças, entre doenças vasculares, respiratórias, cânceres, impotência sexual, entre outras. Conforme mostramos na Introdução deste trabalho, no mesmo ano em que classificou o tabagismo como doença, a OMS divulgou um mapa anatômico das doenças para as quais ele é um fator de risco no corpo do fumante, vinculando a imagem desse sujeito à de uma criatura doente, disforme e monstruosa.

Nos anos de 1990, a preocupação em torno do cigarro cresceu, demandando medidas econômicas, sociais e políticas de saúde pública. Com isso, as propagandas de cigarro desapareceram dos grandes meios de comunicação, passando a ser permitidas apenas em cartazes na parte interna dos pontos de venda, por determinação da Lei nº.

10.167, de 27 de dezembro de 2000 (conhecida como Lei Serra, em referência ao então Ministro da Saúde José Serra), dando lugar a campanhas antitabagistas. A interdição (FOUCAULT, 2007) das propagandas de cigarro evidencia uma luta para ter o controle, o poder e o direito sobre o discurso em torno do tabagismo.

No contexto legislativo brasileiro, conforme Renovato *et al* (2009), a Portaria nº. 490, de 1988, obrigou as indústrias de cigarro a incluir a advertência do Ministério da Saúde adverte: Fumar é prejudicial à saúde, nas embalagens e publicidades dos produtos contendo tabaco. Em 1999, foram introduzidos novos alertas. Os autores afirmam que a Resolução nº 104, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), tornou obrigatória a veiculação de imagens no verso das embalagens do cigarro em 31 de maio de 2001. Para tanto, foi contratada pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde a Agência de Publicidade Master. O objetivo era prevenir e combater o uso de cigarro por jovens.

O primeiro grupo lançado era composto de nove imagens, que circularam até 2004. O segundo grupo foi produzido em 2003, por determinação da Resolução nº. 335, da ANVISA, de 21 de novembro de 2003. As primeiras eram mais simples, sem alteração digital. Mostravam pessoas reais consumindo cigarro e mensagens de alerta. O segundo grupo era composto de dez imagens, mais impactantes que as primeiras. Entre elas havia a de um voluntário que cedeu a imagem de sua perna amputada devido aos agravos provocados pelo uso do tabaco.

Em 2008, foram produzidas mais dez imagens, dessa vez pelo INCA em parceria com um grupo de pesquisadores multidisciplinares, integrado por professores da área da saúde e do design, ligados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), além de técnicos do Ministério da Saúde. O grupo se reuniu durante dois anos e produziu imagens com modificações digitais, mostrando que não pretendiam mais retratar a realidade e sim idealizar uma imagem do fumante, apelando para o impacto por meio do medo. A substituição ocorreu no dia 27 de maio de 2008, em que se comemora o Dia Mundial Sem Tabaco.

As imagens devem ser regularmente substituídas, para que não percam o impacto e para que se amplie a divulgação de informações sobre os malefícios do tabagismo. Em 2013, deveria ter ocorrido a produção de novas imagens, pois o tempo de circulação é de no máximo cinco anos, segundo a autorização do uso de imagens dada pelos modelos. Havia um grupo de sete imagens produzidas em 2008 que não

foram para o mercado e poderiam ser usadas para substituir as atuais, porém, a solução foi a prorrogação do uso das imagens de 2008, o que acarretou custo financeiro de renovação com os modelos que posaram para as fotos, pois a propriedade das imagens é pessoal, segundo a lei de direitos autorais.

Entre as medidas tomadas pelo Brasil para controlar o tabagismo, destacamos que, em maio de 2003, foi adotado, na 56ª Assembleia Mundial da Saúde, um tratado internacional de saúde pública, chamado *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco* (CQCT) com o propósito de banir a publicidade do cigarro, segundo Mota *et al* (2013). A CQCT foi o primeiro tratado de saúde pública internacional entre países, cuja proposição ocorreu em 1999, na 52ª Assembleia Mundial de Saúde (AMS). Após quatro anos de discussão do texto, sua adoção ocorreu na 56ª AMS, em 2003. A motivação para sua adoção foi o ônus que o consumo de cigarro traz para as famílias de baixa renda e para a saúde pública.

A partir das diretrizes estabelecidas na *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco*, em 2008 foi elaborado um pacote de medidas, chamado MPOWER, com o objetivo de inibir o consumo de cigarro entre jovens, ajudar fumantes a abandonarem o vício, proteger os não-fumantes da possibilidade de estarem expostos ao fumo passivo, além de ajudar países e sua população a se livrarem do tabagismo.

Na esteira dessas medidas internacionais, no Brasil, o Ministério da Saúde, em parceria com o Instituto nacional do Câncer (INCA), desenvolveu o Programa Nacional de Controle do Tabagismo. Passou-se a veicular nas mídias de massa campanhas educativas durante o dia 31 de maio, instituído como Dia Mundial sem Tabaco, e no dia 29 de agosto, Dia Nacional de Combate ao Fumo. Essa última data foi estabelecida em 2008, pelo Ministério da Saúde, porém sua criação foi feita pela Lei n.º 7.488, de 11 de junho de 1986. Entre seus objetivos primordiais estava a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes.

Segundo dados da OMS, 100 milhões de fumantes morreram no século XX em decorrência do cigarro e um bilhão de pessoas virá a morrer no século XXI. O fumo passivo é considerado a terceira maior causa de morte no mundo a ser evitada, sendo superado pelo fumo ativo e pelo consumo de álcool.

Como podemos ver, foi a partir da divulgação de pesquisas científicas que o fumo passou a ser relacionado a inúmeras doenças, deixando de ser símbolo de vitalidade, virilidade, beleza e *glamour*, passando a ser sinônimo de morbidade, impotência e sofrimento. Além disso, ao classificar o tabagismo como uma síndrome,

uma psicose, a OMS vincula a imagem do fumante à de um doente e esse sujeito passa a ser visto como uma ameaça para quem não fuma, por possibilitar o fumo passivo através da emissão de fumaça. O que torna esta fumaça evitável não é apenas o fato de causar doença. É também a ação do governo em torno de combatê-la, ao instituir lugares em que o fumo é permitido e proibido.

Assim, conforme nos diz Foucault (2008a), quando a saúde da população passou a ser uma das normas econômicas requeridas pela sociedade industrial o *status* do médico se modificou e agora é ele que tem o poder e o saber para falar em nome de uma instituição que normaliza certas práticas, como o tabagismo. Em torno dessa prática, uma série de estudos aponta a susceptibilidade de ser acometido por certas doenças desde o início do século XX, mas somente nos anos de 1940 o poder público, em vários países, começou a investir em campanhas e propagandas educativas veiculadas em diversas mídias.

Além do discurso médico, o jurídico aparece como uma instância autorizada a produzir verdades sobre a prática de fumar. De acordo com Baracuhy e Freitas (2013, p. 65), o discurso jurídico atua como uma estratégia de governamentalidade, a qual pressupõe ações que irão conduzir o outro, guiar, controlar, ditar normas, etc; como forma de garantir a ação de governar por meio de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes (op. cit., p. 60).

Nesse sentido, as autoras consideram que dos discursos jurídicos emanam efeitos de sentido de ordem e exercício do poder, no qual há um sujeito que determina e os outros devem obedecer (BARACUHY e FREITAS, 2013, p. 67).

No próximo tópico, analisaremos a série enunciativa Tabagismo e os riscos de doença e morte para o sujeito fumante, a qual foi dividida em duas partes, quais sejam: a) o combate ao tabagismo e ao câncer: entre o domínio médico e estético; e b) o tabagismo como fator de risco para doenças cardiovasculares e morte.

2.3 O combate ao tabagismo e ao câncer: entre o domínio médico e estético

Neste tópico, discutiremos a constituição discursiva do corpo do sujeito fumante e a relação do combate ao tabagismo com os riscos de doenças cancerígenas, que cruza o domínio médico e estético. Analisaremos os enunciados que tratam da possibilidade de acometimento por cânceres devido às substâncias presentes no cigarro, consideradas

um fator que potencializa o desenvolvimento de várias dessas doenças. Antes, gostaríamos de descrever nossos enunciados, e como pretendemos analisá-los.

Considerando que o enunciado não se restringe ao nível verbal, em nossas análises, o conjunto de imagens seguidas de mensagens de alerta dos riscos do tabagismo à saúde serão consideradas como um enunciado, concebido como óuma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaçoô (FOUCAULT, 2008a, p. 98). Sua descrição é feita óem seu exercício, em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realizaô. Além disso, Foucault (2008a) o caracteriza pela relação com um sujeito, a presença em um campo associado e pela existência material.

Os enunciados sobre o combate ao tabagismo constroem um lugar para o sujeito fumante, o que significa que eles determinam as condições de exercício da função enunciativa para esse sujeito a partir da visão das instâncias de poder governamental sobre o tabagismo. É a existência material desses enunciados, cuja natureza é híbrida, que nos possibilita analisá-los, pois trabalhamos com enunciados efetivamente realizados, e não com abstrações. Além disso, cada enunciado é um elemento de uma rede de formulações.

Em termos de estrutura, nosso objeto é constituído por um sincretismo de linguagem verbal e imagética. Delimitando a parte não-verbal, tem-se um contorno preto na parte superior e na parte inferior, sobre o qual está a parte verbal, composta pela sequencia óO Ministério da Saúde adverte...ô seguida por um aviso específico de acordo com a temática do alerta, ou seja, das doenças acarretadas pelo consumo de cigarro. Nos enunciados de 2001 e 2003 essa parte verbal se localiza na parte de cima ou então com as sequências distribuídas entre a parte superior e inferior. Já nos enunciados de 2008, a mensagem de alerta está situada na parte inferior, enquanto que na parte superior há um sintagma especificando o efeito que a imagem pretende causar ou a temática tratada.

A parte verbal também é constituída da sequência óPare de fumar, disque saúdeô, seguida de um número de telefone. Para Baracuh y e Guedes (2014, p. 10, grifos das autoras), esse tipo de enunciado com verbos no imperativo revelam não só o poder normativo, mas a reatualização que o cigarro teve no meio social, pois óo ato de fumar até antes do final do século XX era visto como sinônimo de elegância, charme, poder e

prazer, além de ser uma espécie de *passaporte de inclusão* para o sujeito social, o que fez com que a prática fosse incentivada.

Já a parte não-verbal é constituída pelas imagens, que ocupam a parte central da embalagem, e resultam de um elaborado trabalho de construção para alcançar efeito de choque, horror, repulsa e nojo pelo produto. Há também um ícone de telefone, em cor vermelha, dentro de um círculo também vermelho, com fundo branco, cruzando a imagem de um cigarro. Tal ícone faz referências às ações proibidas, presentes em algumas placas de trânsito, conforme Baracuh e Guedes (2014).

As imagens produzidas em 2001 e 2003 buscaram um maior realismo e, por isso, não foram modificadas digitalmente. Já as imagens inseridas em 2008, possuem um *layout* modificado digitalmente em conformidade com o efeito esperado, pois na sua produção participaram profissionais de diversas áreas e foram realizados pré-testes com estudantes universitários para aferir os efeitos que causavam.

Como a proposta era construir o que chamaríamos de contrapropaganda, há um conjunto de características dessas imagens que ajudam a criar os efeitos de sentido esperados: as cores, os enquadramentos, a textura, a forma e a composição do suporte. A nitidez das imagens varia, havendo algumas bem mais visíveis outras menos. Mesmo assim, no geral há um jogo de cores e de iluminação, entre outros elementos, que se inserem em uma cultura visual, remetendo a memórias sociais para causar os efeitos esperados e que nos ajudarão a analisar os enunciados de cada série.

Dito isso, reafirmamos que concebemos o ato de fumar como uma prática discursiva (FOUCAULT, 2008a), que aparece em época e lugar específicos e se desloca na história. Nela, o sujeito fumante é especificado por saberes, que lhe definem as condições de exercício da função enunciativa. Também se formam e se deformam objetos que tratam de tal prática, operando deslocamentos discursivos e provocando mudança na sociedade e na própria posição que os sujeitos ocupam.

Com a emergência do discurso antitabagista, ocorreu um deslocamento na posição ocupada pelo sujeito fumante na sociedade. Na atualidade, ele é discursivizado como um corpo doente e também como uma ameaça para a população, porque provoca adoecimento de outros sujeitos. É essa função-sujeito que pretendemos analisar nos enunciados que constituem nosso *corpus*. Nas embalagens de cigarro, agencia-se um conjunto de escolhas temáticas (FOUCAULT, 2008a), que mostra qual é o lugar do fumante na sociedade e a forma que essa sociedade se relaciona com ele.

Para tratar dessa questão, o primeiro enunciado que elegemos para análise tem como escolha temática o horror, como se vê na Figura 11 a seguir. Em nossa análise, faremos um batimento entre descrição e interpretação (PÊCHEUX, 2006).

Figura 11: Horror



Fonte: INCA, 2008

No enunciado da Figura 11, o envelhecimento é tratado como um horror nas grades de especificação do discurso antitabagista. A embalagem de cigarro é a superfície de emergência de um discurso que sugere ao sujeito formas para cuidar do corpo e evitar a degradação física. O sujeito presente nesse enunciado é autorizado por um discurso clínico a produzir este tipo de verdade, colocando a voz do Ministério da Saúde como a instituição de onde provém tal discurso, ou, em termos foucaultianos, a instância de delimitação (FOUCAULT, 2008a).

Nesse enunciado, o discurso da saúde é permeado por uma preocupação estética. Culturalmente, o cuidado com a aparência sempre foi mais relacionado ao universo feminino que ao masculino. As discontinuidades da história (FOUCAULT, 2008a) provocaram a emergência do sujeito metrosssexual, ou seja, homens vaidosos, preocupados com a aparência. No entanto, as transformações históricas não atingem todos os sujeitos da mesma forma. Mesmo que a existência dos metrosssexuais tenha desestabilizado a ideia de que a preocupação estética é própria às mulheres, ainda existem homens que pensam que há certas vaidades reservadas às mulheres.

Desse modo, a estratégia empregada na produção desse enunciado foi mostrar os horrores da degradação de um corpo feminino, e não de um masculino, pois há na sociedade uma cobrança para que a mulher tenha uma aparência bela. No caso em

análise, a beleza está relacionada à juventude. Há uma referência ao espelho, metaforizado na própria embalagem de cigarro. O envelhecimento é retratado como algo negativo, um horror visto por uma jovem através do espelho, elemento que simboliza a vaidade feminina, mas que está indicando os efeitos nocivos do consumo de cigarro na pele. Contrastando um corpo jovem com um corpo velho, esse último é caracterizado pelo horror do envelhecimento precoce.

Em nossa época, há muitos recursos estéticos para prolongar a aparência jovem da pele. O discurso clínico diz que o envelhecimento precoce deve ser evitado porque possibilita o desenvolvimento de câncer da pele. Esse discurso é reatualizado como estratégia de combate ao tabagismo, uma forma de incentivar o abandono de um produto que causa danos à saúde e à estética (BARACUHY e SOUSA, 2015).

Esse enunciado óse inscreve em uma cultura visualô (COURTINE, 2013, p. 43). A pele enrugada e ferida no rosto são indícios de um corpo cujo envelhecimento é uma doença, e não um processo biológico natural, remetendo-nos às imagens presentes em campanhas que alertam para o risco de desenvolver câncer de pele, indicando o uso de protetores solares. Essa degradação põe um corpo sadio em oposição com um corpo doente. O envelhecimento e o câncer são traços característicos desse último.

O envelhecimento é colocado em jogo nesse enunciado como abjeto, conforme essa noção é compreendida por Julia Kristeva, decorrendo da tentativa dessa autora de mapear uma nova região do inconsciente, em que o *self* não é nem sujeito nem objeto e sim abjeto. Martins (2012) discute o processo de subversão do feminino à luz da teoria da abjeção, de Kristeva, e diz que:

o abjeto não seria uma qualidade em si mesmo, mas sim, um relacionamento com uma fronteira, representando o que foi óatirado para fora daquela fronteira, seu outro lado, uma margemô (KRISTEVA, 1982, p. 69). O abjeto é o que ameaça a identidade. O abjeto é ambíguo: nem bom, nem mau; nem sujeito, nem objeto; nem ego, nem inconsciente. Desse modo, o abjeto é uma constante ameaça para a unidade ou a identidade, tanto da sociedade quanto do sujeito, pois questiona as fronteiras nas quais essas identidades são construídas (MARTINS, 2012, p. 60).

Assim, o abjeto é algo ambíguo, que atrai e repele ao mesmo tempo. Ele sempre existe mesmo que tentemos repeli-lo, pois nossa relação com ele é imaginária, e só se desfaz quando entramos no seu mundo tangível, tornando-se uma ameaça para nós. Ele

subverte fronteiras, leis e convenções. O enunciado da Figura 11 é uma explícita manifestação do abjeto, pois pretende causar repulsa a quem compra um produto cuja embalagem mostra os horrores que pode causar à saúde e à beleza. O retrato do envelhecimento no combate ao tabagismo ocorre em uma relação com algo que é abjeto. Mesmo que a embalagem que alerta para tal risco seja repelida, lançada para fora da fronteira, ao consumir o produto esse risco continuará existindo, ameaçando a identidade e a vaidade do sujeito fumante e de outros sujeitos da sociedade.

O relacionamento com o abjeto é apenas imaginária, como diz Martins (2012). Mesmo tendendo a atirar para longe algo que causa horror, ele continua existindo. O envelhecimento cronológico não pode ser evitado de uma vez por todas, ainda que represente uma ameaça para um corpo jovem. A única velhice que pode ser evitada é a precoce, para a qual o tabagismo é um forte potencializador.

O processo de envelhecimento é colocado em jogo em nossa sociedade de um modo dual. Há uma tradição em considerá-lo como sinônimo de ficar mais fraco, inabilitado, inativo, dependente dos outros, uma resignação para a qual devemos nos preparar, o que o torna algo não desejável. Por outro lado, as discontinuidades da história (FOUCAULT, 2008a) e os avanços médicos e estéticos fizeram emergir outra maneira de discursivizar o envelhecimento.

Percebendo a aversão que esse processo traz aos sujeitos, a mídia discursiviza o envelhecimento e sugere formas de controle dos efeitos negativos do processo de envelhecimento (MONTEIRO, 2014, p. 16). Tal controle pode ser feito pelo uso de determinados produtos estéticos, de medicamentos, pela prática de exercícios físicos, pela adesão a hábitos alimentares mais saudáveis, por uma vida mais próxima à natureza, etc. Com isso, emerge um tipo de sujeito que não envelhece resignadamente.

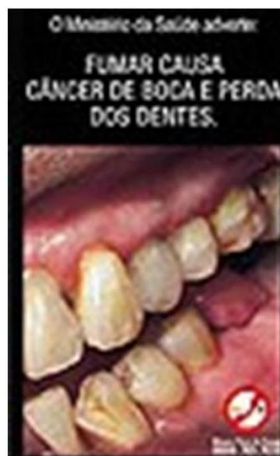
Como dissemos anteriormente, a história e os avanços sociais não atingem a todos os sujeitos da mesma forma, o que faz com que o envelhecimento não seja encarado sem temor, e sim como um processo decorrente da falta de cuidado de si (FOUCAULT, 2005b). Sugere-se ao sujeito fumante que cuide da sua saúde e aparência para evitar os horrores que o consumo do cigarro causa ao corpo.

Quanto à temática do horror, localizada na parte superior do enunciado, Milanez (2011, p. 30) o caracteriza como óum lugar de produção de discurso do qual fazem parte uma coleção de figuras distintas baseadas em tabus dos quais estamos proibidos de falar. Para esse autor, a possibilidade de emergência da imagem do horror em nossa época encontra respaldo ónas necessidades, anseios e temores do sujeito

contemporâneo. Ele acrescenta que os sujeitos lançam um olhar para o mundo a partir de técnicas e regras ligadas ao corpo no plano biológico, cuja degradação conduz ao pavor. A produção desse enunciado pelo poder governamental com o intuito de combater o tabagismo recorre ao discurso estético. O sujeito fumante é caracterizado como um ser biológico, um corpo degradável, que pode sofrer os horrores do envelhecimento. Esse discurso só tem respaldo porque leva em conta que, na sociedade contemporânea, impera um desejo por longevidade e beleza.

Com o enunciado da Figura 12, continuaremos a discutir a relação do tabagismo com os riscos de desenvolvimento de cânceres pelo fumante. Esta imagem data de 2003 e pode-se observar que sua estruturação difere daquelas produzidas em 2008. As mensagens de advertência se localizam na parte superior e não há um sintagma isolado servindo de especificação do campo a que se referem. É a sequência *Ó Ministério da Saúde adverte: fumar causa câncer de boca e perda dos dentes*, bem como a imagem, que dão as grades de especificação (FOUCAULT, 2008a) do enunciado.

Figura 12: Fumar causa câncer de boca e perda dos dentes



Fonte: INCA, 2003

Mesmo sendo de épocas distintas, há uma regularidade entre esse enunciado e o anterior, pois mais uma vez o discurso médico se cruza com o estético, visto que o cuidado com a saúde bucal é perpassado por estes dois domínios discursivos.

Os discursos que diariamente circulam em propagandas de creme dental e outros produtos de higiene bucal criam para o sujeito a necessidade de ter um sorriso branco, dentes bem alinhados e uma boca saudável. Assim, dentre a diversidade de cânceres que o sujeito fumante é susceptível de contrair, o enunciado da Figura 12 adverte para a

possibilidade de desenvolver câncer de boca e perder os dentes em decorrência do tabagismo. Esse enunciado investe no choque pelo efeito de realidade que possui ao mostrar uma boca com alguns dentes estragados, amarelados e alguns perdidos.

Nesse enunciado, o sujeito é governado pelo outro, ao mesmo tempo em que é instado a governar a si mesmo (FOUCAULT, 2005b), pois suas práticas higienistas também ajudam a prevenir esses cânceres, para os quais o cigarro é apenas um agravamento. As práticas de higiene possibilitam pensar ópráticas de si que falam de sujeitos controlados, sujeitos que governam a si e sujeitos que cuidam de si e dos outros (MILANEZ, 2009, p. 216). O corpo no interior de práticas higiênicas aparece como o suporte primeiro na recepção e produção dos ecos de nossa cultura (op. cit.), pois essas práticas são historicamente produzidas por meio de conhecimentos seculares.

Segundo o discurso clínico, os cuidados com a saúde bucal devem ser diários, incluindo consulta periódica e regular a um dentista, escovação dos dentes várias vezes ao dia, etc. Nas grades de especificação (FOUCAULT, 2008a) do discurso de combate ao tabagismo, o abandono do consumo do cigarro emerge como uma forma de cuidado de si (FOUCAULT, 2005b) inscrita no interior das práticas higiênicas diárias.

Milanez (2009, p. 219) considera que, ao aceitarmos as práticas de higiene do corpo, estabelecidas por disciplinas de conveniência social e propostas por instituições como a mídia e a clínica, estamos nos vinculando a uma disciplina normalizadora, e também nos posicionando como sujeitos que se ocupam consigo mesmos, dentro da relação interindividual com as trocas diárias. Assim, a higiene bucal constitui uma arte da existência (FOUCAULT, 2005b) de nós mesmos, o que implica em ter cuidados conosco, aplicar-nos a nós próprios. Essa prática se inscreve na busca do governo de nós mesmos, de um corpo belo, a partir de uma vigilância que cada sujeito deve ter com seu corpo. Essa prática se desenvolveu no imbricamento dos discursos sobre a saúde e a estética, ao mesmo tempo em que produz um saber sobre o corpo.

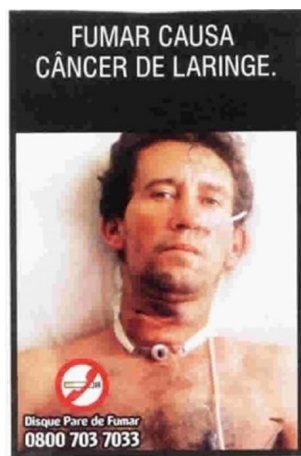
As atividades que desempenhamos diariamente são governadas por discursos oriundos de diversos lugares institucionais. O enunciado da Figura 12 alerta para a possibilidade de desenvolver câncer bucal e perda dos dentes, com base em dados do Ministério da Saúde, fazendo com que se entrecruzem os discursos da clínica com o discurso da estética, que constantemente a mídia põe em circulação em propagandas de produtos para a higiene bucal.

Para Courtine (2013, p. 43), toda imagem tem um eco. Esse enunciado faz ecoar imagens de pessoas viciadas em consumo de drogas, como o crack, que causam

danos no corpo, entre eles a deterioração dos dentes. O fumante é discursivizado como usuário de uma droga que degrada seu corpo e leva ao adoecimento. Os dentes deteriorados e os que foram perdidos são indícios de um corpo discursivamente construído como canceroso.

Continuaremos discutindo o combate a doenças cancerígenas decorrentes do tabagismo a partir do enunciado mostrado na Figura 13, cuja produção data de 2003.

Figura 13: Fumar causa câncer de laringe



Fonte: INCA, 2003

A advertência é para a possibilidade de o sujeito fumante desenvolver câncer de laringe, como pode ser visto na sequência 6. O Ministério da Saúde adverte: fumar causa câncer de laringe⁵. Esse enunciado possui os mesmos padrões do anterior, pois foram produzidos no mesmo ano. A imagem busca causar medo e choque ao mostrar um homem no ambiente hospitalar, com o corpo envolto por tubos e aparelhos cirúrgicos. A expressão facial de tristeza, o olhar fixo para as lentes da câmera, os cabelos despenteados e a barba mal feita, são alguns dos elementos que constroem a figura do fumante como um doente na iminência da morte.

O enunciado cria a ideia de que o fumante está perecendo de um mal pelo qual é o responsável, cabendo a ele abandonar o cigarro. Há um tom confessional (FOUCAULT, 1999)⁵ nesse enunciado, mesmo sabendo que se trata de um modelo que posou para as lentes de uma câmera e que, provavelmente, não fuma. Cruzam-se os domínios da subjetividade e da intersubjetividade, pois o sofrimento de um sujeito exemplifica um risco ao qual qualquer fumante está exposto.

⁵ Trataremos da técnica de confissão no capítulo IV, quando formos discutir o dispositivo de sexualidade.

Cria-se, assim, um efeito de lição de moral, por meio do exemplo de um sujeito que usa seu adoecimento para mostrar o que o consumo do cigarro pode provocar no corpo de quem fuma. O enunciado traz um exemplo que deve ser guardado, mas não seguido, pois retrata o lado negativo do tabagismo.

Comparado às propagandas de cigarro apresentadas no início deste capítulo, esse enunciado traz um deslocamento no discurso que mostra médicos credibilizando o uso desse produto. Como dissemos, tais propagandas estão em um domínio de memória (FOUCAULT, 2008a) do discurso sobre o tabagismo, constituindo formulações que já não têm mais valor de verdade e são contestadas. Assim, em lugar do *glamour* presente no discurso de incentivo ao tabagismo, o cigarro torna-se um fator de risco para a saúde.

No conjunto de enunciados antitabagistas há uma especificação minuciosa dos riscos do fumo, que não se atém só à superfície visível do corpo. A sequência que demos à nossa análise dá a impressão de que o corpo do fumante vai se deteriorando em um percurso que se inicia na pele, passa pela boca e chega aos órgãos respiratórios e circulatórios. Se observarmos os enunciados isoladamente, teremos a ideia de que os órgãos internos sofrem os malefícios do cigarro isoladamente. No entanto, inserindo-os em uma rede de formulações, veremos que o corpo é afetado por completo.

Cada órgão é um elemento de um sistema, assim como cada enunciado é um nó em uma rede (FOUCAULT, 2007), devendo ser inserido em um domínio associado (FOUCAULT, 2008a). Adiante, analisaremos um enunciado cuja regularidade em relação aos outros analisados até aqui é a especificação de doenças cancerígenas.

Figura 14: Morte



Fonte: INCA, 2008

O enunciado da Figura 14 mobiliza o discurso da morte em todo o seu conjunto sincrético de linguagem. Na parte verbal, constituída pelo sintagma localizado na parte superior e pela mensagem de alerta situada na parte inferior, é especificado o domínio a que se direciona a advertência: os riscos de desenvolver câncer de pulmão e enfisema, e como consequência final, a morte.

Já na parte não-verbal, constrói-se uma metáfora da morte pelo apagamento do rosto do sujeito, deixando à mostra somente o peitoral costurado até a clavícula e aberto na parte do abdômen, remetendo-nos por intericonicidade (COURTINE, *apud* MILANEZ, 2006, p. 168) às imagens dos cadáveres abertos para a realização de exames médico-legais ou estudos anatômicos.

Chama-nos a atenção o fato de que nesse enunciado aparece um corpo masculino sendo relacionado ao risco de câncer de pulmão, enfisema e morte em decorrência do tabagismo. Não é apenas a saúde que está em jogo, mas a estética corporal. Como dissermos ao analisar o enunciado 11, a emergência do sujeito metrosssexual desestabilizou o discurso de que vaidade é algo próprio às mulheres. Em nossa época, o abdômen malhado é um símbolo de beleza para o homem. Assim, a imagem do peitoral aberto é uma estratégia para combater o tabagismo atingindo a vaidade do homem moderno, que se preocupa com a aparência e não gostaria de conviver com uma cicatriz em toda a extensão abdominal.

Além disso, o apagamento do rosto do sujeito nessa imagem o despoja de algo que é o seu principal identificador, tornando-o anônimo. Para Milanez (2009), o apagamento da identidade do rosto desidentifica o sujeito de suas paixões, desloca-o de seus lugares político-sociais, e torna-o um anônimo na multidão, dando privacidade a ele num mundo em que a visibilidade é a palavra de ordem. O autor acrescenta que o corpo tem seus limites históricos e sua aparência pode revelar mecanismos que pertencem a um terreno biossocial. Nesse enunciado, o biopoder (FOUCAULT, 2005a), evoca sinais científicos que atestam o adoecimento do corpo do sujeito fumante.

Na AD o sujeito é um lugar vazio, uma função (FOUCAULT, 2008a) que pode ser ocupada por qualquer indivíduo. No enunciado em análise, o sujeito fumante é discursivizado como um morto, que sofreu os agravos das doenças pulmonares e não resistiu. Em lugar de simbolizar vitalidade, como nas antigas propagandas de cigarro, ele é símbolo de morte. Como já dissemos, um dos maiores anseios da nossa época é a longevidade, principalmente porque existem muitos recursos que ajudam a melhorar a vida, difundindo a ideia de que podem prolongá-la. A morte é um reverso desse desejo,

um temor para a sociedade. O consumo do cigarro é discursivizado como um fator que aumenta os riscos da morte, sendo posto do lado contrário aos anseios contemporâneos.

O discurso da morte é evocado também no enunciado da Figura 15, cuja grade de especificação é a toxicidade das substâncias que o cigarro possui.

Figura 15: Produto tóxico



Fonte: INCA, 2008

As regularidades discursivas nos põem diante de uma mesma temática em diferentes enunciados, com alguns deslocamentos. Esse enunciado trata tanto do adoecimento quanto da morte, mas não especifica um órgão ou sistema do corpo humano sobre o qual recai a suscetibilidade de adoecimento, nem uma doença específica. O foco, portanto, é sobre o produto em si e seus efeitos nocivos, como se pode ver na sequência localizada na parte inferior do enunciado.

O discurso da morte é evocado por uma metáfora artisticamente construída. Nesse enunciado aparece um rapaz desmaiado, cercado de vidros de produtos tóxicos presentes no cigarro e com vômito expelido por ele misturado a esses produtos. Pela mensagem de advertência, pode-se dizer que ele morreu pelo consumo excessivo de cigarro (*overdose*). Além disso, a ideia de morte é materializada no símbolo que a representa iconicamente no vidro de produtos tóxicos e venenosos, como o de naftalina, uma das substâncias presentes no cigarro, muito utilizada contra insetos. Tal ícone é um índice dos efeitos que as substâncias do tabaco causam no organismo humano.

Diferente do enunciado da Figura 14, que despossui o sujeito do rosto, no enunciado 15 ele aparece apenas de perfil. Uma das mãos do sujeito também aparece suja pelos produtos que se misturam no chão. Não podemos deixar de dizer que esta

imagem, que data de 2008, foi produzida em estúdio por um grupo multiprofissional e modificada digitalmente. Com isso, os efeitos do cigarro no organismo são apresentados por meio de cenas idealistas, se comparadas aos enunciados produzidos em 2001 e 2003.

Quanto ao discurso da morte, presente nos enunciados das Figuras 14 e 15, Milanez (2009, p. 21) afirma que em nossa época a morte é um tabu maior que o sexo, e, nesse sentido, se torna

a própria realização da finitude que nós, sujeitos contemporâneos, denegamos tão fortemente, utilizando técnicas de autocontrole veiculadas pela clínica, desde um creme para rugas até a cirurgia plástica estética ou mesmo a pseudociência midiática nas reportagens de revistas que reproduzem dietas e ginásticas, ensinando-nos como ocupar-nos com nossos corpos. Enfim, um mecanismo pedagógico sutil para possibilitar o prolongamento de nossas vidas.

Assim, o desejo de viver até os últimos momentos, leva o sujeito a uma prática ideal de si. A morte deve ser evitada por meio de práticas de satisfação consigo próprio, como se estivéssemos vivendo sempre o nosso último dia, pois hoje é proibido morrer. A estratégia empregada nesses enunciados que tratam da morte é mostrar ao sujeito que, numa época em que o biopoder (FOUCAULT, 2005a) assume a responsabilidade pela gestão da vida da sociedade, não se submeter a ele acarreta a subtração da vida, cuja responsabilidade é única e exclusiva daquele que resiste.

Como vemos, é por meio do discurso que se criam verdades sobre o sujeito fumante na atualidade, destituindo-o do lugar enunciativo do *glamour*, da vitalidade, da beleza e da saúde, inserindo-o em outra modalidade discursiva. Para tanto, agencia-se o discurso da clínica médica, especificando minuciosamente os riscos do consumo de cigarro e as doenças que podem afetar o corpo desse sujeito. No próximo tópico, analisaremos os demais enunciados dessa série enunciativa.

2.4 ã O tabagismo como fator de risco para doenças cardiovasculares e morte

Reunimos neste tópico os enunciados que têm como regularidade discursiva (FOUCAULT, 2008a) a temática de doenças cardíacas e vasculares, para as quais o tabagismo é um fator de risco. É essa grade de especificação dos efeitos nocivos do

tabagismo no corpo do sujeito fumante, tanto na sequência linguística quanto na parte não verbal, que nos permite agrupá-lo nesta série. Além disso, mesmo que não apareça explícito na superfície discursiva, o combate ao tabagismo está imbricado ao discurso da morte. Assim, no enunciado da Figura 16, cuja escolha temática é óperigoô, tem-se a imagem de uma cabeça com uma perfuração, da qual escorre sangue, espalhando-se pelo couro cabeludo, orelha e pescoço.

Figura 16: Perigo



Fonte: INCA, 2008

Mais uma vez, o sujeito é desidentificado do seu rosto, aparecendo apenas de perfil, pois sua cabeça dilacerada é o ponto para o qual o olhar deve ser direcionado, constituindo, assim, uma a marca identitária do fumante. Nesse enunciado, não importa quem seja o indivíduo que fuma. Interessa o sujeito, compreendido como uma função enunciativa (FOUCAULT, 2008a), um efeito de discurso. Essa função pode ser exercida por qualquer indivíduo, desde que obedeça a um determinado número de regras. Nesse caso, a regra principal é que ele seja sujeito da prática de fumar. Prática aqui é compreendida como o conjunto de regras anônimas que definem as condições de exercício da função enunciativa.

Esse enunciado foi produzido com recursos digitais, que modificam a imagem da cabeça e fazem com que ela pareça estar dilacerada. Portanto, não há um retrato real da doença vascular cerebral, e sim uma metáfora visual, ou uma didatização do risco de derrame cerebral, já que, como sabemos, não é dessa forma que essa doença se manifesta nas pessoas, com sangue jorrando pela superfície externa do corpo, enquanto o sujeito ainda fica de pé. O sangue que escorre pelo corpo é um elemento dual, que

simboliza a permanência da vida, mas também o seu derramamento serve para representar o acometimento pela morte.

Além disso, destacamos da sequência verbal localizada na parte inferior a mensagem de advertência que diz que o risco de derrame cerebral aumenta com o uso do cigarro, o que significa que o cigarro é um agravante para essa doença, e não seu causador exclusivo. A parte verbal também deixa entrever o caráter didático desse enunciado ao empregar a lexia óderrameô no lugar de óacidente vascular cerebralô, pois a forma mais coloquial torna a linguagem do alerta mais acessível.

Por outro lado, ao alertar para esse risco, alerta-se também para a possibilidade de morte súbita, da mesma forma como foi mencionado em relação aos enunciados das Figuras 14 e 15. Em nossa sociedade, em que o biopoder estatizou o biológico, conforme Foucault (1999), a morte é parte de um ritual que deve ser escondido, e por isso devem-se tomar os devidos cuidados com o corpo como forma de resistir e negar a morte, buscar prazeres como forma de aproveitar a finitude da vida. Para viver bem e afastar a possibilidade de morrer subitamente, é sugerido ao sujeito abandonar o cigarro, que potencializa esse risco.

Esses discursos controlam a existência dos sujeitos, de modo a evitar as degradações biológicas do corpo. O sujeito também deve governar a si, por meio do controle de suas práticas, seus hábitos, porque eles envolvem não só sua vida, mas a vida de toda a população. A morte de um sujeito constitui dados estatísticas que revelam uma determinada verdade sobre a população. Se há muitos indivíduos morrendo, é sinal que o governo não está cuidando de seus governados e nem conseguindo fazê-los cuidar de si mesmos. Por isso esse tipo de acidente deve ser controlado.

O enunciado da Figura 17 cria um efeito de realidade como forma de causar choque. Há uma dimensão biográfica nessa imagem, agenciada pela utilização da técnica da confissão (FOUCAULT, 1999) de um sujeito que teve a perna amputada em decorrência de doença vascular, causada pelo consumo de cigarro, conforme especificado na parte verbal do enunciado. Do mesmo modo que na Figura 13, aqui se utiliza um exemplo individual como forma de incentivar outros sujeitos a abandonarem o cigarro.

Figura 17: Ele é uma vítima do tabaco. Fumar causa doença vascular que pode levar à amputação



Fonte: INCA, 2003

O sujeito dessa foto é um apresentador chamado José Carlos Carneiro, que cedeu sua imagem para a propaganda como forma de alertar a sociedade para os malefícios do tabagismo. Na época (2003), esse acontecimento foi amplamente divulgado na mídia. Segundo documentos do INCA (2004), após alguns anos, o apresentador se arrependeu da atitude e entrou com ação judicial para retirada de sua imagem de todas as embalagens de cigarros que iriam para o mercado.

Essa imagem não possui alteração digital, mas foi produzida de modo a causar choque, pelo enquadramento dado a ela, visando criar um efeito de verdade, pela imagem do apresentador sério, impávido, sentado na cadeira de rodas, e também pela camisa de cor preta usada por ele, que, ao mesmo tempo em que ajuda a não direcionar o olhar para ela, já que não possui estampa nem outra coisa que prenderia o olhar, remete ao luto, pelo menos em nossa cultura, o que retoma o discurso da morte presente em outras imagens.

As pernas do jornalista nos remetem por intericonicidade (COURTINE, *apud* MILANEZ, 2006, P. 168) às pernas presentes na ilustração que introduz este trabalho (ver página 9), na qual são detalhadas as partes do corpo do sujeito fumante atingidas pelos efeitos nocivos do tabagismo. Nela vemos duas pernas amputadas em proporções irregulares, dando um efeito de deformidade ao corpo desse sujeito e agenciando para ele um corpo monstruoso e anormal, no sentido foucaultiano.

O corpo anormal é aquele que foge à norma e a põe em ameaça. Para Foucault (2001, p. 204), de um lado, a norma pode ser óntendida como regra de conduta, como

lei informal, como princípio de conformidade; à norma se opõe a irregularidade, a desordem, o bizarro, a excentricidade, os afastamentos, a desnivelação. Por outro lado, é compreendida como óregularidade funcional, como princípio de funcionamento adaptado e ajustado; eis a ãnormaõ em que se oporá o patológico, o mórbido, o desalinhado, o sem função.

O fumante emerge como um corpo que quebra os paradigmas da normalização e nos coloca diante de órgãos que estão putrefatos. No saber biológico, o corpo do homem é um sistema feito de órgãos interligados, cuja função é, após o nascimento, crescer, reproduzir-se e morrer, mas a morte para o fumante resulta da não observância às regras de conduta construídas socialmente, uma punição, um efeito da disciplina. Esse sujeito está em confronto com os poderes que regulam suas práticas e sua morte tem ação moralizante, incidindo em seu corpo, que não serve mais à sociedade.

Destacamos também da sequência verbal óele é uma vítima do tabaco. Fumar causa doença vascular que pode levar à amputação, que a ideia de vítima sempre deixa implícito um vilão. Nesse caso, em específico, o vilão é o cigarro e não o sujeito fumante, como no caso dos enunciados que alertam para risco do tabagismo passivo que põem o fumante como um perigo biológico para crianças e bebês, conforme veremos no capítulo três desta dissertação.

Ainda tratando da grade de especificação (FOUCAULT, 2008a) de doenças vasculares, na Figura 18 é mostrado um pé com uma gangrena, uma consequência visível no corpo da obstrução das artérias pelo consumo excessivo de cigarro, o que dificulta a circulação sanguínea.

Figura 18: Gangrena



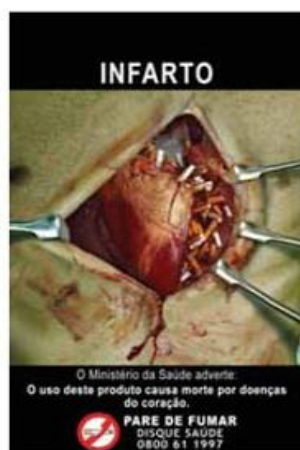
Fonte: INCA, 2008

Nesse enunciado, as feridas avermelhadas no pé e nos dedos, a ausência de um deles e o escurecimento de três, como se houvesse um acúmulo de cinzas, são os traços que compõem a deformidade do corpo do sujeito fumante. Neste caso, há um apagamento total de todo o corpo, ficando somente o pé necrosado visível, como sua marca identitária. O fumante é reduzido a um corpo doente, e seu pé o representa metonimicamente. Essa é a área para a qual o olhar deve ser direcionado, não importando quem é o indivíduo por trás dele. Importa somente a posição de fumante ocupada pelo sujeito que emerge no enunciado (FOUCAULT, 2008a).

Chamamos a atenção para a sequência óo uso deste produto obstrui as artérias e dificulta a circulação do sangue. Nela, não há uma relativização sobre até que ponto esses males podem ser desencadeados, que quantidade é necessário consumir para que as artérias sejam obstruídas. Com a ausência dessa relação proporcional, cria-se um efeito de sentido de que uma vez que se consuma o produto, já ocorrem os males descritos no enunciado.

Como já dissemos, os danos do tabagismo afetam as partes externas e internas ao corpo. Por isso optamos por sequenciar a análise do *corpus* em um percurso que começa na superfície visível, e vai aos órgãos internos. Assim, no enunciado da Figura 19 adentramos mais uma vez ao corpo do sujeito fumante.

Figura 19: Infarto



Fonte: INCA, 2008

Nesse enunciado, há um peitoral aberto e ladeado por aparelhos cirúrgicos, como se um procedimento médico estivesse sendo feito para tratar o coração. Mais uma vez a

presença do ambiente hospitalar é evocada, e com ele o discurso clínico, credibilizando os saberes que esse enunciado veicula. Na mensagem de advertência é acionado também o discurso da morte, o que constitui uma regularidade (FOUCAULT, 2008a) em relação aos demais enunciados dessa série enunciativa.

Esse enunciado também faz parte do grupo de imagens produzidas em 2008 e possui caráter simbólico e irreal. O coração é metaforicamente tratado como um cinzeiro, sobre o qual está depositada uma grande quantidade de restos de cigarro. Há uma idealização do corpo do sujeito fumante, como forma de didatizar a maneira como as substâncias tóxicas do cigarro circulam pelos órgãos internos, provocando danos e até mesmo a morte.

Para Baracuhy e Pereira (2013, p. 328) os riscos oferecidos á saúde e ao corpo saudável estão entre as preocupações do biopoder. É ele que se encarrega de assegurar a gestão da vida da população. Essa forma de poder apresenta uma positividade, que reside no fato de que o governo dos sujeitos é feito ópara que tenham uma vida melhor, com saúdeô (op. cit. P. 329) e para que eles produzam mais para a sociedade.

Na opinião das autoras, óo sujeito tem que ser saudável para que seja produtivo socialmenteô (BARACUHY e PEREIRA, 2013, p. 319). É para o corpo que se dirigem os cuidados que asseguram a saúde. Assim, ópodemos afirmar que hoje o eu é o corpo. A subjetividade foi reduzida ao corpo, sua imagem, saúde, juventude e longevidadeô.

Em todos os enunciados dessa série, busca-se o efeito do medo. As propagandas antitabagistas recorrem a imagens de horror, entendido aqui como óum estado emocional que possui um aspecto físico [...] e um aspecto cognitivo que diz respeito às crenças e aos pensamentos a respeito de determinadas situações de horror às quais o indivíduo está sujeitoô (SANTOS, 2014, p. 120).

O horror é motivado principalmente pelo monstruoso, que ameaça, provoca medo e repulsa. Diante de tantos medos, Santos (2014, p. 122) considera que provavelmente ónão haja território mais imprevisível e movediço do que o medo da morteô, já que a certeza da finitude da vida alia-se à incerteza de quando chegará esse fim, causando desequilíbrio e desespero diante da possibilidade de se estar contribuindo para que o perecimento seja iminente.

As diversas cenas que expõem os riscos a que o corpo do fumante está sujeito causam medo da morte em si e também dos momentos de agonia que a antecedem. Não podemos deixar de concordar com Santos (2014), quanto ao fato de que o medo do que

há depois da morte também abala, pois implica na consciência do homem de que é um ser finito e incapaz de driblar a morte.

Para Courtine (2008, p. 18), as preocupações mais intensas e persistentes da vida são os medos. Temos, na contemporaneidade, uma infinidade de medos, alguns desencadeados por acontecimentos, sustentados por crises, mas existe também óuma produção, uma gestão, uma encenação e uma difusão do pavorô, por meio de palavras, narrativas e imagens que circulam em aparelhos de informação disseminando medo. Uma forma de governo pelo medo. Para criar o efeito de horror e de medo, as imagens são cuidadosamente trabalhadas, recorrendo ao imaginário coletivo e às narrativas populares, como os seres sem cabeça, que se tornam também sem nome, sem rosto e sem identidade.

A circulação dessas imagens elabora formas de dominação política e psicológica sobre os sujeitos que somos. Para Bauman (2005), a vida líquida é vivida em meio a incertezas e medo crescentes: ómedo do desemprego, medo da epidemia, medo da insegurança, medo do terrorismo, medo das catástrofes ecológicas ou naturais [...]ô (COURTINE, 2008, p. 17), uma infinidade de medos que nos perseguem por todos os lados.

Assim, sendo o medo um traço psicológico dominante do indivíduo e da coletividade na idade democrática, Courtine (2008) afirma que há entre nós uma genealogia de medos, medos hereditários. As instituições que produzem o discurso de combate ao tabagismo nos advertem e nos governam pelo medo.

No próximo capítulo, analisaremos a segunda série de enunciados, intitulada Os riscos do tabagismo passivo à saúde.

CAPÍTULO III

OS RISCOS DO TABAGISMO PASSIVO À SAÚDE

É proibido fumar!
Diz o aviso que eu li [...].
(Roberto Carlos/ Erasmo Carlos; É proibido Fumar).

3.1 ã Dados sobre doenças e mortes ligadas ao tabagismo passivo

Antes de iniciarmos a análise da nossa segunda série enunciativa (FOUCAULT, 2008a), discutiremos alguns dados de doenças decorrentes do tabagismo passivo, os quais são parte de um complexo sistema regulamentar, que estamos chamando metodologicamente de dispositivo da saúde, a partir da noção de dispositivo de Foucault (1999; 2013c), para tratar de óum saber de governoô que é óindissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à populaçãoô (FOUCAULT, 2013a, p. 426). Discutiremos essa questão mais detidamente no capítulo quatro desta dissertação.

Esse dispositivo engloba leis e instituições que regulamentam o consumo do cigarro. Nesse sentido, no dia 4 de dezembro de 2014, entrou em vigor no Brasil a Lei Antifumo (Lei 12.546/2011), que proíbe fumar em locais fechados e de uso coletivo em todo o País. Essa lei é resultado dos trabalhos do Instituto Nacional do Câncer (INCA) para evitar os males causados pelo fumo passivo. No dia seguinte, o ministro da saúde, Arthur Chioro, anunciou uma série de medidas, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, para proteger os trabalhadores expostos ao fumo.

A regulamentação dessa lei demorou dois anos para ocorrer e foi feita com decreto da Presidente da República, Dilma Rousseff. Com isso, o Brasil deu um passo no ócumprimento do artigo 8º da Convenção-Quadro, que determina que os países adotem medidas para proteger a população dos riscos do tabagismo passivo em

ambientes públicos, locais de trabalho e meios de transporte"⁶, nas palavras da sanitarista Tania Cavalcante, secretária-executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro no Brasil (CONICQ).

O INCA ocupa a secretaria-executiva da CONICQ, além de ser o órgão do Ministério da Saúde coordenador da Política Nacional de Controle do Tabaco. A preocupação desse órgão agora é difundir informações a respeito da proibição do fumo em espaços parcialmente abertos. Nesse sentido, já foram criadas peças publicitárias impressas e em vídeo para conscientizar a população sobre os riscos do fumo passivo e das penalidades sofridas pelo dono do estabelecimento que desrespeitar a lei. O Instituto também mantém um site, chamado Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco, para difundir informações sobre a implementação da Convenção-Quadro.

Um dos possíveis males do tabagismo passivo é o câncer de pulmão. Segundo dados do INCA, cerca de 90% dos casos de câncer de pulmão estão relacionados ao tabagismo. Estatísticas dessa Instituição estimam que em 2012 foram diagnosticados mais de 27 mil casos da doença. A estimativa de 2014 é que tenham ocorrido 27.330 novos casos. De 2013 a 2015, foram gastos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) R\$ 41 milhões com tratamento de dependentes de tabaco.

A média mundial de diagnósticos de câncer por ano é de 12 milhões de pessoas, e desses, 8 milhões morrem. As projeções da OMS dão conta de que metade dos atuais usuários de tabaco morrerá devido ao tabagismo e que, a partir de 2020, as mortes anuais por essa causa chegarão a 7,5 milhões, respondendo por 10% de todas as mortes, com mais de 80% em países de baixa e média renda. Estima-se também que haverá 26 milhões de casos novos e 17 milhões de mortes por ano no mundo em 2030, com 2/3 das vítimas nos países em desenvolvimento, se não forem tomadas medidas efetivas. Segundo dados do INCA, no Brasil ocorrerão 580 mil casos novos da doença em 2015⁷.

Novamente citando dados do INCA, a média de mortes anuais no Brasil devido ao tabagismo é de cerca de 200 mil pessoas. Em 2003, foram atribuídas ao tabagismo cerca de 178 mil mortes de brasileiros de 35 anos ou mais. As quatro principais causas de mortes relacionadas ao tabagismo foram: doença pulmonar obstrutiva crônica (4.419 mortes), doença isquêmica do coração (4.417 mortes), câncer de pulmão (3.682 mortes) e doenças cerebrovasculares (3.202 mortes).

⁶Fonte:

http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2014/o_inca_e_a_lei_antifumo_trajetoria_vitoriosa_e_vigilancia_constante. Acesso em: 23 de março de 2015.

⁷ Fonte: <http://www.inca.gov.br/wcm/dmdc/2015/numeros.asp>. Acesso em 23 de março de 2015.

Cerca de 90% dos casos de câncer de pulmão ocorrem entre fumantes e ex-fumantes, sendo este tipo de doença a que mais mata homens no Brasil e a segunda maior responsável pela morte de mulheres, depois do câncer de mama. Entre 1980 e 1990, a mortalidade por esse tipo de câncer aumentou. Em 1994, a taxa de mortes foi de 17,54 por 100 mil homens. Em 2004, a mortalidade proporcional decorrente de câncer de pulmão por grupo etário chegou a mais de 25% no grupo entre 40 e 59 anos de idade, o que aponta para o custo social do tabagismo. Em 2007, essa taxa se reduziu para 15,94, mas o câncer de pulmão continuou sendo a primeira causa de mortes por cânceres entre homens. Já entre mulheres, a taxa de mortalidade por câncer de pulmão subiu de 5,83 mortes (para cada 100 mil mulheres), em 1995, para 7,16, em 2007⁸.

As estimativas de 2008 apontam para a ocorrência de mais de seis mil óbitos por doenças cardiovasculares e câncer entre não fumantes devido ao tabagismo passivo. A média diária é de 16 não fumantes morrendo por doenças provocadas pela exposição passiva à fumaça do tabaco. No século XX, foram mortas 100 milhões de pessoas devido ao tabagismo, segundo a OMS. Por ano, cerca de seis milhões de pessoas morrem por tabagismo ativo ou pela exposição ao tabagismo passivo. A esse último, são atribuídas mais de 600 mil mortes. Entre as mulheres, o tabagismo responde por 6% de todas as mortes e entre os homens por 12%. Do total de mortes por tabagismo passivo, 47% ocorrem entre mulheres, 28% entre crianças e 26% entre homens⁹.

O INCA, no Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco, define o tabagismo passivo como a inalação da fumaça de derivados do tabaco (cigarro, charuto, cigarrilhas, cachimbo e outros produtores de fumaça) por indivíduos não-fumantes, que convivem com fumantes em ambientes fechados¹⁰. Ainda citando dados dessa fonte, a poluição tabagística ambiental (PTA, da sigla em inglês), resultante da fumaça dos derivados do tabaco em ambientes fechados, é a 3ª maior causa de morte evitável no mundo, como já destacamos no capítulo dois deste trabalho.

A PTA é composta pela fumaça exalada pelo fumante (corrente primária) e pela fumaça que sai da ponta do cigarro (corrente secundária), sendo esta última o principal

⁸Fonte:

http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/doencas. Acesso em 23 de março de 2015.

⁹Fonte:

http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/mortalidade⁺. Acesso em 23 de março de 2015.

¹⁰Fonte: <http://www1.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=passivo&link=tabagismo.htm>. Acesso em 23 de março de 2015

componente, pois em 96% do tempo total da queima dos derivados do tabaco ela é formada. Também podem ser encontrados nicotina, monóxido de carbono, amônia, benzeno, nitrosaminas e outros cancerígenos.

A absorção da fumaça do cigarro pelo fumante passivo em ambientes fechados se torna mais nocivo que o consumo pelo próprio fumante, pois o ar poluído contém, em média, três vezes mais nicotina, três vezes mais monóxido de carbono, e até cinquenta vezes mais substâncias cancerígenas do que a fumaça que entra pela boca do fumante depois de passar pelo filtro do cigarro, conforme os dados do INCA.

O não fumante exposto a essa fumaça possui um risco 30% maior de câncer de pulmão e 24% maior de infarto do coração do que os que não se expõem a ela. Em crianças essa fumaça aumenta a frequência de resfriados e infecções do ouvido médio, o risco de doenças respiratórias, como pneumonias, bronquite e asma exacerbada. Em bebês o risco de morte súbita sem causa aparente é elevada para cinco vezes mais.

Entre os efeitos imediatos do fumo passivo, são citados pelo INCA: irritação nos olhos, manifestações nasais, tosse, cefaleia, aumento de problemas alérgicos, principalmente das vias respiratórias e aumento dos problemas cardíacos, principalmente elevação da pressão arterial e dor no peito. A longo prazo, são citadas: a redução da capacidade funcional respiratória, aumento do risco de ter aterosclerose e aumento de infecções respiratórias em crianças.

Os efeitos do consumo de cigarro pela mãe depois que o bebê nasce são sofridos imediatamente por ele. A criança recebe nicotina através do leite materno, podendo ocorrer intoxicação (agitação, vômitos, diarreia e taquicardia), principalmente em mães que fumam a partir de 20 cigarros por dia. Em recém-nascidos, se a mãe fuma de 40 a 60 cigarros por dia, há acidentes mais graves como palidez, cianose, taquicardia e crises de parada respiratória, logo após a amamentação. Além disso, crianças com sete anos de idade nascidas de mães que fumaram 10 ou mais cigarros por dia durante a gestação, apresentam atraso no aprendizado quando comparadas a outras crianças, que pode ser de três meses para a habilidade geral, de quatro meses para a leitura e cinco meses para a matemática¹¹.

No Brasil, sete Estados e 23 municípios já adotaram ambientes 100% livres da fumaça do tabaco e aprovaram legislações próprias, dando apoio à Lei Federal 9.294/96 de implementação de ambientes públicos e privados 100% livres da poluição tabagística

¹¹ Fonte: <http://www1.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=passivo&link=crianca.htm>. Acesso em 23 de março de 2015.

ambiental, com o apoio das secretarias estaduais e municipais de saúde, além da população. O INCA alerta para o número de óbitos anuais ocasionados pela exposição ao fumo passivo e para os gastos do SUS com o tratamento de não fumantes, que chegam a pelo menos R\$ 19,15 milhões anuais. Isso poderia ser evitado pela prevenção da exposição à PTA.

As medidas legislativas de promoção de ambientes 100% livres de fumo têm sido questionadas judicialmente, sob o argumento da inconstitucionalidade, por organizações dos setores de alimentação, hotelaria e entretenimento, cuja justificativa é um possível impacto da proibição de fumar em bares e restaurantes sobre a clientela e o lucro destes estabelecimentos¹². Em alguns estabelecimentos foram criadas áreas específicas para fumantes, os chamados fumódromos, que depois de algum tempo acabaram por ser banidos. No próximo tópico, trataremos desse espaço criado para o sujeito fumante a partir da noção de heterotopia, formulada por Foucault (2009b).

3.2 ã Um espaço heterotópico para o sujeito fumante: o fumódromo

Para Foucault (2009b), a época atual é muito mais do espaço que do tempo. Vivemos na época da justaposição, do lado a lado, do simultâneo, do próximo, do longínquo e do disperso, o que não significa, diz ele, negar o tempo. Para o autor, na Idade Média, a história do espaço era de lugares hierarquizados, entre um sagrado e um profano, protegidos e sem defesa, urbanos e rurais. A cosmologia concebia a existência de um lugar supraceleste e um lugar celeste. Esse último opunha-se ao lugar terrestre. Desse modo, o espaço medieval era de localização.

Foucault (2009b) acredita que a obra de Galileu tenha provocado uma dessacralização do espaço no plano teórico, algo que ainda não se concretizou. Com isso, ainda vivemos em oposições de espaços, como o público e o privado, o familiar e o social, o de lazer e o de trabalho, etc. Para o autor, o que interessa não é o espaço de dentro e sim o espaço de fora, o espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo (FOUCAULT, 2009b, p. 414).

¹² Fonte: <http://www1.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=passivo&link=tabagismo.htm>. Acesso em 23 de março de 2015.

Esses espaços são de dois grandes tipos. Primeiramente, há as utopias, que são posicionamentos sem lugar real e que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação de analogia direta ou inversa. É uma forma aperfeiçoada ou inversa da sociedade, mas que é fundamentalmente irreal. Por outro lado, há também as heterotopias, que são os lugares reais, os quais seriam para o autor uma espécie de utopias efetivamente realizadas, delineadas na própria instituição e nos quais estão todos os lugares reais, representados, contestados e invertidos.

Na compreensão de Foucault (2009b), as heterotopias assumem formas variadas, e não há uma forma universal delas. Por isso, ele as classifica em dois grandes tipos: o primeiro são as heterotopias de crise, características das sociedades primitivas, nas quais há lugares privilegiados, sagrados, proibidos, ou reservados aos indivíduos em crise em relação à sociedade ou ao meio humano em que vivem. O autor acredita que elas estão desaparecendo em nossa sociedade.

O fumódromo, que separa os fumantes dos não fumantes é esse ólugar nenhum, essa heterotopia sem referências geográficas (FOUCAULT, 2009b, p. 416) e também pode ser considerado o outro tipo, que são as heterotopias de desvio, óna qual se localizam os indivíduos cuja comportamento desvia em relação à média ou norma exigida (FOUCAULT, 2009b, p. 416). Um fumante que passa horas de seu tempo de trabalho ou lazer usando produtos que deterioram seu corpo pode ser considerado um desviante, pois, conforme Foucault (2009b, p. 416), óem nossa sociedade em que o lazer é a regra, a ociosidade constitui uma espécie de desvio.

Foucault (2009b) aponta seis princípios que são traços das heterotopias: o primeiro é que não há uma só cultura que não se constitua de heterotopias, as quais assumem uma das duas formas que já apontamos. O fumódromo é uma dentre essas formas. O segundo princípio diz que ao longo de sua história uma sociedade pode fazer funcionar de uma maneira diferente uma heterotopia que existe e que não deixou de existir, ou seja, dar outro funcionamento a ela de acordo com o tempo no qual se encontra. Assim, ambientes variados, com funções pré-determinadas, assumem o papel de área de fumantes. Até mesmo as calçadas.

O terceiro princípio diz respeito ao poder que tem a heterotopia de justapor em um só lugar real vários espaços e posicionamentos incompatíveis entre si. Quanto ao quarto princípio, Foucault (2009b) afirma que as heterotopias estão ligadas a recortes de tempos, chamados de heterocronias. A ruptura com o tempo, diz o autor, põe as heterotopias em um funcionamento pleno, havendo uma organização desta com as

heterocronias. Ele descreve as heterotopias de tempo entre as que se acumulam infinitamente e as que se ligam ao tempo pela sua fugacidade, que são as festas, por exemplo (heterotopias crônicas). No fumódromo, a relação com o tempo também é fugaz, pois o sujeito usa esse espaço dentro de um período de tempo em que ocupa a posição de fumante.

Em relação ao quinto princípio, Foucault (2009b) considera que as heterotopias supõem um sistema de abertura e fechamento, que as isola e as torna penetráveis, ao mesmo tempo. Para entrar nessas heterotopias ou se é obrigado ou é preciso se submeter a alguns ritos de purificação, cumprir certo número de gestos, que incluem purificação religiosa ou higiênica. Ele acrescenta que há também aquelas óque parecem puras e simples aberturas mas que, em geral, escondem curiosas exclusões (FOUCAULT, 2009b, p. 420). Todos podem entrar, mas, ao fazer isso, ocorre a exclusão. Esse é o caso dos fumódromos, nos quais o sujeito fumante é levado a entrar para se excluir dos não fumantes, para os quais representa uma ameaça biológica.

Por fim, o sexto princípio diz respeito à função que as heterotopias têm em relação ao espaço restante, qual seja:

Ou elas têm o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real (...). Ou, pelo contrário, criando um outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem-arrumado quanto o nosso é desorganizado, mal disposto e confuso. Isso seria a heterotopia não de ilusão, mas de compensação (FOUCAULT, 2009b, p. 421).

Não podemos deixar de observar que, no limite entre esses princípios, o fumódromo se caracteriza como uma heterotopia por excelência. Ao longo da história o tabagismo foi atravessado por diferentes verdades. Há algum tempo, não se proibia o fumo em lugares públicos. Com a emergência do discurso antitabagista, o fumante e o não fumante foram colocados em lugares distintos. Algumas pessoas passaram a fumar nas calçadas, ou qualquer outro espaço em que não incomode quem não fume. Essa separação é uma forma de exclusão, que promove a oposição entre indivíduos fumantes e não fumantes.

No próximo tópico, analisaremos os enunciados pertencentes a esta série.

3.3 ã As estratégias de combate ao tabagismo passivo

Essa série enunciativa (FOUCAULT 2008a) é composta por enunciados relativos ao combate às doenças decorrentes do tabagismo passivo. Esse domínio enunciativo é atravessado por um discurso de cuidados com a infância e com a gestação. Busca-se combater o fumo passivo junto a bebês ainda em gestação ou em fase de amamentação e também às crianças que convivem com fumantes e são expostas à toxicidade da fumaça do cigarro. Em função das regularidades enunciativas, dividimos essa série em: a) O cuidado com a infância: os riscos do tabagismo passivo para as crianças; e b) O cuidado de si e do outro: os riscos do tabagismo passivo para a gestação.

Essa divisão foi feita para tratarmos dos modos de objetivação/subjetivação do sujeito fumante, refletindo sobre duas dimensões que envolvem o corpo desse sujeito, objeto discursivo permeado por relações de saber/poder: o corpo como superfície em que incidem os biopoderes, através dos quais se promove a biopolítica da população (FOUCAULT, 2005a); e o corpo como um domínio da estética de si, para discutir o cuidado e o governo de si (FOUCAULT, 2005b).

3.3.1 ñ O cuidado com a infância: os riscos do tabagismo passivo para as crianças

Os enunciados pertencentes a essa série são perpassados por questões morais, no sentido que Foucault (1998) concebe essa noção. Esse autor compreende a moral como um conjunto de regras de conduta propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos e instituições diversas. Ele diferencia essa noção da maneira como se deve conduzir-se e constitui a si mesmo como sujeito moral, agindo conforme os elementos prescritivos do código de condutas. É o discurso médico que apregoa ao sujeito fumante regras de conduta moral e também técnicas de si.

Por meio das técnicas de si, o sujeito fumante é conduzido a um domínio da arte de existência, que Foucault (1998) compreende como práticas refletidas e involuntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de condutas, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que responda a certos critérios de estilo.

O discurso antitabagista propõe maneiras de evitar danos à própria saúde e à de outros indivíduos, como forma de agir moralmente. Essas prescrições determinam a ósubstância ética (FOUCAULT, 1998, p. 27) ao sujeito, ou seja, a maneira pela qual o

indivíduo deve constituir uma parte dele mesmo, seu corpo, como material principal de sua conduta moral. Por essas práticas, o indivíduo se constitui em um sujeito moral de sua própria conduta. O cuidado com o corpo pode ser praticado ópor meio de um longo trabalho de aprendizagem, de memorização, de assimilação de um conjunto sistemático de preceitos e através de um controle regular da condutaô (FOUCAULT, 1998, p. 28).

Para ser moral, diz Foucault (1998), uma ação não deve se reduzir a um ato ou a atos em conformidade com uma regra ou valor. Uma ação moral implica também uma relação de si que não é uma simples consciência de si, mas constituição de si enquanto sujeito moral, delimitar uma parte de si que será objeto da prática moral, se posicionar em relação ao preceito que obedece, estabelecer modos de condutas para si, agir sobre si, conhecer-se, controlar-se, pôr-se à prova, transformar-se.

Essa constituição de si como sujeito moral implica em ómodos de subjetivaçãoô, em uma óascéticaô e em uma óprática de siô que as apoiam. Por modos de subjetivação compreendemos as maneiras pelas quais o indivíduo é chamado a se reconhecer como sujeito de uma conduta moral, associadas a formas de cuidado de si, pelas quais o indivíduo estabelece relações consigo. Assim, modos de subjetivação, ascética e práticas de si são formas de atividade sobre si.

Pretendemos verificar como o discurso de cuidado de si e do outro é proposto para o sujeito fumante nos enunciados dessa série. O primeiro que analisaremos, mostrado na Figura 20, foi produzido em 2003, e faz parte do grupo de imagens que buscam retratar situações reais, sem alteração digital, embora estejamos falando de poses feitas por modelos para uma lente fotográfica.

Figura 20: Crianças que convivem com fumantes têm mais asma, pneumonia, sinusite e alergia



Fonte: INCA, 2003

Na sequência verbal, situada na parte superior do conjunto enunciativo, há uma recorrência ao discurso científico sobre os males do tabagismo para a saúde das crianças, credibilizando o controle exercido sobre os sujeitos. Na mensagem de advertência são elencados os riscos da fumaça tóxica do cigarro para a saúde infantil, quais sejam: o acometimento por asma, pneumonia, sinusite e alergia. Essa advertência está em conformidade com os dados do INCA apresentados no início desse capítulo.

Da mesma forma que o discurso da clínica é mobilizado para alertar dos riscos do tabagismo ativo, ele também adverte dos perigos do fumo passivo, deslocando o fumante ativo do lugar de vítima para o de vilão. É por meio de um discurso moral, no sentido que discutimos anteriormente, que as instituições de controle sanitário governam as ações do fumante nesse enunciado. São propostas regras de conduta para evitar causar prejuízo à saúde de outros sujeitos.

A imagem mostra uma menina com uma bomba de ar utilizada por quem tem problemas respiratórios, como os que citamos. O espaço hospitalar é evocado, como forma de caracterizá-la como um corpo doente. Além disso, o ambiente turvo por trás da garota é um recurso que dá a impressão que ela está presa em um espaço cheio de fumaça, criando a atmosfera cênica de um mundo melancólico.

Olhando esse enunciado, somos levados a questionar o porquê da exposição da imagem de uma criança para advertir sobre a toxidade da fumaça do cigarro, e não a de um adulto, já que todos estão sujeitos ao fumo passivo. Acreditamos que a estratégia utilizada para alertar sobre os riscos do tabagismo é evocar uma série de discursos sociais e religiosos sobre a família e a infância. Esse enunciado põe em funcionamento uma série de questões sobre o lugar da criança na sociedade.

Para analisá-lo, precisamos articular os indícios, os rastros que esses discursos sobre a infância nele depositam. São eles que, segundo Courtine (2013, p. 44), possibilitam reconstruir a ógenealogia das imagens de nossa cultura. Por imagens estamos compreendendo não só a materialidade ilustrativa, mas também os discursos, as representações sociais sobre a infância.

A infância é o momento da vida marcado pela dependência em relação a um adulto, do qual se esperam atitudes como responsabilidade e maturidade. Sabendo dos riscos a que expõe outras pessoas, espera-se que o adulto fumante se responsabilize por promover o tabagismo passivo e tome as devidas providências para evitá-lo. Propõe-se

que o fumante conduza a si moralmente, pois o cuidado que ele toma com sua saúde reflete na saúde de quem convive com ele.

Esse enunciado não alcançaria o mesmo efeito se a imagem estivesse retratando um adulto sofrendo porque convive com a toxidade da fumaça. Nesse caso, como alguém responsável, ele teria o dever de se afastar daquilo que prejudica sua saúde. Já a criança nem sempre tem essa possibilidade de escolha, ficando a cargo de outra pessoa decidir por ela. É a esse adulto responsável que a mensagem de advertência se direciona, não às crianças. É o adulto que precisa aprender um certo número de técnicas para agir sobre si, transformar-se, subjetivar-se. *ÓEis o que se poderia chamar uma história da ãéticaõ e da ãascéticaõ entendida como história das formas de subjetivação moral e das práticas de si destinadas a assegurá-la* (FOUCAULT, 1998, p. 29).

As expressões faciais da menina criam um efeito de sentido de sofrimento e impotência diante dos males do tabagismo passivo. Esse enunciado nos leva a pensar que a criança parece resignadamente, sem ter como escapar dos riscos a que é exposta pelo adulto fumante. Mobiliza-se o discurso sobre a pureza da criança, para mostrar como ela é posta em ameaça pelos efeitos nocivos das substâncias presentes no cigarro.

É estabelecida uma relação de vítima e vilão entre a criança e o adulto fumante. Sobre esse último, recai a responsabilidade pelos danos causados à saúde do primeiro. A falta de governo de si (FOUCAULT, 2005b) impede que o fumante consiga governar o outro pelo qual é responsável. O biopoder (FOUCAULT, 2005a) assume a função de regular essa relação e combater as agressões que o corpo do não fumante sofre.

Dessa forma, esse enunciado é perpassado por um discurso moral, que sugere ao sujeito fumante formas de controle das suas condutas para evitar causar o adoecimento de outros sujeitos. Diferentemente dos enunciados que mostram o fumante como doente, vítima de sua própria atitude, aqui ele emerge como responsável pelos danos à saúde de outros indivíduos.

Entre o enunciado da Figura 20 e o próximo, mostrado na Figura 21, há uma regularidade discursiva (FOUCAULT, 2008a) que não se reduz a uma simples repetição de um tema. Podemos extrair sentidos novos de cada um deles, pois, como atesta Foucault (2007, p. 26) *óo novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua voltaõ*. O que interessa às nossas análises é esse acontecimento perpassando os enunciados. Ele é da ordem da história e nos possibilita fazer diferentes gestos de leitura (PÊCHEUX, 2010) dos enunciados antitabagistas que tomamos como objeto.

Assim, no enunciado da Figura 21 há uma continuidade temática em relação ao discurso de cuidado com a infância presente no enunciado da Figura 20, mesmo eles tendo sido produzidos em diferentes temporalidades. Essa continuidade resulta de um jogo de repetição, deslocamento, descontinuidade, esquecimento, inversão e transformação de sentidos, pois o saber que esses enunciados produzem nunca se esgota. Os sentidos que perpassam o enunciado são da ordem da história e do acontecimento, por isso nem a língua pode esgotá-los inteiramente.

Figura 21: Fumaça tóxica



Fonte: INCA, 2008

Esse enunciado é parte do grupo de imagens produzidas em 2008. Nele há uma criança, igualmente uma menina, dessa vez em outra cena: ela está sendo alimentada pela mãe ou outra adulta que assume essa responsabilidade, como atesta a mão feminina que conduz a comida na colher. Essa pessoa, ao mesmo tempo em que alimenta a criança está fumando, provocando o espalhamento da fumaça pelo ambiente e a reação de nojo da menina, criando um efeito de sentido de nojo pelo alimento, como se ele estivesse contaminado pelas substâncias do cigarro.

O efeito de sentido de sofrimento por parte da criança não é igual ao do enunciado anterior, pois não implica em resignação e vitimização impotente. Mesmo apresentando-a como dependente do adulto para se alimentar, esse enunciado mostra que a criança reage negativamente, criando, assim, um espaço para uma micro resistência (FOUCAULT, 2009a) à relação de poder entre ela e a adulta em questão.

No que diz respeito ao sujeito fumante, o excesso de restos de cigarro dentro do cinzeiro e a presença da fumaça no ar associam-no a um compulsivo e inconsequente,

que nem mesmo no momento de alimentar uma criança para de fumar. O fumante é construído discursivamente como alguém que não sabe governar a si e, portanto, não tem condições de governar o outro (FOUCAULT, 2005b).

Além disso, mantém-se uma continuidade com o discurso que cria a relação vítima/vilão entre o fumante passivo e o adulto que o expõe a um risco de saúde, mas ocorre um deslocamento, pois nesse enunciado a criança não está perecendo de nenhuma doença respiratória. A ação de prender a respiração constitui uma forma de resistência, mostrando também que a criança percebe um risco que o adulto ignora.

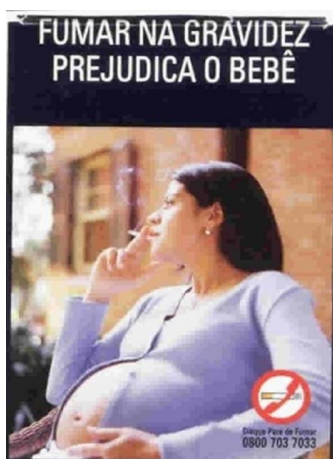
Nas duas imagens, faz-se uso de um recurso estético muito empregado em cenas de filmes de horror para criar a impressão de um mundo melancólico e misterioso, que são os efeitos da presença da fumaça no ar, lembrando a neblina (MILANEZ, 2012). Isso possibilita criar uma atmosfera de tristeza e combiná-la com os discursos sobre a infância, como estratégia de combate ao tabagismo passivo.

Nas grades de especificação (FOUCAULT, 2008a) das doenças causadas em crianças pelo tabagismo passivo, emergem nesse enunciado apenas duas: pneumonia e bronquite, diferentemente do enunciado 20, que especifica quatro doenças. Há, portanto, uma continuidade e um deslocamento entre esses dois enunciados. O que há de regular entre eles é a temática dos males do tabagismo passivo à saúde de crianças, mas cada um a trata de uma forma peculiar. A seguir, analisaremos o segundo grupo de enunciados dessa série enunciativa (FOUCAULT, 2008a).

3.3.2 ñ O cuidado de si e do outro: os riscos do tabagismo passivo para a gestação

Os enunciados reunidos aqui guardam entre si a regularidade (FOUCAULT, 2008a) de alertar para os riscos que o fumo passivo traz à saúde de bebês ainda em gestação cujas mães fumam. Em nossas análises, estamos considerando que o bebê é um fumante passivo por ser afetado pelas substâncias tóxicas presentes no cigarro consumido pela gestante e que circulam pelo organismo de ambos. O enunciado da Figura 22 pertence ao grupo de imagens produzidas em 2001, e mostra uma grávida fumando.

Figura 22: Fumar na gravidez prejudica o bebê



Fonte: INCA, 2001

Aqui também são construídas as imagens de vilã, para a fumante, e de vítima, para o bebê. O discurso clínico sugere, entre outras formas de cuidado de si e do outro (FOUCAULT, 2005b), o abandono de substâncias tóxicas durante a gestação. Com o avanço dos cuidados na gravidez, como a realização de exames pré-natais periódicos, o que possibilita uma maior informação, além dos efeitos que essa campanha gerou, ver mulheres grávidas fumando se tornou algo menos frequente hoje.

Quando apresentamos os dados referentes a essa questão, dissemos que é necessário consumir uma certa quantidade de cigarro por dia para que ocorra esse efeito negativo no organismo do bebê. Nesse enunciado, não é especificada essa quantidade diária que pode causar prejuízo à gestação. O efeito de sentido que ele cria é de que ao fumar, a gestante já estará prejudicando o seu bebê, numa relação de causa e efeito.

A fumante é construída discursivamente como um sujeito que não cuida de si e do bebê que está gestando. Ela é marcada pelo desgoverno de si e consequentemente do outro, pelo qual responde. Por meio da governamentalidade (FOUCAULT, 2013a), incidem mecanismos de controle sobre a saúde de ambos os sujeitos.

Esse enunciado apresenta uma continuidade temática em relação a outros de diferentes temporalidades, que relacionam o tabagismo passivo a bebês. No grupo de imagens produzidas em 2001 e 2008 (respectivamente, primeira e terceira temporalidades de inserção de imagens), há apenas uma com tal temática. Já no grupo de imagens de 2003 (a segunda temporalidade), há duas recorrências a essa temática.

Esses enunciados estão em um domínio associado (FOUCAULT, 2008a). Entre eles, há uma repetição de um mesmo tema, uma recitação (COURTINE, 2006), que se

inscreve no interdiscurso. Há uma formulação à qual os discursos remetem, uma retomada que ocorre no espaço de memória do qual os enunciados fazem parte. Para Courtine (2013, p. 11), é necessário, no entanto, no coração mesmo da repetição fatigante dos enunciados, manter-se sensível à irrupção repentina de objetos discursivos inéditos, nas bifurcações inesperadas do regime de enunciação ele mesmo, breve.

Desse modo, nas imagens de 2003, que retratam os riscos à saúde do bebê, há uma continuidade temática, porém, em duas grades de especificação (FOUCAULT, 2008a). Na Figura 23, é dada atenção aos riscos de parto prematuro e nascimento de bebê com peso abaixo do normal, devido ao consumo de cigarro pela mãe na gestação. Já na Figura 24, também de 2003, chama-se a atenção para a possibilidade de ocorrer aborto espontâneo se a mãe consome cigarro na gestação.

O enunciado da Figura 23 mostra um bebê na incubadora, cercado por aparelhos. Um recém-nascido saudável pode ser posto nesse local para realização de exames pós-natais, porém, um olhar não tão apurado basta para perceber a debilitação do corpo do bebê, discursivamente construído como frágil, magro e doente.

Figura 23: Em gestantes, fumar provoca partos prematuros e o nascimento de crianças com peso abaixo do normal



Fonte: INCA, 2003

Destacamos, da sequência verbal, o alerta de que óem gestantes, fumar provoca partos prematuros e nascimento de crianças com peso abaixo do normal. Dito desta forma, a advertência cria uma relação de causa e efeito, que não é relativizada com o uso de modalizadores como ópode provocar, óaumentam os riscos de... ou então com a indicação de quantos cigarros precisam ser consumidos para que isso ocorra, pois,

como dissemos, há uma quantidade diária determinada para que tais efeitos sejam desencadeados.

Não estamos emitindo um juízo de valor sobre o ato de fumar. O que fazemos é analisar os efeitos de sentido que estão no que é dito e naquilo que o funcionamento do discurso possibilita entrever. Se o objetivo da campanha é fazer com que as gestantes parem de fumar, a especificação de um número diário de cigarros consumidos para que a saúde do bebê seja prejudicada poderia impedir que se atinja tal objetivo.

No segundo enunciado de 2003 com a temática dos riscos à saúde de bebês, que mostramos na Figura 24, o alerta é para os riscos de aborto espontâneo, se a mãe consome cigarro durante a gestação. Aqui o choque já é mais explícito, pela imagem do feto dentro de um recipiente de vidro. A pele dele está coberta de cinzas do cigarro, como se ocorresse um acúmulo dessa substância durante o seu desenvolvimento.

Figura 24: Fumar causa aborto espontâneo



Fonte: INCA, 2003

Reiterando o que dissemos sobre o enunciado 23, os efeitos de sentidos que a parte verbal da advertência possibilita construir é que o ato de a gestante fumar, em si mesmo, é causa de aborto de modo espontâneo, não importando a quantidade de cigarro consumida. Há uma relação direta e imediata de causa e efeito, sem mediação. Esse sentido pode ser construído porque não há uma relativização, não há modalizadores no discurso como *pode causar* ou uma indicação da quantidade diária de cigarro consumida para que tal consequência ocorra.

Além disso, a *lexia* *aborto* é permeada por um acúmulo de sentidos historicamente construídos. Nas sociedades ocidentais, a prática de aborto voluntário

não é bem vista, sendo considerado crime em alguns países. Há também um discurso religioso que a condena. Mesmo se tratando de aborto espontâneo, a justaposição dos termos ócausarô e óabortarô cria um efeito de negatividade, porque os sentidos historicamente sedimentados são evocados e constroem um sentido de crueldade.

O discurso de cuidado de si é perpassado pelo cuidado do outro (FOUCAULT, 2005b). Para evitar o aborto e o parto prematuro, a gestante deve tomar uma série de cuidados. O abandono do cigarro é um deles. Ser mãe implica em governar seu filho, no sentido que Foucault (2013a) dá a esse termo. A mãe precisa ter responsabilidade sobre a vida e tudo mais que diz respeito ao seu filho. O combate ao tabagismo é perpassado por uma lógica de que para saber cuidar bem de seu filho, a gestante deve conseguir dominar seus prazeres, pois eles podem custar a vida do seu bebê.

Dando prosseguimento à nossa análise, no enunciado da Figura 25 há uma continuidade temática em relação aos anteriores, mas ocorre a inserção de outro risco: o da morte do bebê.

Figura 25: Vítima deste produto



Fonte: INCA, 2008

Essa imagem é parte do grupo produzido em 2008 por uma equipe multiprofissional. Ela foi alterada digitalmente para causar um maior efeito de choque. Assim, se na imagem da criança sendo alimentada, o cinzeiro ficava ao lado do prato, e na imagem do feto abortado, as cinzas estavam acumuladas na pele, aqui o bebê está morto dentro do próprio cinzeiro, ladeado por restos de cigarro e coberto de cinzas.

A ideia de que o fumante passivo, neste caso um feto, é vítima do tabagismo não está no nível do não-dito, mas inscrita na superfície discursiva, conforme podemos ver

na parte superior do enunciado. Consequentemente, o fumante, que nos enunciados da primeira série enunciativa emergia como vítima, torna-se um vilão.

Esse enunciado ganha respaldo em nossa sociedade, pois, como dissemos, no ocidente, o aborto, dentro de certas condições, é considerado um crime e também é condenado pelas instituições religiosas. Assim, o discurso que perpassa esse enunciado possibilita construir para o sujeito fumante a imagem de um criminoso.

As imagens dessa série enunciativa estão inscritas em uma rede, suscitando outras imagens, estendendo ramificações genealógicas na memória discursiva, ou seja, possuem uma relação de intericonicidade, que ósupõe as relações das imagens exteriores ao sujeito como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma genealogia como o enunciado em uma rede de formulações, segundo Foucaultô (COURTINE *apud* MILANEZ, 2006, p. 168). Toda imagem está inscrita em uma cultura visual, que põe em funcionamento o imaginário de uma coletividade. É isso que nos possibilita construir sentido aos enunciados, pois nos remetem a questões morais, religiosas e políticas de nossa cultura que os atravessam.

Ao colocar a imagem do bebê morto como a vítima do tabaco, ao mesmo tempo em que diz que esse produto intoxica tanto a mãe quanto o bebê, o alerta do enunciado responsabiliza a mãe pela morte do filho, mesmo que de modo indireto. A presença do feto no cinzeiro evoca uma cena presente no imaginário coletivo, que é das mães que abandonam seus filhos no lixo. Simbolicamente, esse enunciado conduz a pensar que a gestante que fuma descarta o seu filho junto com os restos do cigarro que consome.

O discurso antitabagista presente nos anúncios que analisamos prescreve ao sujeito maneiras para constituir seu corpo como material principal de sua conduta moral, tornar-se sujeito moral de sua própria conduta. Esse cuidado implica em saber se conduzir, agir sobre si, conhecer-se, controlar-se, e transformar-se. A constituição de si como sujeito moral implica em modos de subjetivação, pois o indivíduo é chamado a se reconhecer como sujeito de uma conduta moral (FOUCAULT, 1998).

Assim, nessa prática discursiva, a gestante que fuma é discursivamente construída como alguém que não governa a si e nem ao outro (FOUCAULT, 2005b) pelo qual tem responsabilidade. Esses enunciados são atravessados pelos saberes médicos e tentam estabelecer condutas para o fumante, pois ele representa uma ameaça para a vida da espécie, ao promover mortes de bebês pelo tabagismo passivo. O mesmo pode ser dito do adulto que provoca adoecimento de crianças.

No capítulo que segue, analisaremos a última série enunciativa do nosso trabalho, que põe em relação o dispositivo da saúde e o dispositivo de sexualidade. Passemos a ele.

CAPÍTULO IV

TABAGISMO E IMPOTÊNCIA SEXUAL

O meu Prazer
Agora é risco de vida
Meu Sex and drugs não tem nenhum Rock
and Roll [...].
(Cazuza/ Frejat; Ideologia).

4.1 ã Do dispositivo de sexualidade ao dispositivo da saúde

Para discutirmos sobre a relação do tabagismo com a sexualidade no discurso antitabagista, recorreremos à noção de dispositivo, de Foucault. Na obra *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1999) o autor trata dos dispositivos de aliança e de sexualidade. Conforme apontamos no percurso teórico, a noção de dispositivo, para Foucault (2013c), compreende um conjunto heterogêneo, constituído por elementos discursivos e não discursivos e pela rede de relações entre esses elementos. Além disso, o dispositivo tem uma função estratégica, pois tem como função principal responder a uma urgência.

Assim, o controle do tabagismo se insere no interior de um dispositivo, chamado aqui metodologicamente de dispositivo da saúde, que visa responder a uma urgência em relação à saúde da população. Ele é constituído de discursos científicos, que classificam o tabagismo como uma doença; instituições de controle sanitário, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional do Câncer (INCA); leis de regulamentação do consumo de cigarro, como a Lei Antifumo (Lei 12.546/2011); regulamentos, como a Convenção-Quadro, dentre outros elementos, dos quais tratamos nos capítulos dois e três dessa dissertação.

Num determinado momento de nossa história, também foi necessário criar os fumódromos, para separar o fumante dos não fumantes. O objetivo era preservar a saúde daqueles que não fumam, respondendo a uma urgência em cuidar da vida da população, mas isso acabou provocando a exclusão dos fumantes em relação aos não fumantes.

O dispositivo da saúde inter-relaciona-se com o de sexualidade nos enunciados que analisaremos neste capítulo. Por isso, faremos uma discussão da formação desse conceito a partir das teses de Foucault (1999) em *História da sexualidade I*, em que o autor investiga a emergência de uma vontade de saber em torno do sexo, compreendida como uma incitação a falar a verdade a este respeito.

Para Foucault (1999, p. 98), a sexualidade não é indócil e rebelde ao poder. Esse autor a considera um ponto de passagem denso pelas relações de poder, um dos seus elementos dotados de maior instrumentalidade, utilizável como ponto de apoio para inúmeras estratégias. Ele aponta quatro grandes estratégias que desenvolveram, a partir do século XVIII, dispositivos de saber e poder a respeito do sexo: a primeira foi a histerização do corpo da mulher, processo que pôs o corpo feminino em análise como um corpo sexualizado, o integrou ao campo médico e pôs em comunicação com o corpo social, com o espaço familiar e com a vida das crianças.

A segunda foi a pedagogização do sexo das crianças: afirmação de que todas as crianças se dedicam ou podem se dedicar a uma atividade sexual que, sendo indevida, natural e contra a natureza, simultaneamente, traz perigos físicos e morais, individuais e coletivos.

A terceira estratégia foi a socialização das condutas de procriação: econômica, com incitações ou freios à fecundidade dos casais, através de medidas sociais ou fiscais; política, com a responsabilização dos casais estendida a todo o corpo social; e médica, atribuindo valor patogênico às medidas de controle de natalidade, individualmente ou a toda a espécie.

Por fim, a quarta estratégia consiste em uma psiquiatrização do prazer perverso. Com ele, isolou-se o instinto sexual como biológico e psíquico autônomo, analisaram-se as formas de anomalias que podem afetar o sexo, atribuindo-se um papel de normalização e patologização das condutas sexuais, procurando corrigir as anomalias.

Com isso, Foucault (1999) coloca que, no século XIX, com o aumento da preocupação com o sexo, quatro figuras se tornam alvos privilegiados de saber. Foram eles: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso. O autor afirma que nessas estratégias trata-se da produção da sexualidade.

A sexualidade é nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos

conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1999, p. 100).

Foucault (1999, p. 100) lança mão da ideia de que as relações de sexo deram lugar a um dispositivo de aliança, que consiste em um ósistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens. O autor acrescenta que esse dispositivo teve sua importância reduzida devido à perda de suporte pelos processos econômicos e estruturas políticas. Foi assim que as sociedades ocidentais modernas inventaram e instalaram, a partir do século XVIII, um novo dispositivo que superpõe o primeiro e reduz sua importância, sem o pôr de lado: o dispositivo de sexualidade, que se articula aos parceiros sexuais de outra forma.

Entre esses dois dispositivos, são apontadas as seguintes oposições:

O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. O dispositivo de aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege; o dispositivo de sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle. Para o primeiro, o que é pertinente é o vínculo entre parceiros com *status* definido; para o segundo, são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam (FOUCAULT, 1999, p. 101).

O autor conclui que a sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder, que sua expansão a partir do século XVII foi sustentada não em função da reprodução, mas sim vinculada a uma intensificação do corpo, sua valorização como objeto de saber e elemento nas relações de poder. A seu ver, não se pode considerar que o dispositivo de sexualidade substituiu o de aliança, pois foi em torno desse último que a sexualidade se instalou.

Esse autor diz que na prática de penitência, do exame de consciência e da direção espiritual o sexo foi colocado em questão como suporte de relações, o comércio permitido e proibido e, depois, com a pastoral, passou-se à problemática dos prazeres carnis. Foi aí que a sexualidade brotou, de uma técnica de poder centrada na aliança. Foi na célula familiar que se desenvolveram os principais elementos do dispositivo de

sexualidade: o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos e a especificação dos perversos.

Assim, Foucault considera que a história da sexualidade, centrada nos mecanismos de repressão, pode ser verificada no século XVII, quando havia uma valorização da sexualidade exclusivamente adulta e matrimonial, uma contenção da linguagem que falava do sexo. Essa técnica remonta às práticas do Cristianismo medieval de confissão obrigatória, periódica e exaustiva imposta aos fieis, e aos métodos do ascetismo, do exercício espiritual e do misticismo, desenvolvidos a partir do século XIV.

O autor acredita que no século XVIII tenha nascido uma nova tecnologia do sexo, que escapava à instituição eclesiástica: através da pedagogia, da economia, e da Medicina, tornava o sexo negócio do Estado. Foucault (1999) também acrescenta que essa tecnologia tenha retomado métodos já formulados pelo Cristianismo, mas os transformou na passagem do século XVIII para o XIX. Ela se ordenou em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e do problema da vida e da doença.

Nesse momento, o sexo ganha relativa autonomia em relação ao corpo e aparece uma Medicina do sexo, o qual é colocado pela análise da hereditariedade como responsabilidade biológica com relação à espécie. Suscetível de ser afetado por doenças e de transmitir e criar doenças para gerações futuras. Surge um projeto médico e político de gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências.

O atravessamento da preocupação com o combate ao tabagismo por questões de sexualidade mostra que a virilidade e a fecundidade masculina são elementos que devem ser controlados pela Medicina, pois colocam em risco não só o sujeito fumante, mas toda a população, na medida em que a reprodução feminina, assim como a continuidade da espécie, depende da fertilidade e da virilidade do homem.

Ao tratar da problemática da demanda de verdade sobre o sexo, Foucault (1999) considera que no início século XVII inicia-se uma censura do sexo, cuja causa está no que denomina Idade da Repressão, que coincide com o desenvolvimento do capitalismo, em que a sociedade burguesa emerge. Neste período, a força física era solicitada a ser empregada no trabalho e não poderia ser dissipada nos prazeres. Com isso, o sexo passa a ser praticado e falado apenas dentro de casa, como propriedade do casal e com função de reprodução. Qualquer prática que não tivesse tal função não era considerada legítima. Assim, as crianças não poderiam falar de sexo.

Nos três séculos seguintes, afirma Foucault (1999), houve transformações no controle discursivo que foi implantado no século XVII, acarretando uma explosão discursiva em torno do sexo, devido a um refinamento do vocabulário autorizado a falar sobre esse assunto. A política dos enunciados definiu onde, quando e quem podia falar dele. Para Foucault (1999), a partir do século XVIII os discursos sobre o sexo não pararam de proliferar. A repressão foi acompanhada de uma vontade de saber. Em nossa época, existe um discurso em que o sexo está ligado a uma revelação da verdade.

Foucault (1999, p. 24) remonta a prática da confissão do sexo, compreendida como a ócolocação do sexo em discurso, a uma tradição ascética e monástica, que, no século XVII, tornou-se regra para todos, e que, anteriormente, era reservada à elite mínima. Com essa prática, nos últimos séculos, o homem ocidental passou a dizer tudo sobre o sexo. Construiu-se uma aparelhagem, um dispositivo, para produzir mais discursos sobre o sexo. O sexo passa a ser administrado pelo poder público e se torna questão de ópolícia, entendida não como repressão, mas sim como regulação por meio de discursos úteis e públicos. Ele se tornou algo de que se deve falar exaustivamente.

O que importa saber, diz Foucault (1999, p. 57) é como o sexo se tornou um objeto sobre o qual se solicita a verdade. Ele considera que existam dois procedimentos para produzir a verdade sobre o sexo: a *ars erotica*, na qual a verdade é extraída do próprio prazer, e a *scientia sexualis*, que desenvolve procedimentos para dizer a verdade sobre o sexo, que se ordenam em função de uma forma de saber-poder oposta à confissão. Desde a Idade Média, a confissão é um dos rituais mais importantes para produção da verdade e esteve presente na ordem civil e religiosa nas práticas de penitência, nos métodos de inquirição e interrogatório.

A confissão estendeu-se aos domínios da Medicina, da justiça, da pedagogia, das relações familiares e amorosas, entre outros. Foucault (1999, p. 59) afirma que a nossa sociedade se tornou ósingularmente confessada. Ele acredita que a busca da verdade passou a ser feita no fundo de si mesmo. A confissão passou a ser imposta a partir de pontos diferentes, incorporada a nós, sem que percebamos seus efeitos como o de um poder de coerção. O sexo tem sido a matéria privilegiada da confissão.

Foucault (1999) considera que nossa sociedade constitui uma *scientia sexualis*, que toma a tarefa de produzir verdades sobre o sexo, tentando ajustar os procedimentos da confissão às regras do discurso científico. Em vez de exclusão do discurso sobre o sexo, o autor enxerga o funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes e poderes. Uma disseminação do sexo sobre os corpos e as coisas para fazer falar a

verdade. Um dispositivo de saber e poder que deve ser levado em conta em sua positividade como produtor de verdade e de saber, multiplicador de discurso, indutor de prazer e gerador de poder. Trata-se de definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber, ou seja, a esse desejo de obter um discurso de verdade sobre o sexo.

Nos dois tópicos que seguem, analisaremos os enunciados que constituem nossa terceira série enunciativa, intitulada Tabagismo e impotência sexual. No primeiro tópico, discutiremos a relação do combate ao tabagismo com as noções de dispositivo (FOUCAULT, 2013c) e de memória discursiva (COURTINE, 2008; PÊCHEUX, 1999). No segundo, analisaremos os efeitos de sentido possibilitados pela opacidade da materialidade verbal e imagética dos enunciados em relação com os discursos sobre a sexualidade que circulam em nossa sociedade.

4.2 ñ Resposta a uma urgência: o combate ao tabagismo e à impotência sexual

Os três enunciados que formam a última série enunciativa do nosso *corpus* são de diferentes temporalidades (2001, 2003 e 2008). Em nossas análises, consideramos que na materialidade verbal e imagética as expressões corporais e faciais dos modelos dão um tom jocoso ao discurso antitabagista, considerando que os discursos sobre impotência sexual são sempre motivos de risada. Por isso, optamos por analisar, inicialmente, a materialidade híbrida destes enunciados, em consonância com os objetivos dessa pesquisa, o que, de certa forma, já foi feito em todas as análises precedentes.

A parte verbal dos dois primeiros enunciados é semelhante, e constitui-se da seguinte sequência: óO Ministério da saúde adverte: fumar causa impotência sexualô. Já o terceiro enunciado traz na parte superior apenas a grade de especificação (FOUCAULT, 2008a) do tema da imagem, que é o sintagma óimpotênciaô, e na parte inferior a sequência óO Ministério da Saúde adverte: o uso deste produto diminui, dificulta, ou impede a ereçãoô.

O primeiro enunciado, que mostramos na Figura 26, foi produzido em 2001, e retrata um casal na cama em um momento íntimo. Nele, as expressões faciais e corporais da esposa e do marido corroboram com a sequência verbal, em letras maiúsculas, caixa alta e cor branca, que aparece em um fundo preto, ocupando uma parte considerável da imagem. Abaixo, há uma parede azul, e depois aparecem os lençóis, nos quais o casal se enrola, e os demais jogos de cama, em cor branca.

Figura 26: Fumar causa impotência sexual



Fonte: INCA, 2001

As cores mobilizadas nesse enunciado são muito significativas e acionam nossa memória discursiva (PÊCHEUX, 1999). Milanez (2012, p. 586) denomina o movimento entre memória histórica, cores e as posições que elas suscitam de cromático-discursivo. Trata-se de pensar a produção discursiva das cores e sua relação com a história, o que possibilita considerá-las ócomo lugar de enunciação e produção de um campo de memóriaô.

A noção de memória discursiva foi discutida por Pêcheux (1999, p. 50), em uma conferência intitulada *O papel da memória*, publicada como capítulo em uma coletânea de textos. Em sua fala, esse autor fez uma síntese das discussões de Davallon (1999), que tematizou essa noção a partir dos trabalhos de Halbwachs. Para este último, memória é uma dimensão intersubjetiva e grupal entre os membros de um grupo, e se confunde com lembranças, naquilo que ela tem de conservação do passado e de possibilidade de desaparecer com o grupo. Diferentemente da memória, a história seria, nessa concepção, o quadro dos acontecimentos, conhecimentos e documentos históricos, com capacidade de resistir ao tempo, o que não ocorreria com a memória.

Davallon (1999) concebe a imagem como operadora de memória, mas ele compreende esta noção no entrecruzamento da memória coletiva e da história. Para esse autor, a imagem tem a capacidade de colocar o seu espectador num espaço de leitura e interpretação, que é variável. Ao mesmo tempo, ele acredita que a imagem ócomporta um programa de leituraô (DAVALLON, 1999, p. 29) que assinala um lugar ao espectador ou regula os vários lugares ocupados no processo de recepção. Nesse

processo, conforme o autor, a imagem significa em sua totalidade, e não segmentada em componentes com sentidos separados, como se faz com as unidades da língua. Nas contrapropagandas que apresentamos aqui, os enunciados assinalam ao sujeito fumante, seu potencial espectador, um lugar de doente e impotente sexual.

Pêcheux (1999, p. 52) opera um deslocamento nessas ideias, e trabalha a memória ónos sentidos do entrecruzamento da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiadorô. Para esse autor, o percurso de leitura da imagem, do qual falou Davallon (1999), está inscrito discursivamente em outro lugar, o que faz dela algo como a recitação de um mito. A imagem contém indicações de como ser lida. Daí deriva a ideia de que a memória discursiva seria aquilo que vem restabelecer os implícitos de que a leitura de um texto, como acontecimento a ler, necessita. A memória é óa condição do legível em relação ao próprio legívelô (PÊCHEUX, 1999, p. 52). A imagem na AD, assim como o enunciado, não é legível em sua transparência, pois o discurso a atravessa e a constitui na opacidade.

Para Courtine (2008), a memória é lacunar, saturada, com eclipse, pois é produzida na ordem do discurso, que divide em fagulhas as lembranças dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, organizando a recorrência de uns e consagrando a anulação ou queda de outros. O funcionamento da memória das imagens em estado líquido óse fundamenta na volatilidade, na efemeridade, na descontinuidade e no esquecimentoô (COURTINE, 2008, p. 17), o que evidencia a necessidade da manutenção de um quadro de reflexão histórica, pois não há memória sem história. Conforme Baronas (2008, p. 196), ó(in)significação, memória e esquecimento são os elementos que dão consistência à memória discursiva que sustenta os discursosô.

A AD, por ser um campo que trabalha com a produção de efeitos de sentidos, realizada por sujeitos sociais, inseridos na história e que utilizam a materialidade do discurso, possibilita-nos analisar os sentidos que perpassam esse enunciado, pondo-o em articulação com a história e a memória. Em nossa compreensão, os sentidos realizam um trajeto histórico e se inserem em uma rede de memória com outros discursos que circulam na sociedade.

Desse modo, podemos dizer que a cor preta, que ocupa a parte superior do enunciado, sobre a qual está a mensagem de advertência, em nossa cultura remete à

ideia de luto. Em um estudo sobre os sentidos das cores em enunciados de campanhas de prevenção, Baracruhy e Guedes (2014) associam essa cor à ideia de dor e perigo.

Já as cores azul e branca podem, em conjunto, ser associadas às cores do céu ou então, individualmente, nos remeter a outras memórias. O branco, por exemplo, possui uma relação com o casamento, pois remete à cor do vestido da noiva, e também é a cor predominante nas festas de fim de ano, remetendo, assim, a momentos alegres. Já o azul, de acordo com estudo empreendido por Milanez (2011), pode ser associado ao que é divino. Em outro estudo, Milanez (2012) identifica o azul como representativo de atitudes como razão e realidade, sendo, portanto a cor do domínio, do controle e do governo de si (FOUCAULT, 2005b). Mas, o autor lembra que não se trata de considerar os sentidos cristalizados das cores e sim seu funcionamento e relação com a história, pois podem ser deslocados e possuir novas atribuições.

Podemos considerar que, no enunciado da Figura 26, o azul e o branco não estão funcionando segundo as verdades estabilizadas socialmente que os atravessam, mas como o seu reverso. Ou seja, o azul, que funciona como índice de governo e razão, conforme Milanez (2012), aqui tem o sentido de desgoverno e desrazão de um sujeito que não consegue controlar os seus prazeres por não ter controle dos seus atos e do seu próprio corpo. Igualmente, o branco da cerimônia nupcial dá lugar à não consumação do ato sexual pelo casal. O fumante emerge aqui como um sujeito que não governa a si, pois não tem controle do seu corpo.

Deslocando nossa discussão da materialidade discursiva para a ideia de dispositivo (FOUCAULT, 2013c), mais especificamente a sua função de responder a uma urgência, nesse enunciado, aquilo que estamos chamando metodologicamente de dispositivo da saúde alia-se a um discurso de combate à impotência sexual. Esse dispositivo é um instrumento técnico essencial que permite exercer a governamentalidade (FOUCAULT, 2013a) da população, até mesmo no aspecto sexual.

Esse enunciado encontra eco em uma sociedade em que imperam conceitos morais e religiosos que tornam o assunto sexualidade um tabu, e também em nossa sociedade, que se obstina a falar do sexo, como diz Foucault (1999). A ideia de virilidade masculina povoa o imaginário social, fazendo com que qualquer doença que venha a acometê-la seja atravessada por uma negatividade que fere a própria masculinidade. Em nossa sociedade, há uma ideia de que para ser considerado viril, o homem deve ser forte, corajoso, vigoroso e procriador. O corpo que destoa desse ideal é considerado desprezível, pois um corpo impotente não procria.

Witzel e Kogawa (2014) afirmam que o ideal viril é algo que tradicionalmente caracterizou o homem quanto à sua capacidade reprodutiva vinculada à sua honra, dignidade e força e colocou os covardes, impotentes, afeminados ou sodomitas no lado dos desprezados e repulsivos. Os autores chamam atenção para a relação etimológica entre óvirtudeô e óviril(idade)ô, que derivam do latim *virtus*, para caracterizar a virilidade como uma fabricação discursiva de um corpo dotado de qualidades.

Ao caracterizar o sujeito fumante como um corpo impotente, as instituições responsáveis pelo combate ao tabagismo, consideradas aqui parte de um dispositivo de poder, respondem a uma urgência, mobilizando instituições, decisões, leis e enunciados científicos, que sustentam que esse corpo é improdutivo. Esses elementos desempenham uma função estratégica quanto aos comportamentos sociais e ao mesmo tempo produzem discursivamente o fumante como um sujeito impotente.

As marcas que definem esse sujeito estão impressas em seu corpo. São biológicas, mas sua identidade é sócio-historicamente construída, por meio de práticas discursivas e não discursivas (FOUCAULT, 2008a), podendo ser reinventada. Para Witzel e Kogawa (2014, p. 153), óa partir do século XX, a medicina participa, em larga escala, da definição e da constituição subjetiva da virilidadeô, fazendo-a deixar de ser questão anatômica e acolhendo-a em meio à turbulência e crise da virilidade.

Os diversos saberes médicos óconvocam o sujeito a preocupar-se com o corpo e, de maneira bastante contundente, com o desempenho sexual, entendendo-o como forma de realização individualô (WITZEL e KOGAWA, 2014, p. 153). Com isso, os indivíduos são também convocados a reconhecerem-se como sujeitos de uma sexualidade e a desenvolverem exames de si (FOUCAULT, 1999), a confessarem suas práticas sexuais, que devem ser normalizadas pelo saber médico, pois o controle político e social depende das formas individuais de autocontrole.

4.3 ñ óO real do corpoô¹³: a falha no alerta aos riscos de impotência sexual

Nesse tópico, analisaremos dois enunciados cujos efeitos de sentido deveriam ser o de choque diante dos efeitos negativos do tabagismo sobre sexualidade, mas, em nossa compreensão, apresentam um tom jocoso. O enunciado mostrado na Figura 27, mesmo tendo sido inserido no grupo das imagens lançadas em 2003, destoa das demais

¹³ O título desse tópico retoma um termo empregado por Maria Cristina Leandro Ferreira (2013) no texto óO corpo como materialidade discursivaô, que compõe nossas referências.

desse grupo, pois todas elas apelam a provas científicas e expõe cenas chocantes, como pulmões com câncer, uma perna necrosada, entre outras, enquanto que este traz uma metáfora dos efeitos do tabagismo sobre a sexualidade, conforme mostramos a seguir.

Figura 27: Fumar causa impotência sexual



Fonte: INCA, 2003

Essa imagem dá um tom jocoso ao grupo no qual ela se insere temporalmente, provocado pelo jogo metafórico do cigarro com a cinza voltada para baixo, que remete por intericonicidade (COUTINE, *apud* MILANEZ, 2006, p. 168) a um pênis que não consegue ter ereção. Mais uma vez, a busca pelo efeito de aversão é corroborada pela sequência verbal, que possui as mesmas características que destacamos para o enunciado da Figura 26. Como o objetivo é causar choque, mas há um tom jocoso, podemos dizer que algo falha nesse enunciado.

Isso ocorre porque há uma memória social do sujeito impotente que é acionada quando olhamos essa imagem. Para Pêcheux (2006), a AD é um campo do não logicamente estabilizado, dos sentidos opacos, dos equívocos e das falhas. Onde a língua falha, há sentidos que escapam ao controle do sujeito sobre seu dizer.

Fonseca-Silva (2007, p. 105) destaca a inserção da noção de *real da língua* na terceira época da AD, definida como o impossível de achar, o equívoco, o deslize, a falha e a ambiguidade constitutivos da língua, inscritos na própria língua, e que fazem com que o sentido escape. Para a autora, nessa perspectiva, a língua é tomada como uma estrutura em que a falta óse manifesta como uma série de equívocos cuja representação é situada na própria língua.

Fonseca-Silva (2007) esclarece que essa noção deriva das teses de Milner, em *O Amor da língua*, sobre a articulação do desejo à língua. Essa discussão retoma o termo *lalangue*, elaborado por Lacan para tratar do equívoco constitutivo da língua. Foi a partir daí que Gadet e Pêcheux (2012) reconfiguraram a AD, fazendo trabalhar a ideia de real da língua como o atravessamento por fissuras que são atestadas pelos lapsos.

Uma importante advertência feita por Fonseca-Silva (2007) é a que a descrição das materialidades discursivas não deve se instalar somente no real da língua, pois isso seria reduzir a significação ao linguístico verbal. Para a autora, *óssim como o discurso é uma das formas de materializar a ideologia, a língua é apenas uma das formas de materializar o discurso e não a única* (FONSECA-SILVA, 2007, p. 111, grifos da autora). Ela também esclarece que não está negando o real da língua, mas defendendo que a AD, como disciplina de interpretação, pode construir procedimentos para expor o olhar-leitor também à opacidade de outros domínios semióticos, pois as materialidades discursivas vão além da verbal. O próprio Pêcheux, em *O papel da memória* (1999), se detém à análise da opacidade da imagem.

Desse modo, no enunciado 27 a falha e o equívoco no sentido repousam na parte não verbal, pois a produção das imagens busca obter um efeito de choque diante dos malefícios que o consumo do cigarro acarreta à saúde do fumante, mas o sentido desliza, apresentando um tom jocoso. É aí, então, que algo falha. Isso ocorre porque há um atravessamento por discursos sobre o homem impotente como o óbroxaô. A impotência sexual é como um fantasma que ronda o imaginário masculino. É esse discurso outro que possibilita derivas no sentido do enunciado.

O terceiro enunciado desta série, inserido em 2008, também possui o tom jocoso do enunciado anterior. Nele, há um homem pelado com as duas mãos abertas entre os órgãos genitais, num sinal de procura por algo que deveria estar presente, mas está ausente. Mais à frente, em uma proporção maior, uma mão feminina faz um sinal negativo. Essa mesma mão aparece em uma cor mais viva, enquanto o homem atrás aparece em um tom acinzentado, quase próximo ao fundo no qual a imagem foi tirada.

Figura 28: Impotência



Fonte: INCA, 2008

As mãos e a expressão facial dos atores fazem com que mais uma vez o sentido, que seria de horror, deslize, diante do fantasma da impotência que ronda o sujeito que consome esse produto. A tonalidade cinza leva a pensar em uma relação da impotência como a falta de vitalidade, que atravessa essa cor. Cinza é também o que resulta da queima do cigarro, após o que nada mais resta. O ato de procurar por algo, assinalado pela mão e pela face, reforça esse jogo de presença/ausência em torno da perplexidade do sujeito fumante diante do fato de não ter ereção.

Em relação às mãos como protagonista da cena, Milanez (2009) considera que a exposição dessas partes cria limites de visibilidade, enfatizando as partes visíveis e extremas do corpo, que faz ecoar práticas cotidianas como segurar um cigarro, apertar a mão, entregar um copo d'água, e gestos que unem os sujeitos a suas posições, como a mão que coloca a coroa na cabeça do rei, as mãos que trocam alianças em casamento. O autor propõe que as mãos podem ser consideradas ómarcas identitárias construídas discursivamente na relação do sujeito frente às posições que assume (MILANEZ, 2009, p. 217).

Assim, ao emergirem como protagonistas em imagens, as mãos se tornam traços que embasam a morfologia de uma identidade corporal determinada por apagamentos (MILANEZ, 2009, p. 217), da ómarca primeira de identidade do sujeito que foi ao longo do tempo marcado pelo seu rosto, responsável por medir sua periculosidade, seus comportamentos, seu *status* social. As mãos também conduzem a óuma maneira de ver e de levar a ver o que se quer que se veja (MILANEZ, 2011, p. 56), como um mecanismo de controle do discurso.

As mãos deixam de ser simplesmente partes do corpo humano e se tornam unidades discursivas, trazendo sentidos à identidade feminina, como uma metonímia de uma mulher que espera do homem uma atitude viril e que despreza o corpo impotente, porque não lhe traz prazer. Nas descontinuidades da história (FOUCAULT, 2008a), emerge uma mulher que toma atitude na relação com o seu parceiro sexual, ressignificando os sentidos historicamente construídos para esse sujeito.

O corpo impotente é construído por poderes e saberes institucionais, que lhe imprimem marcas singulares e tornam o indivíduo sujeito de uma identidade. Em nossa época, conforme Milanez (2009), embora o corpo do qual precisamos seja aquele que foge às disciplinas para viver seus prazeres e paixões, não podemos fazer tudo o que queremos sem seguir os rituais dos lugares e das relações entre os sujeitos. A associação do sexo ao prazer (e da sua falta ao desprazer), órevela uma sociedade que ainda não ultrapassou os limites do corpo para considerar seus prazeres, colocando o corpo como fonte para um único tipo de prazer, pois toma uma noção tradicional de prazer ligada aos prazeres físicos (MILANEZ, 2009, p. 21). O homem impotente é aquele que não está mais sujeito à destemperança do sexo, não tem controle sobre os desejos nem domínio de si. Seu corpo não é fonte de prazer.

A imagem foi originalmente concebida pelo grupo que a produziu com um buraco no lugar do órgão sexual e as duas mãos ao lado simbolizando impotência diante da situação, buscando o efeito de aversão aos danos corporais que o produto traz. No entanto, mesmo tendo obtido alta aversão no pré-teste realizado com universitários para aferir os efeitos das imagens, ela foi vetada pelo então Ministro da Saúde. Com isso, a versão que mostramos aqui foi produzida num período de tempo muito curto, sem a realização dos testes.

A Figura 28 deixa ver que os riscos de efeitos negativos na virilidade do homem fumante é algo que afeta também a mulher, que espera potência e vigor do homem e se sente frustrada diante da impotência dele. O homem impotente é retratado como infértil, sem vitalidade. Isso é reforçado, como já assinalamos, pela tonalidade cinza que permeia a imagem do homem, em segundo plano, em relação à mão feminina que faz sinal negativo. Assim, os efeitos desse discurso recaem sobre um aspecto tanto biológico quanto estético, que é a virilidade.

Ferreira (2014) afirma que os temas relacionados às genitálias humanas sempre foram assunto e motivos de risadas. Por isso acreditamos que em vez de causar horror, esse enunciado possui um tom jocoso. Mais uma vez, o sentido desliza em função de

uma falha que se instala na materialidade discursiva não-verbal do enunciado. Esperava-se que um efeito de degradação na genitália masculina ferisse a sua vaidade, causando impacto negativo na imagem que retrata essa situação, o que não ocorre. A produção dessas imagens ocorre em uma época em que, com as compulsões por drogas, comida e outros excessos que degradam o corpo, o sujeito é cada vez mais estimulado a cuidar de sua aparência (MILANEZ, 2009).

Em pesquisa acerca dos discursos a respeito dos homens modernos, no que tange o culto ao belo e ao corpo bem formado, em revistas de variedades, num recorte que vai de 2001 a 2009, primeira década do século XXI e que coincide com o período em estudo neste trabalho, Ghilardi-Lucena (2012) acredita que grandes transformações estão sendo operadas no comportamento masculino, redefinindo a identidade desse sujeito. Para a autora, a vaidade, que sempre foi associada mais ao feminino que ao masculino, vem sendo incentivada a estes últimos nas revistas que analisa. No entanto, nem todos aderem a essas características modernas e muitos entram em crise por não assumirem a decisão de dedicar alguns momentos para cuidar de si.

As preocupações abrangem aspectos biológicos, sexuais e sua imagem social. Para Ghilardi-Lucena (2012), não se pode generalizar estas mudanças, pois o imaginário social está impregnado de visões conservadoras que atribuem ao homem, a virilidade e à mulher, a feminilidade. É a mídia que vem cada vez mais propondo novos valores, ao mesmo tempo em que mantém os já estabelecidos, cabendo aos sujeitos aderir ou resistir a tais valores. Mesmo com a manutenção dos valores tradicionais, são os novos que estão ganhando cada vez mais força, pois ós homens deixam de ser provedores do lar, dedicam-se a tarefas domésticas, cuidam dos filhos e se enfeitam mais, pois querem ser admiradosô (GHILARDI-LUCENA, 2012, p. 97).

Ainda há muito a ser dito, mas, por hora, colocamos em suspenso essa vontade de saber que nos impulsionou a realizar este estudo para fazer algumas considerações (in)conclusivas. O que foi dito ao longo dessas páginas resulta de um gesto de leitura do recorte feito em um arquivo de campanhas de combate ao tabagismo. Tentamos construir o máximo de sentidos para esse *corpus*, mas jamais estaremos na plena certeza de termos esgotado tal objeto, pois novas leituras podem fazer emergir novos sentidos que escaparam à nossa percepção.

CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

Fomos impulsionados pela problemática de que o sujeito fumante foi deslocado do lugar de um corpo sadio e glamoroso para o lugar de um corpo doente, nos discursos antitabagistas agenciados por meio da biopolítica e dos biopoderes que promovem a governamentalidade da população. Tal problemática nos conduziu a alguns questionamentos sobre como o sujeito fumante é governado pelos enunciados de combate ao tabagismo presentes em embalagens de cigarro; que mecanismos de poder controlam a forma como circula o discurso antitabagista presente em tais enunciados; em que saberes ele se ancora; e como o dispositivo da saúde constrói o corpo do sujeito fumante discursivamente.

Conduzimos nossa pesquisa no sentido de alcançar um objetivo geral, que foi analisar a constituição do sujeito fumante em campanhas antitabagistas nas embalagens de cigarro, do qual decorreram os seguintes objetivos específicos: a) analisar as condições que possibilitaram a construção do corpo do sujeito fumante como estratégia discursiva no combate ao tabagismo; b) investigar os mecanismos de poder/saber que incidem sobre a população por meio de campanhas de prevenção ao tabagismo; c) verificar que saberes e instituições ancoram e legitimam esse discurso antitabagista; d) discutir a construção discursiva do sujeito fumante; e) interpretar os efeitos de sentidos possibilitados pela opacidade da materialidade verbal e imagética dos enunciados.

Desse modo, nossas análises incidiram sobre um *corpus* de 18 enunciados, coletados do *site* do Instituto Nacional do Câncer (INCA). Orientando-nos pelas regularidades discursivas entre eles, construimos três séries enunciativas. Intitulamos a primeira de *ó*Tabagismo e os riscos de doença e morte para o sujeito fumante^o, a segunda de *ó*Os riscos do tabagismo passivo à saúde^o e a terceira e última de *ó*Tabagismo e impotência sexual^o.

Antes de começarmos a perseguir nosso objeto, apresentamos no primeiro capítulo, intitulado AD: a (des)construção de um campo teórico, uma discussão sobre o trajeto histórico de (des)construção do projeto pecheutiano a partir da terceira época da AD, enfatizando as influências de Courtine e dos novos historiadores. Falamos também

das ressonâncias desses estudos no Brasil e dos diálogos feitos com Foucault, enfatizando suas contribuições para os estudos do discurso, dando destaque às noções que nortearam este estudo.

No capítulo dois, intitulado Tabagismo e os riscos de doença e morte para o sujeito fumante, fizemos uma óimersão na históriaô para tratar dos ójogos de verdade em torno do consumo de cigarroô, discutindo as condições que possibilitaram com que essa prática deixasse de ser vinculada a aspectos positivos e fosse reconhecida como uma doença vinculada a aspectos negativos, o que nos fez responder ao primeiro dos objetivos específicos, que foi analisar as condições que possibilitaram a construção do corpo do sujeito fumante como estratégia discursiva no combate ao tabagismo.

Em seguida, analisamos os enunciados da primeira série enunciativa, cujas grades de especificação são os riscos de acometimento por doenças cancerígenas e cardiovasculares. Mostramos como nesses enunciados se cruzam os discursos médico e estético. A análise dessa série nos fez dar conta dos objetivos nos quais propusemos investigar os mecanismos de poder/saber que incidem sobre a população por meio de campanhas de prevenção ao tabagismo, e verificar que saberes e instituições ancoram e legitimam esse discurso antitabagismo.

Em relação a esse primeiro capítulo, consideramos que o governo da população é legitimado por saberes oriundos da clínica médica e legitimado por instituições jurídicas e outros órgãos de Estado, que controlam o funcionamento do discurso antitabagista, ao mesmo tempo em que constroem discursivamente o sujeito em questão.

No terceiro capítulo, discutimos óOs riscos do tabagismo passivo à saúdeô. Para tanto, apresentamos, inicialmente, alguns dados sobre doenças ligadas a esse tipo de tabagismo. Em seguida, discutimos a exclusão do sujeito no fumódromo, a partir da noção foucaultiana de heterotopia. Por fim, analisamos os enunciados dessa série, discutindo os riscos do tabagismo passivo para a saúde de crianças e de bebês em gestação. Nessas análises, demos conta dos objetivos apontados acima e também daquele que visava discutir a construção discursiva do sujeito fumante nesses enunciados, o que nos fez buscar na materialidade discursiva a relação entre vítima e vilão. Vimos que o dispositivo da saúde constrói discursivamente o sujeito fumante como vilão.

Finalizamos nosso trabalho analisando, no capítulo quatro, os enunciados que põem em relação Tabagismo e impotência sexual. Para tanto, mobilizamos a discussão foucaultiana sobre o dispositivo de sexualidade, para depois relacionar o combate aos

riscos de impotência sexual com uma das funções do dispositivo, que é responder a uma urgência. Por fim, centramos nossa análise na materialidade sincrética dos enunciados dessa série, analisando as falhas do discurso que visa combater o tabagismo e a impotência sexual, mas apresenta um tom jocoso, provocado exatamente pelos equívocos que se instalam na materialidade do enunciado, o que nos fez responder ao objetivo de interpretar os efeitos de sentidos possibilitados pela opacidade da materialidade verbal e imagética dos enunciados, além dos já mencionados.

Diante do exposto, podemos dizer que, na atualidade, o sujeito fumante é discursivizado como um corpo anormal. Ele é construído discursivamente como doente, vivendo na iminência da morte. Um corpo sexualmente impotente, de um sujeito que representa uma ameaça para toda a população, pois possibilita o adoecimento e a morte de outros indivíduos por meio do fumo passivo.

Foi a divulgação de pesquisas científicas sobre os riscos do cigarro à saúde que possibilitou a emergência do corpo do sujeito fumante como alvo sobre o qual se exercem estratégias de governo com vista a combater o tabagismo. Para tanto, construiu-se um dispositivo de saúde, objetivando manter a vida da população saudável, para que ela possa ser mais produtiva, evitando gasto com eventuais tratamentos de saúde em decorrência do consumo de cigarro.

O governo da população é feito por meio de mecanismos de poder, ancorados em saberes e instituições, tais como o saber da Medicina, que em nossa época goza de um poder de verdade e por isso tem função normalizadora na vida da população e nas instituições jurídicas, que agenciam o discurso antitabagista e controlam o seu modo de circulação.

A recorrência a imagens do horror coloca a morte como um tabu, um temor que deve ser interditado do processo de construção de nossas subjetividades. O discurso que perpassa tais enunciados leva ao cuidado do sujeito fumante consigo próprio e também com o outro, pois ele deve evitar morrer e matar outros eventuais fumantes passivos.

Há, portanto, um poder que gerencia a vida, que faz viver e evita a morte. Esta surge como elemento de horror a ser evitado, assim como também deve ser o envelhecimento precoce, que traz para o discurso antitabagista um discurso da clínica estética e induz a manter o corpo segundo os padrões considerados saudáveis na contemporaneidade, em que os sujeitos anseiam por longevidade e temem morrer. Resistir a esse poder implica em ser punido por doenças e, num caso mais extremo, pela

morte, grande temor de nosso tempo. A impotência sexual emerge como um elemento derrisório, um fantasma que assombra a virilidade do homem fumante.

Ressaltamos que muita coisa ainda há por ser dita sobre esse objeto, assim como muito ainda há por dizer sobre esse *corpus*, porém, a ordem discursiva na qual nos inserimos nos impõe formas e limites para enunciar. Portanto, é preciso manter em suspenso essa nossa vontade de saber e deixar aberta nossa discussão, esperando que novos gestos de leitura sejam empreendidos para reconduzirmos nossas análises.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Trad. Nilcéia Valdati. Ilha de Santa Catarina: *Outra travessia*, nº. 5, 2005, p. 9-16.

BARACUHY, Maria Regina; SOUSA, Claudemir. Biopolítica, biopoder e cuidado de si na campanha antitabagista das embalagens de cigarro. In: *Ilha do Desterro*, v. 68, nº 3. Florianópolis, 2015. p. 131-146.

_____; GUEDES, Aline. *A governamentalidade dos sujeitos urbanos no discurso das campanhas de prevenção do Governo da Paraíba*. Anais do 1º Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: Governamentalidade e Segurança: João Pessoa, 2014.

_____; PEREIRA, Tânia Augusto. A biopolítica dos corpos na sociedade de controle. In: *Gragoatá*, v.1, n. 34. Niterói, RJ: EdUFF, 2013. p. 317-330.

_____; NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. O discurso jurídico como estratégia de governamentalidade do corpo com deficiência. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14. n. 2. Brasília, 2013. p. 54-73.

BARONAS, R. L. Discurso e mídia: memória, esquecimento e (in)significação. In: NAVARRO, P. (Org.). *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2008.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 192p.

_____. *Elementos de Semiologia*. Trad. Izidoro Blikstein. 16. ed. São Paulo: Cutrix, 2006. 116 p.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____ (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 7-38.

CARLOS, Roberto; CARLOS, Erasmo. *É proibido fumar*. Disponível em: <http://letras.mus.br/roberto-carlos/48584/>. Acesso em: 23 de março de 2015.

CASTRO, Edgardo. *Dicionário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAZUZA; FREJAT, Roberto. *Ideologia*. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/cazuza/ideologia.html>. Acesso em: 23 de março de 2015.

COURTINE, J.J. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. 160p.

_____. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. Trad. Carlos Piovezani. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008, p. 11-19.

_____. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

_____. Introdução. In: CORBIN, Alain; COURTINE, J.J; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011a, p. 7-12.

_____. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. Entrevista concedida a Vanice Sargentini, Carlos Piovezani e Luzmara Curcino. Trad. Carlos Piovezani. In: PIOVEZANI FILHO, C.; CURSINO, L.; SARGENTINI, V. M. O. *Discurso, semiologia e história*. São Carlos, SP: Claraluz, 2011b, p. 145-162.

_____. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 174p.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre. [et al.]. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 23-37.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: _____. *Conversações, 1971-1990*. Trad. Peter Pál Pelbart. 7. ed. São Paulo: Editora 34, 2008, p. 219-226.

DIAS, Samira Correia. *Caça às bruxas: um estudo sobre o combate ao tabagismo*. Monografia (Graduação), pelo Departamento de Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Brasília. Brasília, 2011. 84 f.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FERNANDES, Cleudemar Alves. A noção de Enunciado em Foucault e sua atualidade em Análise do Discurso. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos (Orgs.). *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007, p. 47-68.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O corpo como materialidade discursiva. Vitória da Conquista, BA: REDISCO, v. 2, n. 1, 2013, p. 77-82.

FERREIRA, Jaciane Martins. óEstar sendo ter sidoô e óCartas de um sedutorô: o sujeito diante da morte. In: MILANEZ, Nilton; PESSOA-BRAZ, Analiz; GAMA-KHALIL, Marisa Martins (Orgs.). *Outros corpos, espaços outros*. Vitória da Conquista, BA: Labedisco, 2014, p. 92-103.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2007. 318 p.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva S.A, 1978. 608 p.

_____. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 232 p.

_____. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 155 p.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 422 p.

_____. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975/1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005a, p. 285-315.

_____. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Gaal, 2005b. 246 p.

_____. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, Poder-Saber*. Trad Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a (Ditos & Escritos IV), p.203-222.

_____. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____. *A ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 79 p.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. 236 p.

_____. O que são as luzes? In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b (Ditos & Escritos II), p. 335-351.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a, p. 273-295.

_____. Outros espaços. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Michel Foucault e a Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Trad. Inês A. D. Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b (Ditos & Escritos III). p. 411-422

_____. Governamentalidade. In: _____. *Microfísica do Poder*. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013a, p. 407-431.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b. 291p.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do Poder*. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013c, p. 363-406.

_____. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do Poder*. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013d, p. 35-54.

GHILARDI-LUCENA, Maria Inês. Gênero e representações sociais na mídia: o corpo masculino. Vitória da Conquista, BA: *REDISCO*, v. 1, n. 1, 2012, p. 88-97.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004a.

_____. Michel Foucault: O Discurso na Trama da História. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos (Orgs.): *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia, MG: Entre Meios, 2004b, p. 19-42.

_____. AD: descrever ã interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, Pedro (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006, p. 19-34.

_____. J. J. Courtine e as metamorfoses da Análise do Discurso: novos objetos, novos olhares. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). *Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008a, p. 21-36.

_____. Identidade: objeto ainda não identificado? Vitória da Conquista, BA: *Estudos da Língua(gem)*. v. 6, nº. 1, 2008b, p. 81-97.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) [et al]. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2010, p. 161-183.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LE GOFF, Jacques. A história do cotidiano. In: DUBY, G; ARIÈS, P; LADURIE, E. L. R; LE GOFF, J. *História e nova história*. Trad. Carlos da Veiga Ferreira. 3. ed. Lisboa: Editorial Teorema, 1994. p. 87-96.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARTINS, Maria Cristina. Feminino às avessas em The robber bride de Margaret Atwood, à luz da teoria da abjeção de Julia Kristeva. Vitória da Conquista, BA: *REDISCO*, v. 1, n. 2, 2012, p. 59-66.

MILANEZ, Nilton. *As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si* em revista impressa. Tese (Doutorado), pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006. 210 f

_____. *Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso*. Maringá: *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 31, n. 2, 2009, p. 215-222.

_____. *Discurso e imagem em movimento: o corpo horrorífico do vampiro no trailer*. São Carlos, SP: Claraluz, 2011.

_____. *A óCasa de Usherô de Roger Corman: o campo de memória e o cromático-discursivo no discurso fílmico*. Uberlândia, MG: *Revista Let. & Let*, v. 28 n.2, 2012, p.579-590.

MONTEIRO, Maria Emanuele Rodrigues. *Governamentalidade, biopolítica e biopoder: a produção identitária para o corpo velho nos discursos da mídia brasileira contemporânea*. Tese (Doutorado), pelo Programa de Pós-graduação em Linguística, do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014. 240f.

PÊCHEUX, Michel. *A análise do discurso: três épocas* (1983). Trad. Jonas de A. Romualdo. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Miriani [et al.] Campinas, SP: EDUNICAMP, 1990, p. 311-319.

_____. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre. [et al.]. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.49-57.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) [et al.]. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2010, p. 49-59.

_____; GADET, François. *A língua inatingível*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

RENOVATO, Rogério Dias [et al.]. *Significados e sentidos de saúde socializados por artefatos culturais: leituras das imagens de advertência nos maços de cigarro*. Campinas, SP: *Ciência & Saúde Coletiva*, 2009. p. 1599 ã 1608.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

RUAS, Ester Cristina Machado. *Imagens de advertências impressas nos maços de cigarros brasileiros: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado), pelo Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde, do instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro, 2012. 113f.

SANTOS, Keula Aparecida de Lima. *Um olhar sobre os espaços de óPerfecto Lunaô*: imagens do medo e da morte. In: MILANEZ, Nilton; PESSOA-BRAZ, Analiz; GAMA-KHALIL, Marisa Martins (Orgs.). *Outros corpos, espaços outros*. Vitória da Conquista, BA: Labedisco, 2014, p. 120-136.

SARGENTINI, Vanice M. O. Contribuições da Semiologia Histórica à Análise do Discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice M. O (orgs.). *Discurso, Semiologia e História*. São Carlos, SP: Claraluz, 2011, p. 107-126.

_____. O arquivo e a circulação de sentidos. In: A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos. Porto Alegre: *Conexão Letras*, 2014. vol. 9, n. 11. p. 23-30.

WITZEL, Denise Gabriel; KOGAWA, João Marcos Mateus. Respostas a uma urgência: a medicalização da virilidade no século XX. In: ANTONIO, Fernandes Junior; MENEZES, Kátia de Sousa (Orgs.). *Dispositivo de poder em Foucault: práticas da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. 240p